História e Informação Diplomática

Tópicos de Historiografia,
Filosofia da História e Metodologia Histórica de Interesse
para a Informação Diplomática

José Antônio de Macedo Soares

História e Informação Diplomática

Tópicos de Historiografia,
Filosofia da História e Metodologia Histórica de Interesse
para a Informação Diplomática

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO - FUNAG

INSTITUTO DE PESQUISA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS - IPRI

Brasília
1992

O presente texto foi originalmente apresentado pelo autor em 1989 no Curso de Altos Estudos (CAE) do Instituto Rio Branco. As opiniões contidas no trabalho são de exclusiva responsabilidade do autor, não coincidindo necesariamente com as posições do Ministério das Relações Exteriores.

O CAE (Curso de Altos Estudos), instituído pelo Decreto-Lei nº 79.556, de 20 de abril de 1977, no âmbito de qualificação para promoção do Ministério das Relações Exteriores, é organizado pelo Instituto Rio Branco, constituindo-se num dos requisitos para promoção de Conselheiro para Ministro de Segunda Classe dentro da Carreira de Diplomata. Os trabalhos apresentados ao CAE, submetidos à consideração de banca especializada, composta de funcionários diplomáticos e professores universitários, são dossiês diplomáticos, onde os autores têm tratado de temas da política externa brasileira e da conjuntura internacional, baseados em suas experiências profissionais ou interesses intelectuais e acadêmicos.

© José Antônio de Macedo Soares

5676 Macedo Soares, José Antônio de

História e informação diplomática: tópicos de historiografia, filosofia da história e metodologia histórica de interesse para a informação diplomática José Antônio de Macedo Soares. - Brasília: IPRI. 1992.

154p. - (Coleção Relações Internacionais, 12)

1. Diplomacia - História - Fontes. 2. Informação diplomática. I. Título.

CDU 341.7(09)

ÍNDICE

Pag.

Prólogo 7

Capítulos

Introdução 9
(I) Questões Relativas a Fontes 13
(II) Problemas de Narrativa 25
(III) Tópicos Relativos à Causalidade 37
(IV) Julgamentos de Valor 51
(V) Periodização e o Tempo Elevado à Categoria de Explicação 65
(VI) A Relação Presente/Passado 81
(VII) Destinos Manifestos: O Uso do Passado para Descortinar o Futuro 95
(VIII) Tempo 107
(IX) Mitos 119
(X) Conclusões 135

Bibliografia Citada 143
Índice Onomástico 151

PRÓLOGO

Em poucas linhas desejaria ressaltar quatro assuntos: duas explicações e dois agradecimentos.

Como primeiro ponto, cabe destacar que o presente trabalho constitui ensaio, não sobre os métodos da História, mas sim sobre "informação diplomática". A designação entre aspas abarca todos os relatos, exceto os consulares e administrativos, encaminhados pelos agentes diplomáticos para a Secretaria de Estado. Por extensão. o mesmo termo inclui os informes sobre relações exteriores que o Itamaraty apresenta à Presidência da República ou aos demais órgãos governamentais brasileiros.

Cumpre observar que os numerosos manuais de "prática diplomática" existentes raras vezes abordam os métodos utilizados pelos diplomatas para preparar seus informes. Na realidade, a análise sistemática e crítica de tais métodos torna-se difícil, não apenas pela variedade de assuntos incluídos nas informações diplomáticas, mas, também, pela diversidade nas regras e tradições obedecidas pelas Chancelarias dos diferentes países. No caso do Brasil, como será pormenorizado no capítulo introdutório, um primeiro esboço de análise torna-se possível visto que parcela considerável da informação diplomática tende a seguir os cânones da metodologia da ciência histórica. Em decorrência, o trabalho buscará selecionar alguns tópicos nos campos da historiografia, Filosofia da História e metodologia histórica, a partir do critério único da eventual relevância para a análise da informação diplomática brasileira.

A segunda explicação concerne ao formato escolhido, qual seja, o de projeto de texto para o Curso de Preparação para a

Carreira Diplomática (CPCD) ou Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD) do Instituto Rio-Branco. Seguindo-se o padrão usual dos seminários universitários, cada capítulo, lido de antemão, seria objeto de debate em sala de aula. Esta suposta utilização final do trabalho condiciona tanto a forma quanto o conteúdo do texto. Em menhum momento foi utilizado material sigiloso; evitaram-se exemplos que pudessem ser embaraçosos para os alunos estrangeiros; cada capítulo constitui texto passível de ser estudado de forma estanque; além de o ensaio ser complementado com o índice onosmático. Mais importante, o texto busca provocar o debate em aula e, portanto, não aspira a esgotar todos os tópicos e problemas que suscita.

Cabe ainda observar que a bibliografia sobre a matéria abordada é, ao mesmo tempo, quase infinita e quase nula. Pelo lado da ciência histórica, seria impossível perscrutar toda a bibliografia existente. Poderia ser mencionado, a título ilustrativo, que a publicação History and Theory utilizou a totalidade de seis números da revista para listar tão somente as obras editadas entre 1945 e 1977, apenas no campo de filosofia da História. Por outro lado, conforme adiantado acima, praticamente nada existe sobre a metodologia da informação diplomática em si. Em decorrência, foi escolhido critério arbitrário para montar a bibliografia ao final do trabalho, qual seja, o de só incluir obras que houvessem sido citadas no correr do ensaio. Estas observações conduzem ao primeiro dos agradecimentos e que decorre da seleção entre a infinidade de temas passíveis de serem abordados. Todos os colegas da Delegação Permanente junto aos Organismos Internacionais em Londres atuaram, generosa e pacientemente, como verdadeiros "orientadores de tese" ao lerem e comentarem as minutas do trabalho. Ante a inexistência de bibliografia específica, o ensaio muito deve à troca de opiniões com os companheiros de posto. Os integrantes da banca examinadora do XVI Curso de Altos Estudos e posteriormente diversos outros colegas apresentaram susgestões adicionais que muito beneficiaram o texto definitivo.

Por último, mais uma vez, cabe registrar os agradecimentos à Marly e aos filhos pelo incentivo e pelo esforço compartilhado.

INTRODUÇÃO

> No século XII, o "passado" dos historiadores estava centenas de anos atrás; no Século XIX, situava-se uma ou duas gerações atrás. Hoje, ele é ontem.
>
> (Arthur Schlesinger Jr.,"The Historian as Participant", Daedalus, Spring 1971, p. 343)

O Ministério da Relações Exteriores, graças ao Instituto Rio-Branco e a uma tradição artesanal de treinamento permanente, alcançou padrões de redação oficial quase ímpares no Serviço Público. Sem falsa modéstia, o Manual de Serviço, já na edição de 1948, podia mencionar o "estilo consagrado pelo Itamaraty, cujas qualidades são a correção, concisão e clareza"(1). Em contrapartida a essa padronização da forma, a Casa nunca buscou impor uniformidade metodológica às informações diplomáticas, as quais refletem influências das mais diversas ciências humanas. Na praxe do Ministério, cada informação pode ser contruída de acordo com as inclinações do redator

Por esse motivo, não causam estranheza as profundas diferenças existentes, por exemplo, entre telegrama sobre assuntos financeiros, minutado por diplomata formado em Economia, e relatório sobre Corte Internacional de Haia, preparado por colega especialista em temas jurídicos. Tampouco causaria espécie que as informações sobre eventual conflito fronteiriço, originadas da missão na capital de um dos litigiantes, fossem vazadas em linguagem jurídica, enquanto que as interpretações sobre a

(1) Expressão retirada do Artigo 49 do Manual de Serviço editado em 1948 pelo Departamento de Administração do MRE. Os mesmos termos constam do Artigo 455, na edição de 1968, do mesmo Manual.

mesma crise, oriunda da Embaixada no outro país, fossem caracterizadas por métodos da Ciência Política. Tal diversidade de abordagens permitidas, para alguns outros orgãos da Administração Federal, é motivo de surpresa quase tão grande quanto o estilo do Itamaraty.

A tolerância com relação à variedade de abordagens reflete-se, inclusive, na política de não restringir o número de cursos universitários com acesso permitido à carreira. O corpo discente do CPCD é integrado por alunos originados de, pelo menos, uma quinzena de diferentes formações acadêmicas, e o Instituto, no seu currículo, não privilegia qualquer dos métodos das ciências sociais. Ademais, ao longo da carreira, a Casa considera como qualidade profissional relevante a eventual capacidade de um diplomata de atuar como economista, jurista, sociólogo, etc. Em síntese, na tradição do Itamaraty, a rigidez nas regras de forma não impede que as informações diplomáticas reflitam as linguagens e metodologias das mais diversas ciências sociais.

Não obstante o que precede, observa-se evidente predomínio do método da ciência histórica nas informações diplomáticas. Em qualquer amostragem de telegramas, ofícios, informações para a Presidência, ou avisos, parcela certamente majoritária de tais comunicações terá sido construída segundo os mesmos cânones obedecidos pelos historiadores. Esta afirmação poderia ser qualificada com o comentário de Fernand Braudel de que

> "A História - quiçá a menos estruturada de todas as ciências humanas - aceita as lições oferecidas por seus muitos vizinhos acadêmicos e esforça-se por refleti-las".(2)

No entanto, mesmo levando em consideração essas influências das demais ciências sociais, a História possui características próprias inconfundíveis e que, conforme mencionado, tendem a estar presentes também em parcela significativa das informações diplomáticas brasileiras.

Tal "opção pela História" pode ser explicada por vários fatores, a começar pela influência intelectual de numerosos diplomatas-historiadores de renome, inclusive o patrono da carreira. Outra explicação seria encontrada no interesse pela política compartido por historiadores e diplomatas. Nos tempos atuais, a chamada "história política" perdeu o pretígio absoluto de que

(2) Fernand Braudel, On History, p. 26.

gozava até o ínicio do século, No entretanto, mesmo hoje, os padrões de excelência da profissão histórica ainda tendem a ser os estabelecidos no estudo dos fenômenos políticos. Um terceiro fator talvez seja a natural afinidade do "estilo consagrado pelo Itamaraty" com a única ciência social que se recusa a desenvolver terminologias esotéricas.

Contudo, no meu entender, a principal justificativa da preferência pela abordagem histórica reside no paradigma do diplomata-generalista. Tal profissional, chamado a analisar os mais diversos fenômenos, não poderia deixar de privilegiar o método histórico, instrumento analítico de aplicação mais universal. O conhecimento de Economia pouco ajudava na análise de golpes militares; os métodos da Ciência Política revelavam-se quase inúteis para entender o intercâmbio comercial; a vivência jurídica não permitia analisar a imprensa; a antropologia de nada servia para entender flutuações cambiais, etc. Em contraposição, todos os fenômenos citados podem ser objeto de interpretação por métodos históricos, apesar de, com frequência, os resultados ficarem aquém da sofisticação da análise que utilize a metodologia da ciência social mais interessada em cada um dos temas. Em síntese, o generalista, para fazer face à variedade quase inacreditável de desafios com que se depara, foi obrigado a "especializar-se" no método de aplicação mais ampla, qual seja, o histórico.

Caberia, por outro lado, destacar que o aperfeiçoamento de qualquer instituição depende, em boa medida, da sua capacidade de criticar e renovar os métodos que utiliza. Em decorrência, uma vez constatado que a "abordagem natural" da informação diplomática brasileira é a histórica, torna-se relevante acompanhar os debates em curso sobre o instrumental analítico compartilhado por historiadores e diplomatas. Cumpre destacar que esta não é uma noção nova e o historiador José Honório Rodrigues, em 1946, iniciava seu curso no Instituto Rio-Branco "com noções de metodologia, de relações da História com as ciências sociais e de historiografia".(3) Mais recentemente, o curso de "História das Relações Diplomáticas do Brasil", ministrado, por vários anos, pelo Embaixador Rubens Ricupero, também era aberto com considerações sobre as ligações entre a História e a Diplomacia

Apesar dos esforços pioneiros acima, pelo que tenho conhecimento, ainda não foi realizada análise sistemática e abrangente dos métodos empregados pela informação diplomática brasileira

(3) José Honório Rodrigues, História, Corpo do Tempo, p. 19.

e, em conseqüência, do papel da História na matéria. O presente trabalho, na ausência de estudos preliminares ou correlatos, não poderia pretender completar tarefa de tal envergadura. O ensaio em curso objetiva cumprir missão mais específica e restrita, qual seja, identificar e analisar alguns tópicos de historiografia, Filosofia da História e metodologia histórica de eventual interesse para a informação diplomática. Além disso, o formato de projeto de texto para seminário acadêmico concede certa liberdade para suscitar número maior de temas do que seria viável discutir em profundidade. A discussão adicional necessária ocorreria idealmente em sala de aula como parte do debate que caracteriza toda instituição ciosa de seu aperfeiçoamento.

Como regra geral, os tópicos selecionados foram agrupados, sem maior formalidade, seguindo-se os critérios de precisão/relevância e abrangência da informação diplomática. Em outras palavras, os capítulos de números I a V tratam de temas que dizem respeito, mais de perto, às exigências de precisão ou relevância da informação. Os capítulos VI a IX, por sua vez, lidam com assuntos de interesse, sobretudo, para a abrangência das informações. Conforme adiantado acima, não foram utilizadas divisões mais formais porque as três categorias citadas - precisão, relevância e abrangência - tendem a mostrar-se inseparáveis na informação diplomática de boa qualidade.

Os dois primeiros tópicos a serem abordados concernem as questões relativas a fontes e problemas de narrativa. Entre as ciências sociais, os dois tópicos em pauta são praticamente exclusivos do campo histórico. Em decorrência pareceu apropriado iniciar o trabalho com tais temas, os quais, muitas vezes, fornecem o sinal mais visível da presença da musa Clio nas informações diplomáticas.

I - QUESTÕES RELATIVAS A FONTES

I - Questões Relativas a Fontes

Brunetière, em algum ponto, destaca o fato de que os documentos oficiais, independentemente de sua natureza, não terem sido minutados de modo a facilitar que a História seja escrita a partir deles. Ao que tudo indica, as pessoas que viveram no passado agem, com freqüência, como se a conveniência dos futuros historiadores fosse assunto de importância negligenciável.

(Carl L. Becker, The Heavenly City of the Eighteenth-Century Philosophers, p. 71)

O tom jocoso da frase acima ressalta problema que afeta não apenas historiadores mas também diplomatas. Ambos profissionais dependem de fontes de informação, as quais, muitas vezes, não se encontram no formato ideal para responder às exigências de determinada indagação histórica ou diplomática. Com um mínimo de adaptação, a epígrafe, retirada da obra mais conhecida do historiador Carl Becker, transforma-se em gracejo absolutamente pertinente do ponto de vista da vivência diplomática.

Cumpre destacar, no entanto, que a dificuldade de compreensão, aludida acima, não é a única questão relativa a fontes de interesse comum aos dois campos. Praticamente toda a investigação teórica sobre a matéria no campo da História, com exceção de algumas técnicas de autenticação de fontes, tende a ser aplicável ao trabalho dos historiadores-do-contemporâneo, que são os diplomatas. Como será visto no correr do capítulo, a relevância da experiência da História neste assunto para a informação diplomçatica explica-se, sobretudo, pelo fato de serem quase idênticas as noções de fonte nos dois campos.

Na versão mais sintética e conhecida, fontes são definidas em História como sendo "quaisquer vestígios do passado". Naturalmente, nesta definição está implícita a idéia de que o historiador seja capaz de interpretar o significado de tais vestígios, os quais podem apresentar-se sob as mais diversas formas. Em exemplo sempre citado, o historiador Marc Bloch sublinha que

> "Até mesmo os textos ou restos arqueológicos que pareçam mais claros e óbvios, somente falarão quando forem interrogados de forma adequada. Antes do estudioso Boucher de Perthes, existiam (e continuam a existir nos nossos dias) numerosos artefatos de sílex no cascalho do Rio Somme. Contudo, não havia quem fizesse as perguntas certas e, portanto, inexistia pré-história na região."(1)

Em outros termos, a inadequação dos documentos oficiais citada na epígrafe, não obstante o tom de galhofa, está ligada, de forma íntima, à essência da noção de fonte. O "vestígio do passado" transforma-se em "fonte" apenas quando o historiador decifra o seu significado. Por vezes, o vestígio permanece silencioso por inexistir tecnologia apropriada para examiá-lo. Por exemplo, apenas procedimentos recentes de análise química permitiram detectar a presença de arsênico na tinta do papel de parede do quarto onde viveu Napoleão em Santa Helena e, assim, explicar porque a mesma substância havia sido anteriormente encontrada em fio de cabelo do Imperador.(2) No entanto, na maior parte dos casos, o "vestígio" transforma-se em "fonte" (como os objetos de sílex no Rio Somme) apenas pela capacidade de o pesquisador interrogar de forma criativa o material sob estudo.

Deve ser ressaltado que, no campo diplomático, ocorre fenômeno praticamente idêntico. Ante a inexistência de definição formal universalmente desconhecida, pode-se mencionar, a título especulativo, que a fonte constitui "manifestação do presente passível de ter seu significado lido pelo diplomata". Parafraseando Becker, raras vezes o documento oficial (ou qualquer outro tipo de fonte) apresenta-se em condições de ser transformado em informa-

---

(1) Marc Bloch, The Historian's Craft, p. 64

(2) Exemplo retirado de Arno Karlem, Napoleon's Glands and Other in Biohisthory, p. 17-18. No Capítulo I, intitulado "Napoleon's Glands, the Great Man's Itch", o autor recapitula as numerosas causas atribuídas à morte de Napoleão e demonstra como o post-mortem (apesar de novas técnicas de analíse) ainda está longe de ser encerrado.

ção diplomática sem ser devidamente interrogado. O diplomata que apenas transcreva a fonte coloca-se no mesmo patamar dos cronistas de antes do século XVII, quando os textos históricos eram construídos a partir das "autoridades" ou dos "testemunhos". O historiador medieval, confrontado porventura com "testemunhos" contraditórios, apenas poderia rejeitar um e privilegiar o outro como sendo o verídico. Tal postura não-crítica frente às fontes é definida por R. G. Collingwood como a história "de cola e tesoura"[3]. A patir do século XVII, progressivamente a noção de "autoridade" é substituída pela de "fonte", isto é, algo que per se não constitui verdade ou mentira, mas sim um vestígio do passado cuja informação cabe ser extraída pelo historiador.

Em síntese, como primeira recomendação cabe frisar a necessidade de o diplomata buscar interrogar mesmo as fontes que pareçam claras e óbvias. Com frequência, o subsídio mais confiável, tanto em História quanto em Diplomacia, encontra-se em fonte que não foi construída para tal revelação, Por exemplo, textos antigos de medicina estão sendo utilizados, com resultados surpreendentes, para reconstituir a imagem da mulher nos EUA do século passado e ainda como fonte auxiliar para escrever a história da infância na Idade Média.[4] Cabe, pois, emular ainda mais a atitude inquisitiva dos historiadores, a qual, conforme visto nos exemplos acima, está permitindo até mesmo reconstituir o passado de grupos que não deixaram maiores registros. Em outros termos as, as fontes não devem ser vistas como capazes de revelarem per se a totalidade do que podem contribuir para a informação diplomática.

Uma segunda linha de raciocínio inspira-se na chamada "explosão de fontes" verificada no campo histórico. Parte desse fenômeno é explicada pela crescente consciência histórica dos últimos cem anos, ou seja, indivíduos e instituições conseguem fazer com que quantidades crescentes de vestígios do passado sejam preservadas. Outra parcela de explicação é encontrada no

---

(3) Robin George Collingwood, The Idea of History, p. 257-261.

(4) Sobre a História da mulher vide Clio's Consciousneass Raised: New Perspectives on the History of Women, editado por Mary Hartmann de Lois w. Banner. O segundo exemplo, marcado também por nível excepcional de destreza no interrogatório de fontes é encontrado em artigo de apenas 40 páginas (e 248 notas de rodapé!) de Mary Martin McLaughlin, intitulado "Survivors and Surrogates: Children and Parents from the Ninth to the Thirteenth Centuries" em The History of Childhood, editado por Lloyd de Mause, p. 101-181. A lista de exemplos de historiadores obtendo dados de fontes pouco usuais poderia se expandida em muito. Contudo, merece menção as dezenas de obras recentes sobre escravos, as quais desmentem - pelo bom manejo de fontes - a idéia de que a destruição, no início do século, de documentos havia impossibilitado escrever a história da escravidão no Brasil.

desenvolvimento tecnológico, o qual permite novas maneiras de interrogar tais vestígios (e.g. a dosimetria de arsênico já mencionada, os exames de rádio-carbono, a aerofotogrametria para identificar a localização exata das primeiras fortificações romanas no sul da Grã-Bretanha, etc.). Mais importante, no entanto, é a postura dos historiadores que agora consideram todo e qualquer vestígio do passado como fonte potencial. Comentando a matéria, Georges Florovsky argumenta que "quase tudo, omnis res scibilis, pode servir como fonte histórica".(5) Mesmo um historiador de antes da Segunda Guerra, como Marc Bloch, já podia afirmar que

> "A variedade de testemunhos históricos é quase infinita. Tudo que o homem diga ou escreva, tudo que construa, tudo que toque pode e deve ensinar-nos algo a seu respeito. É curioso observar quantas pessoas, por não estarem familiarizadas com o nosso trabalho, subestimam o alcance de tais possibilidades. Tal fato explica-se porque muitas pessoas continuam com idéia de nossa ciência que corresponde ao tempo em que mal sabíamos ler até mesmo os testemunhos históricos mais óbvios."(6)

Fenômeno similar ao incremento qualitativo e quantitativo das fontes históricas ocorre, em escala mais modesta, também no campo diplomático. Tomem-se, por exemplo, as fontes diplomáticas mais tradicionais e que tendem a concentrar-se em três categorias: imprensa, contatos pessoais e documentação oficial. Mesmo nos países em desenvolvimento, observa-se multiplicação dos órgãos de imprensa falada e escrita, além da diversificação de publicações especializadas. Os contatos pessoais dos agentes diplomáticos tornam-se mais informais e abrangentes à medida que caduca a prática de entrevistas só serem marcadas por intermédio das Chancelarias. O volume de documentos oficiais disponíveis (sejam governamentais ou de organismos internacionais) parece crescer em proporções quase geométricas.

Por outro lado, também o desenvolvimento da tecnologia ampliou o leque de fontes disponíveis. A observação não diz respeito necessariamente a fontes extra-diplomáticas como

---

(5) Georges Florovsky, "The Study of the Past", artigo de conclusão da antologia Ideas of History, editada por Ronald H. Nash, Volume II, p. 352.

(6) Marc Bloch, The Historian's Craft, pt. 66.

interceptação de comunicações ou análise de dados obtidos com satélites. Na praxe diplomática usual, pode-se mencionar, a título ilustrativo, o uso de computadores que permitem o acesso a bancos de dados ou ainda possibilitam correlacionar grandes quantidades de dados. Por exemplo, cabe citar os estudos de padrões de voto de todos os países-membros das Nações Unidas. A partir de tais levantamentos, impossíveis de serem manuseados sem computadores, pode-se avaliar o quanto a política externa do país X é similar à do país Y, verificar o nível de solidariedade política em determinado grupo regional, ou ainda detectar alterações de política externa de um país no correr do tempo.

Em decorrência do que precede, tanto a história contemporânea quanto a informação diplomática podem vir a apresentar volume de fontes capaz de intimidar o analista. Tome-se, por exemplo, a investigação sobre o assassinato do Presidente John Kennedy. Além de centenas de livros e artigos sobre o tema, o próprio inquérito oficial, conduzido sob a responsabilidade do Juiz Earl Warren, apresentou sumário de conclusões de 888 páginas e que é acompanhado de 26 volumes de material complementar originado, entre outras fontes, de trinta mil entrevistas.(7) O exemplo clássico de historiador intimidado por excesso de fontes continua sendo Lytton Strachey que, em 1918, iniciava o livro Eminent Victorians com a surpreendente afirmação de que "a Era Vitoriana nunca poderá ter a sua história escrita porque sabemos em demasia a seu respeito".(8)

Não obstante a imagem de cornucópia esboçada nos parágrafos precedentes, muitas vezes, tanto o historiador, quanto o diplomata, são confrontados com a inexistência de fontes confiáveis. Nesses casos, em geral, no campo da História não terão sobrevivido vestígios adequados do passado e na área diplomática a informação está aparentemente inacessível. O historiador lamentará o fato de que diversas figuras-chave do Congresso de Viena de 1815 não tenham deixado consignadas suas memórias; o diplomata lotado hoje na capital austríaca lamentará a falta de acesso às conferências ministeriais da Organização de Países Exportadores de Petróleo (OPEP), sempre realizadas a portas fechadas.

---

(7) Vide Allan J. Lichtman e Valerie French. The Historians and the Living Past. p. 21. Não obstante a massa de fontes disponíveis, este episódio parece confirmar o aforismo de outro estadista assassinado, Júlio César: veritas temporis filia.

(8) Exemplo citado por David Hackett Fischer. Historian's Fallacies: Toward a Logic of Historical Thought, p. 97.

Das considerações que precedem emana a segunda recomendação, qual seja a de buscar ampliar o leque de fontes rotineiramente utilizadas pelo agente diplomático. Observe-se que o historiador, face a ausência de fonte confiável, terá, em geral, tempo para buscar suprir tal deficiência. Em contrapartida, o diplomata enfrentará falta de fontes nos momentos de crise, ou seja, quando mais necessária será a informação. Quantas vezes o conceito de diplomata terá dependido da capacidade de continuar informando, por exemplo, durante queda de regime, não obstante eventual censura de imprensa, suspensão dos contatos pessoais usuais e interrupção de pronunciamentos oficiais? Em outras palavras, para o diplomata, ainda mais do que para o historiador, a diversificação das fontes deve ser objeto de esforço permanente. Obviamente, não existem fórmulas válidas para todas as conjunturas e o diplomata apenas encontrará consolo na observação de Collingwood de que o historiador (ou diplomata, acrescento eu) "que conhece o seu trabalho pode sempre inventar métodos para checar qualquer fonte".(9)

A terceira recomendação do presente capítulo encontra a sua razão de ser na divisão do pensamento histórico, surgida no Século XIX e existente ainda hoje, entre positivismo e idealismo. O objetivo original dos positivistas era comprovar a unidade da ciência, buscando mostrar como todos os ramos do conhecimento obedeciam aos mesmos procedimentos básicos no que concerne à observação, conceituação e verificação. Alguns positivistas, como Auguste Comte (que tanto influenciou o pensamento brasileiro), acreditavam que a História ainda não se apresentava sob a forma de ciência. No entanto, seria possível aperfeiçoar seus métodos, tornando-os mais científicos, até que fosse alcançado o nível da Sociologia. Mais recentemente, a postura positivista admite que a História, à semelhança de áreas como a Engenharia, podia tratar de eventos únicos sem deixar de ser científica. Em outros termos, os positivistas mais modernos não mais buscam identificar princípios gerais históricos, à semelhança das leis nas ciências exatas. No entanto, seja qual for a vertente de positivismo, o historiador deve buscar estudar o passado de modo "científico", isto é, emulando, na medida do possível, os métodos e posturas das ciências naturais.

Em contraposição, os idealistas entendem que a História merece o qualificativo de ciência tão somente por ser corpo de

(9) R.G. Collingwood. Essays in the Philosophy of History, editado por William Debbins, p. 52.

conhecimentos coletados a partir de um método próprio e que pode diferir do das outras ciências. Ao contrário das ciências exatas, a História não deve perseguir a formulação de leis universais, mas apenas buscar a compreensão de eventos individuais. Mais importante, no estudo da Natureza, o observador olha o "lado externo" do objeto estudado, enquanto que a História pode também captar o "lado de dentro", qual seja o pensamento do evento sob análise. O botânico não tem acesso ao que pensa ou sente uma planta, mas o historiador pode, por exemplo, reviver o pensamento de Júlio César no momento em que decidiu desobedecer ao Senado Romano e cruzou o Rubicon. Na visão idealista, a qual, como o positivismo, possui diversas variantes, a História, em essência, trata de pensamentos e emoções humanas, cujo acesso se torna possível reproduzindo mentalmente o passado.(10)

Atualmente, serão raros os historiadores que possam ser rotulados como idealistas ou positivistas puros. Cabe lembrar a frase de Braudel, citada no capítulo anterior, sobre quanto dos métodos das ciências naturais já foi incorporado pela História. Por outro lado, o idealismo legitimou, em grande medida, os métodos próprios e tradicionais da História e hoje torna-se difícil imaginar estudioso que analise algum evento (mesmo na área econômica) como se nele não houvesse nenhum pensamento envolvido.

Contudo, um texto histórico tende a poder ser classificado como tendo sido prioritariamente moldado por uma ou outra escola. O mesmo ocorre com boa parcela das informações diplomáticas que obedeçam à metodologia histórica. Tome-se, a título ilustrativo, o relatório econômico anual de uma embaixada. O diplomata encarregado do setor poderá, por exemplo, historiar a evolução da política cambial e comentar as possíveis repercussões fiscais, comerciais, financeiras, etc. Para efeitos de análise, este relatório pode ser visto como texto de história econômica e será tanto mais positivista quanto maior a proporção de uso dos métodos analíticos da ciência econômica. A postura idealista, por sua vez, não necessariamente rejeita a análise anterior, mas sim buscará detectar o pensamento dos atores envolvidos. Em outros termos, a explicação positivista origina-se das leis gerais da

(10) Uma boa síntese das diferenças, esquematizadas acima, entre positivismo e idealismo encontra-se em W.H. Walsh, Philosophy of History, an Introduction, p. 42-47. O assunto será retomado em vários dos demais capítulos, visto que a divergência em tela afeta quase todos os aspectos da metodologia histórica.

Economia, enquanto que a explicação idealista apoia-se no evento individual e o correspondente pensamento.

Nos quatro vindouros capítulos, todos relativos a diferentes aspectos de explicação, serão esmiuçadas outras facetas da controvérsia positivismo/idealismo. No momento, à guisa de terceira recomendação, cabe destacar que, no campo da História, os resultados de melhor qualidade tendem a ser fruto de predomínio da postura idealista. Em decorrência, o diplomata deverá empreender esforço consciente para explicitar o eventual pensamento ou emoção que esteja regendo, pelo menos em parte, o evento objeto da informação diplomática. Ao realizar tal tarefa, o diplomata estará talvez poupando ao usuário da informação o esforço (para o qual está menos habilitado) de tentar recriar mentalmente os fenômenos em pauta. Em síntese, cumpre não olvidar o "lado de dentro" das matérias objeto de informação diplomática.

Como última questão relativa a fontes a ser abordada no presente capítulo, cabe mencionar o êxito da chamada "cliometria", ou história quantitativa, em equacionar certos tipos de questões. Por exemplo, com freqüência, historiadores e diplomatas apresentam generalizações, as quais costumam possuir componente de quantidades (e.g. "a maioria do Congresso favorece certa idéia", "grande parcela dos militares está insatisfeita", "alguns bispos opõem-se ao controle da natalidade", etc.). Na medida em que tais afirmações gerais sejam objeto de métodos quantativos (em geral, técnicas estatísticas), tornam-se mais passíveis de confirmação ou desmentido.

Na prática, ainda são reduzidas as possibilidades de aplicação de técnicas estatísticas mais elaboradas às fontes usualmente disponíveis para o diplomata. Entretanto, a experiência da história quantitativa demonstra que o simples ato de contar pode fornecer nova dimensão às fontes. Tomando um dos exemplos acima, a "maioria do Congresso", após uma votação, pode ser identificada como "60 porcento dos Senadores e apenas 50,5 porcento dos Deputados". Em outras palavras, o esforço banal de precisão motivado apenas pela contagem pode alterar o conteúdo da informação.

É óbvio que a contagem e métodos quantativos (ou qualquer outra metodologia) não substituem a acuidade do analista. Nos levantamentos de padrões de votos nas Nações Unidas observa-se que historicamente o Brasil votou mais vezes com a União Soviética do que com os Estados Unidos, dado que não permite concluir que o Brasil perfila-se ideologicamente com o Leste

Europeu.[11] Não menos importante, é necessário o bom senso para identificar quando mesmo a simples contagem pode ou não ser útil. Afinal, certos fenômenos são importantes, inclusive, por não poderem ser reduzidos a quantificações.[12]

Mesmo tendo-se em mente as ressalvas acima, cabe recomendar que o diplomata busque quantificar o conteúdo de suas fontes. Talvez a forma mais ilustrativa desta recomendação encontre-se no conhecido diálogo, ocorrido em 18 de Abril de 1783, e reportado na Life of Johnson de Boswell:

Boswell - Sir Alexander Dick contou-me ter lembrança de haver recebido, em um ano, mil pessoas para jantar em sua casa; isto incluindo no total toda vez que uma mesma pessoa era convidada.

Johnson - Isto equivale a mais ou menos três pessoas por dia.

Boswell - Como minimiza a idéia esta sua observação.

Johnson - Isto, meu senhor, é o lado bom de contar. Traz tudo para uma certeza e que antes flutuava na mente de modo indefinido.[13]

A frase final do sábio Samuel Johnson pareceu muito apropriada para encerrar capítulo sobre fontes, ou seja, sobre aquisição de conhecimento. Como veremos na seção, a seguir tanto para o historiador quanto para o diplomata, a eventual certeza obtida com o manuseio das fontes somente "deixa de flutuar na mente de modo indefinido" no transcurso do exercício muito mais árduo que é a tentativa de transmitir o conhecimento.

---

(11) Não foi identificada publicação acadêmica com os pormenores estatísticos desse levantamento. Contudo, a afirmação sobre a similitude dos padrões de voto brasileiro e soviético surge, com freqüência, na imprensa cabendo citar, a título ilustrativo, artigo de Jan Rocha, The Guardian (Londres), edição de 28 de Setembro de 1987.

(12) A este respeito vide a crítica já clássica à cliometria citada por Thomas L. Haskell em "The True and Tragic History of Time on the Cross", The New York Review of Books, 2 de Outubro de 1975, p. 33, segundo a qual o historiador quantativo começaria a estudar a crucificação de Cristo pela contagem dos pregos.

(13) Diálogo citado por William O. Aydelotte, Quantification in History, p. 138. Este livro, editado em 1971, ainda parece constituir um dos melhores textos introdutórios, inclusive para diplomatas, sobre a questão da quantificação.

II - PROBLEMAS DE NARRATIVA

II - Problemas de Narrativa

A História é a vida das nações e da humanidade. Apreender e transformar em palavras, descrever de forma direta a vida da humanidade ou mesmo de uma única nação, parece impossível.

(Leo Tolstoy, Guerra e Paz, parágrafo inicial do segundo Epílogo, 1869)

No capítulo anterior foram esboçados alguns comentários sobre como o diplomata poderia beneficiar-se de certas técnicas e posturas adotadas por historiadores quando confrontando suas fontes. O passo seguinte, tanto no trabalho histórico quanto no diplomático, conforme já adiantado, é mais árduo e, como visto na epígrafe, chega a intimidar um Tolstoy. Trata-se, em essência, de organizar o conhecimento adquirido com as fontes para que possa vir a ser transmitido.

Nesta nova etapa, o primeiro e mais importante ponto de contacto entre os procedimentos de historiadores e diplomatas é o óbvio divórcio que existe entre adquirir conhecimento e ser capaz de transmiti-lo. Cumpre destacar, seguindo o raciocínio de J.H. Hexter, que tal divórcio não ocorre nas ciências exatas[1]. Em virtude do alto valor que tais ciências atribuem à necessidade de generalizar princípios, de duplicar experiências e de considerar como testes de conhecimento a reprodução da lógica que tenha permitido comprovar o saber, não deve existir brecha entre a aquisição do conhecimento e a possibilidade de vir a transmiti-

(1) J.H. Hexter, Doing History, p. 20-23.

lo. Por exemplo, "conhecer" o Teorema de Pitágoras ("em triângulo retângulo, o quadrado da hipotenusa é igual à soma dos quadrados dos catetos") significa, na prática, poder reproduzir como, no Século V antes de Cristo, foi comprovada a validade universal da proposição entre parênteses.

No campo da História, por outro lado, existem pessoas com sólida e justificada reputação de saber sem que tenha ocorrido transmissão equivalente de conhecimento. O Professor Hexter menciona possibilidade (facilmente transposta para o campo diplomático) de historiador que tenha estudado os doze volumes da correspondência de Desiderius Erasmus e lido toda a sua obra que abarca mais de quarenta anos. Ademais, o mesmo estudioso estará familiarizado com os aspectos mais relevantes da vida nos Séculos XV e XVI, além de ter analisado as principais obras escritas sobre Erasmus nos últimos trezentos anos. A esta altura, não resta dúvida de que o historiador em tela "conhece" o seu tema, mas não lhe foi exigido que prove poder transmitir qualquer parcela de seu enciclopédico saber sobre Erasmus.

Obviamente não há desdouro na situação do especialista acima, o qual, para preparar ensaio de duzentas páginas, nem poderia imaginar utilizar todo o seu conhecimento sobre Erasmus recolhido da leitura de talvez vinte mil páginas. A mesma observação é absolutamente válida para o saber do agente diplomático. O chefe de setor em Embaixada que buscasse tudo transmitir estaria atravancando a Secretaria de Estado com pormenores desconexos e inúteis. Em outras palavras, a Secretaria de Estado (ou o leitor de texto de História), em condições normais, recebe apenas fração do saber teoricamente disponível nas Embaixadas (ou na mente do historiador).

Comentando sobre o mesmo tema, G.R. Elton destaca que

> "A mente humana é perfeitamente capaz de reter uma variedade de eventos, informações e influências (todos interagindo entre si) em amálgama absolutamente ordenado. Contudo, por razões técnicas e físicas, a pena é muito menos capaz de transmitir a outra mente a totalidade de tal compreensão."(2)

Em síntese, para o especialista em Erasmus, citado na página anterior, não apenas é inviável transmitir a totalidade do seu conhecimento, mas, sobretudo, a eventual organização do exer-

(2) G.R. Elton, The Practice of History, p. 115.

cício de transmissão será necessariamente diferente da ordem mental que rege o seu saber. Para transmitir a outrem parcela do seu enciclopédico conhecimento, o estudioso deverá encontrar uma ordem apropriada. Infelizmente, o mesmo fenômeno ocorre com o diplomata ao buscar comunicar o que apreendeu com o manuseio das fontes.

As observações acima conduzem ao segundo elemento de contacto entre historiadores e diplomatas, qual seja, ambos utilizam as mesmas três formas de transmitir conhecimento: "descrição", "análise" e "narrativa". As três categorias, em proporções distintas, tendem a ser encontradas em todo texto histórico e diplomático. Aliás, não seria razoável supor que apenas existisse uma forma de transmitir conhecimento (i.e. explicar) apropriada para todo e qualquer aspecto do passado ou do presente.

Cabe, no entanto, recordar que é, por vezes, difícil distinguir, de modo categórico, entre "descrição" e "análise". A "descrição", tanto no campo histórico quanto no diplomático, tende a transmitir conhecimento de forma atemporal (e.g. ofício explicando a estrutura da Chancelaria local). A "análise" também tende a não incluir o fator de mudanças no tempo, mas busca correlacionar o fato "descrito" com o seu contexto mais amplo e, às vezes, estabelece relações de causa e efeito. A título ilustrativo, menciona-se ofício "descrevendo" reforma da Chancelaria e que comparasse a nova estrutura com a de outros ministérios, buscasse ainda estabelecer os motivos que induziram à citada reforma, além de tentar avaliar o impacto das mudanças sobre a eficiência da Chancelaria.

Por sua vez, a "narrativa", isto é, o "contar de estória", é forma de transmitir conhecimento inconfundível. Ademais, é um dos sinais mais claros para detectar a influência do método histórico em determinada informação diplomática. À primeira vista, não pareceria razoável contestar a noção de que ambas profissões, ao utilizarem o recurso da narrativa, podem "explicar" eventos. Seja a queda do império romano contada por Edward Gibbon, seja a queda do Governo X estoriada por telegrama de Brasemb Y, a narrativa, apesar de características mais próximas dos Contos das Mil e uma Noites do que da linguagem da física ou da ciência econômica, organiza e transmite conhecimento. Após a leitura de Gibbon ou do telegrama de Brasemb Y, o leitor adquire conhecimento que é fruto, não de atividade poética, mas sim de esforço científico de buscar apreender, com a maior precisão e abrangência possíveis, determina-

dos acontecimentos. Em outros termos, a "explicação" está embutida na "estória" do evento.

No estágio atual da teoria do conhecimento, esta capacidade (quase mágica) de uma estória transmitir conhecimento científico ainda está por ser equacionada de forma satisfatória. Ao debater tais dificuldades, David L. Hull observa que:

> "A primeira vista, as alterações necessárias na filosofia da ciência contemporânea para poder acomodar as intuições dos historiadores sobre historiografia são do mesmo porte que as modificações impostas à ciência aristotélica para incluir a sugestão de Copérnico de que o sol, e não a Terra, ocupava o centro do universo... Em decorrência, os filósofos têm sido obrigados a argumentar que as narrativas históricas, ou não lidam com seqüências únicas de eventos, ou não são explicativas."(3)

Em outras palavras, a narrativa constitui para a epistemologia problema similar ao da suposta impossibilidade do vôo das abelhas, segundo as atuais leis da aerodinâmica. De acordo com as concepções contemporâneas da filosofia da ciência, a narrativa constitui apenas "um esboço de explicação", mas diplomatas e historiadores, pelo labor quotidiano, continuam demonstrando a utilidade da narrativa como forma de transmitir conhecimento.

Na medida em que é difícil distinguir entre "análise" e "descrição", torna-se útil agrupar as duas categorias sob a rubrica única de "análise". Em outras palavras, o historiador ou diplomata basicamente escolhe entre transmitir o seu conhecimento pela narrativa ou utilizando métodos analíticos. No dizer de G.R. Elton, a opção reside "entre a dissecação de um tópico e o contar da estória".(4) O mesmo autor argumenta que a análise é mais adequada para responder a perguntas do tipo "como era algo?", enquanto que a narrativa presta-se melhor a indagações do gênero "como aconteceu algo?". Todos os estudiosos da matéria reconhecem, contudo, que a escolha entre análise e narrativa decorre, menos do assunto sob consideração, do que das preferências do autor. Por exemplo, historiador influenciado por postura positivista tenderá a preferir os métodos explicativos analíticos das ciências sociais, por considerá-los mais "científi-

(3) David L. Hull. "Central Subjects and Historical Narratives". History and Theory. Volume XIV, nº 3, 1975, p. 253.

(4) G.R. Elton, The Practice of History, p. 160.

cos" do que a narrativa. A mesma escolha seria ainda feita por autor com dotes literários limitados. Novamente, os mesmos raciocínios são válidos para a informação diplomática.

A esta altura, caberia indagar por que historiadores ainda não abandonaram este curioso e aparentemente antiquado sistema de explicação que é a narrativa? A questão assume mais importância se considerarmos: (1) o prestígio intelectual da ciência e de seus métodos analíticos; (2) o fato de o passado poder ser adequadamente explicado pela análise; (3) que a análise necessariamente não exclui o fator tempo; e (4) a longa sombra de dúvida lançada sobre a narrativa pelo debate epistemológico moderno iniciado, em 1942, por Carl G. Hempel.(5) Ademais, cumpre lembrar que a análise pode abarcar elevado número de variáveis, fatores e qualificações, tornando mais completa a explicação do passado. Por sua vez, a narrativa, por maior que seja o talento literário, poderá contar a estória do desenvolvimento de apenas algumas poucas variáveis. Em outras palavras, porque no século da ciência os historiadores continuam insistindo em emular Scherazade?

Em resposta, o primeiro e mais óbvio elemento a favor da narrativa decorre do caráter predominantemente estático da abordagem analítica. Já foi indicado que a análise pode e deve incluir o fator tempo, mas, em princípio, esta categoria explicativa constitui instrumento canhestro para lidar com sucessivos eventos encadeados temporalmente. Tome-se, a título ilustrativo, a crise das Malvinas, objeto válido de estudo tanto para diplomatas quanto para historiadores, caracterizada por "cadeia de eventos" iniciada com os antecedentes de uma invasão militar e finalizando com a eleição do Presidente Raul Alfonsin. Parece óbvio que cada elo desta cadeia foi e é passível de ser explicada por abordagens analíticas. Contudo, explicar a totalidade da cadeia e, sobretudo, as diversas mudanças ocorridas com o correr do tempo, torna-se muito difícil se não for utilizado o recurso de "contar a estória".

Observe-se que certos autores (e.g.G.R. Elton) alertam mesmo para o perigo de incompreensão do processo de mudanças que pode decorrer das abordagens analíticas.(6) Em

---

(5) O debate moderno sobre a validade explicativa da narrativa, apesar de ser continuação do confronto positivismo versus idealismo iniciado no Século XIX, origina-se com Carl G. Hempel, "The Function of General Laws in History", The journal of Philosophy, 39 (1942) e que é reproduzido em diversas antologias sobre Filosofia da História.

(6) G.R. Elton, The Practice of History, p. 164.

contraposição, a narrativa, seja nos Contos das Mil e uma Noites, seja para explicar a crise das Malvinas, é instrumento simples e eficiente para lidar com as mudanças e mesmo realçá-las. Cumpre destacar que esta afinidade da narrativa com mudanças não representa apenas comodidade literária para o diplomata. Como será visto nos Capítulos VII e VIII, a informação diplomática pode lidar com o passado, o presente e o futuro (prognósticos). Em decorrência, a narrativa, ao realçar naturalmente as mudanças, pode facilitar o discernir do rumo dos acontecimentos vindouros.

Como nota de cautela, cabe repetir que a análise não é necessariamente estática e que permite também buscar antever o futuro. O assunto será retomado no Capítulo VIII e, de momento, cabe apenas exemplificar esta nota com um caso extraído de biografia, categoria que é por tradição dominada pela narrativa. O caso em pauta é a análise de Adolf Hitler empreendida, em 1943, pelo psiquiatra Walter C. Langer, sob encomenda do "Office of Strategic Services" (órgão do qual originou-se a CIA).(7) A partir de entrevistas com pessoas que haviam conhecido o ditador alemão e das demais parcas informações disponíveis durante a guerra, Langer prepara perfil psicanalítico de Hitler e que, no final dos anos sessenta, deixou de ser documento secreto. A leitura hoje do relatório ainda surpreende pela maestria com que é descrita a evolução psicológica de Hitler e, sobretudo, pela precisão dos prognósticos (inclusive a previsão de provável suicídio). Em síntese, também a abordagem analítica pode incluir os tempos passado, presente e futuro, mas tal possibilidade ocorre de modo mais simples com a narrativa.

A segunda linha de argumento para explicar o continuado apego dos historiadores à narrativa decorre do fato de que a análise, por ser mais estática, pode incluir maior número de considerações na explicação. O dissecar de um tópico pode ser realizado a partir de múltiplos pontos de vista e em maior grau de pormenorização e sofisticação. Retornando ao exemplo das Malvinas, qualquer evento na cadeia de acontecimentos é possível de análise que inclua número infindável de fatores políticos, econômicos, militares, financeiros, trabalhistas, psicológicos, sociológicos, estratégicos, etc. Esta massa de considerações das mais variadas naturezas torna mais rica a transmissão de conhecimento, fato que pode compensar a inevitável crescente

(7) Walter C. Langer, The Mind of Adolf Hitler: The Secret Wartime Report.

atemporalidade que ocorrerá com a introdução progressiva de novos fatos explicativos.

Por outro lado, a riqueza excessiva de explicações, à semelhança de certas receitas de doces com número exagerado de ingredientes, tende a mascarar o que é essencial e o que apenas serve como acessório. Por vezes, a multiplicidade de variáveis incluída na análise tão somente esconde o fato de que o autor não está conseguindo identificar quais são os fatores realmente críticos. Imagine-se, a título ilustrativo, um ensaio que buscasse explicar a razão de ser do ataque argentino ao arquipélago das Malvinas. O formato analítico permitiria alinhavar número elevado de explicações, desde o desejo de corrigir uma injustiça histórica até a oportunidade de o Governo recuperar o apoio da opinião pública, desde um julgamento otimista em excesso sobre a possível reação britânica até o super-estimar do apoio continental, etc. O bom analista buscará dar uma ordem de prioridade a tais causas e fatores, mas será sempre forte a tentação de continuar acrescentando mais ingredientes a uma receita já rica.

Por sua vez, a narrativa, mesmo de autor com talento literário, não poderá contar a estória com tantas variáveis em constante interação. Em decorrência, o narrador, mesmo se listar (à guisa de abrir parêntese analítico) todos os fatores explicativos possíveis, será obrigado a selecionar uns poucos fatores ou variáveis e que estarão presentes de uma ponta a outra da estória.

Em síntese, a narrativa tende a exigir seleção mais rigorosa das várias possibilidades de explicação e, em decorrência, um meditar mais aprofundado sobre os eventos a serem estoriados. Está claro que existem bons e maus contadores de estórias, mas a boa narrativa, ao contrário do que possa parecer, à primeira vista, nesta era moldada pelo prestígio da ciência, pode constituir exercício explicativo da mais alta sofisticação e precisão.

Por último, a narrativa ainda possui o que foi anteriormente classificado como poder quase mágico de transmitir conhecimento. Parte de tal poder é explicável mais pela teoria da literatura do que pela epistemologia. Ao construir a forma e estrutura da narrativa, o autor é obrigado a tomar certas decisões e que influirão sobre o poder explicativo final da estória. Por exemplo, o historiador deve organizar a trama do texto seguindo certos modelos, como romance, sátira, comédia, epopéia, ou tragédia. Hayden White, ao analisar alguns dos mais conhecidos historiadores do século passado (todos excelentes narradores), identifica a preferência de Jules Michelet pelo romance, a inclinação de Leopold von Ranke pela comédia, a influência da

tragédia em Alexis de Tocqueville e a predileção de Jacob Burckhardt pela sátira.[8] Esta escolha de trama ("emplotment"), como bem ressalta White, não é apenas recurso organizacional, mas sim agrega capacidade explicativa à narração.

Do mesmo modo, quase todos os demais elementos usualmente tratados em análise literária também podem contribuir para facilitar a transmissão de conhecimento. A título ilustrativo, poderiam ser mencionados, entre muitos outros, o posicionamento do narrador, qual seja, onisciente ou contemporâneo aos eventos estoriados; a escolha do tempo imposto à estória e a atitude ideológica do narrador (anarquista, conservadora, radical, liberal, etc.). Todos esses elementos, como poderá atestar qualquer crítico literário, não são fatores inertes, e, em decorrência, podem contribuir para a boa transmissão do conhecimento. Sobre a matéria, J.H. Hexter defende, inclusive, a idéia de que o uso da linguagem própria da literatura, com todo seu poder evocativo, não apenas é permitido, mas, às vezes, indispensável.[9] Opinião idêntica é adiantada por Barbara W. Tuchman, detentora de Prêmio Pulitzer e recordista de vendas, e que de forma explícita utiliza os mais diversos recursos literários para maximizar o poder de evocação de seus textos. Por exemplo, em seu The Guns of August, onde se conta a estória do primeiro mês da Primeira Guerra Mundial, a autora, escrevendo a partir do ponto de vista de narrador contemporâneo, provoca verdadeiro "suspense" com a retirada de qualquer menção a eventos futuros, inclusive deixando de citar a vindoura Batalha do Marne e mesmo que a Alemanha viria a perder o conflito cuja origem está estoriando.[10]

Em síntese, cumpre recordar a observação do historiador Américo Castro de que "os fenômenos humanos per se não conseguem encontrar seus lugares apropriados no passado".[11] O mesmo ocorre com os fenômenos contemporâneos e cabe ao diplomata "encontrar o lugar apropriado" nas suas informações para o material detectado no manuseio das fontes. Nesse exercício, conforme destacado no presente capítulo, a abordagem analítica não é melhor nem pior do que a narrativa. O diplomata usará uma ou outra - ou ainda mescla das duas - conforme as exigências específicas da informação sendo preparada.

---

(8) Hayden White, Metahistory: The Historical Imagination in Nineteenth Century Europe, p. 8.
(9) J.H. Hexter, Doing History, p. 19.
(10) Barbara W. Tuchman, Practicing History: Selected Essays, p. 22
(11) Américo Castro, An Idea of History, Selected Essays of Américo Castro, p. 279.

No entanto, cumpre não esquecer que cada das técnicas possui exigências próprias e que devem ser obedecidas, Comentando o tema, Dale H. Porter, em crítica aos historiadores, destacava que:

> "Eles aspiram ao manto da ciência empírica e, portanto, ensaiam explicações causais derivadas das vagas noções que possuem acerca do que fazem os cientistas. Ademais, pleiteam também a criatividade da literatura, mas sem a paciência de submeterem-se à crítica literária. Grande parcela de seus escritos é perfeita expressão de tal ambiguidade".(12)

A citação acima parece apropriada também para a informação diplomática, a qual parece indecisa entre a abordagem analítica e a narrativa. Em verdade, não há razão para considerar a narrativa como forma pobre de informação diplomática, visão que, inclusive, aparentemente, justificou a redução do peso da literatura nas provas vestibulares do Instituto Rio-Branco, sob alegação de constituir adorno intelectual de menor importância. Como visto, caso exista algum desdouro no contar de estórias, o mesmo reside apenas na eventual falta de perfeição literária e que tende a empobrecer a transmissão de conhecimento que é o objetivo da informação diplomática.

Em outras palavras, na medida em que o método histórico constitui a abordagem natural da informação diplomática brasileira, não se justifica menosprezar a narrativa e, por conseguinte, abandonar instrumento eficaz de transmissão de conhecimento. Cumpre exemplificar o afirmado com o autor da epígrafe, ou seja, qualquer historiador pode analisar exatamente o que aconteceu em 7 de Setembro de 1812, nas margens do Rio Moscova, mas somente um Tolstoy, sem maior explicitar de fatos, foi capaz de transmitir o que era ser soldado na Batalha de Borodino.(13)

---

(12) Dale H. Porter, "History as Process". History and Theory, Vol. XIV, nº 3, 1975, p. 301.

(13) Observação atribuída ao historiador Herbert Butterfield e citada em David Lowenthal, The Past Is A Foreign Country, p. 227.

III - TÓPICOS RELATIVOS À CAUSALIDADE

III - Tópicos Relativos a Causalidade

> Tome-se, por exemplo, o princípio de que "nada pode ocorrer sem uma causa". Não temos idéia clara sobre o que queremos dizer com causa, ou em que consiste a causalidade. Mas o princípio expressa desejo por alguma conexão interna entre fenômenos mais profunda do que apenas a seqüência temporal nos sugere. A palavra "causa", em suma, é um altar homenageando deus desconhecido; pedestal vazio ainda marcando o local de estátua almejada.
>
> (William James, Os Princípios de Psicologia, 1890)

Entre as "explicações" contidas em texto histórico ou em informação diplomática, a afirmação causal revela-se de especial interesse. Na linguagem do dia-a-dia, tais explicações, que estabelecem relações de causa e efeito, são corriqueiras e, mesmo, impossíveis de serem evitadas. Por exemplo, argumenta-se que o gasto público excessivo (causa) provoca inflação (efeito); a queda do Governo X (efeito) é explicada por um feixe de fatores (causas); o decreto presidencial (causa) determinou a alteração da alíquota do imposto (efeito), etc. Em síntese, na linguagem corrente - a forma de comunicação tanto da História quanto da Diplomacia - pareceria impossível tentar exorcizar o uso de expressões causais.

Por outro lado, conforme adiantado na epígrafe, nos campos da ciência e da filosofia prossegue debate (multi-secular e ainda inconcluso) acerca da própria existência de causas ou da possibilidade de as mesmas poderem vir a ser conhecidas. Segundo Mortimer J. Adler e William Gorman, esse debate transformou em antagonistas William James e Freud, Hegel e Marx, Spinoza

e Descartes, Dante e Milton.[1] Como seria de se esperar, os historiadores participam ativamente desse debate sobre causalidade motivados pelo desejo, de uma parte, de não abandonarem a linguagem corrente, e, de outra, de poderem comprovar a lógica e cientificidade de seus métodos de trabalho. Na medida em que o debate filosófico mais geral sobre causas permanece ainda inacabado, não é possível cristalizar uma teoria definitiva de causalidade histórica. No entanto, como será visto no corrente capítulo, diversos tópicos de tal debate podem interessar ao diplomata na sua inevitável condição de usuário da linguagem corrente e, portanto, de explicações causais.

Mais importante, o "explicar o porque" dos eventos sempre foi considerado a função primordial da informação diplomática e pré-condição essencial para qualquer ação de política externa. Em contraposição, a História teoricamente poderia limitar-se a apenas "relatar o que aconteceu" sem indagar o porque dos fenômenos. Por este motivo, a negação filosófica da causalidade consegue ser mais incômoda para o diplomata do que para o historiador. Em outros termos, o exercício de buscar justificar explicações de causa-e-efeito, provando que possuem mais "realidade do que dragões ou sereias" (para utilizar a expressão de William P. Montague), é exercício importante para historiadores, mas vital para diplomatas.

Como ponto de partida na consideração da matéria, cabe recordar a própria definição de "causalidade" e que, na formulação mais estrita, proposta por M.R. Cohen, "significa a soma das condições necessárias e suficientes para que ocorra algum evento".[2] Imagine-se, a título ilustrativo, o rol das causas da Proclamação da República e que incluem, entre muitíssimas outras, a questão religiosa, a crise militar, a abolição da escravatura, as supostas aspirações nacionais por regime republicano, as idiossincrasias pessoais dos principais atores envolvidos, as transformações econômicas e sociais do país, etc. A Professora Emília Viotti da Costa, para pormenorizar o rol acima, utiliza nada menos do que 35 páginas para comentar as diversas "causas" possíveis do evento em tela.[3]

---

(1) Mortimer J. Adler e William Gorman (editores), The Great Ideas: A Syntopicon of Great Books of the Western World, Volume 2, p. 63.

(2) Definição de M.R. Cohen citada em William H. Dray, Philosophy of History, p. 42.

(3) Emília Viotti da Costa, Da Monarquia à República: Momentos Decisivos. O exemplo citado refere-se apenas ao capítulo conclusivo da obra, a qual, na sua totalidade, pode ser vista como a busca de explicações para o advento da República. Observe-se ainda que este livro serve como exemplo de bom manejo da noção de causalidade.

Ao perseguir-se o rigor positivista na definição de causa, a listagem de "condições necessárias e suficientes" pode ser expandida de forma infinita. Por exemplo, ao tomar-se uma das causas da Proclamação da República, e.g. a abolição da escravatura, observa-se que também este evento terá sido "causado" por certo número de condições necessárias e suficientes. Em decorrência, todas as "causas" da abolição também devem ser arroladas como explicações dos eventos de 15 de Novembro de 1889. Em outras palavras, a cadeia de "causas de causas" pode ampliar-se ad infinitum. Comentando este problema, o historiador W. H. Walsh destaca que "estamos sob a ameaça de admitir que as causas de qualquer evento devem ser todos os eventos que o precederam".(4)

Em verdade, como bem observa G.R. Elton, a noção de causalidade caiu em certo descrédito com os historiadores por ter sido utilizada de maneira excessivamente simplista.(5) Contudo, a posição oposta, ou seja, a do rigor positivista, tende a estrangular a utilidade do conceito. Como resultado, historiadores e diplomatas continuam navegando entre a Scylla de explicações sem embasamento filosófico e o Charibdis do rigor positivista estéril. Para alguém interessado em conhecer as causas da queda da monarquia, revela-se igualmente insatisfatório selecionar, de forma arbitrária, algumas explicações ou listar (seguindo a definição de Cohen) infindo número de eventos que tenham precedido o 15 de Novembro.

Faz-se mister, neste ponto, abrir parênteses para destacar que o problema acima sumariado não afeta apenas a História. Todas as demais ciências sociais, ao tentarem detectar o "porque" de um evento confrontam-se com dificuldades similares. A título ilustrativo, caberia mencionar estudo de Osvaldo Sunkel sobre as causas da inflação no Chile antes de 1956.(6) O economista em questão argumenta existirem quatro ordens de causas, as quais são divididas em sub-categorias e que, por sua vez, ainda são sujeitas a outros parcelamentos. Na busca de todas as condições necessárias e suficientes, Sunkel produz listagem de causas de doze páginas. Como resultado, o leitor fica convencido de que

---

(4) W.H. Walsh, "Historical Causation", Proceedings of the Aristotelian Society, 1962-63, artigo incluído na antologia editada por Ronald H. Nash, Ideas of History, p. 237.

(5) G.R. Elton, The Practice of History, p. 129.

(6) Osvaldo Sunkel, "Um Esquema Geral para a Análise da Inflação", e que, juntamente com trabalhos de outros autores, compõe o livro Inflação e Desenvolvimento: Textos Básicos sobre as Economias Subdesenvolvidas, p. 19-33.

todos os eventos no Chile, a partir pelo menos dos anos trinta, foram responsáveis, em maior ou menor parcela, pela alta de preços verificada na primeira metade da década de cinqüenta. Como no exemplo precedente sobre a queda da monarquia, a meritória ambição de identificar causas, da forma a mais abrangente possível, afoga a capacidade de "explicar o porque" do evento. Mais importante do ponto de vista diplomático, caso fosse necessário que tal identificação de causas servisse de base para alguma ação, o excesso de explicações provavelmente conduziria à inação.

Em contrapartida, caso Sunkel optasse por selecionar apenas algumas poucas causas, como poderia estar seguro de que o fenômeno da inflação chilena havia sido explicado de forma adequada? No caso extremo, poderia até mesmo privilegiar apenas uma única causa. Na imprensa brasileira, a inflação tende a ser atribuída ao déficit da conta de Governo, não obstante o fato de, nos EUA, um déficit anual de US$ 165 bilhões não constituir condição necessária ou suficiente para provocar nem mesmo uma "double digit inflation".

As dificuldades, na prática, da utilização de noções de causalidade ainda são mais amplas. Por exemplo, do ponto de vista de definições, torna-se difícil distinguir com precisão entre causa, condição e motivo. Mais importante, desde a Metafísica de Aristóteles, tem-se consciência de que o conceito de causa refere-se a, pelo menos, quatro categorias distintas de explicações. Ronald Nash sublinha que dos quatro tipos mencionados de causas (material, eficiente, formal e final), no mínimo três interessam ao historiador e exemplifica com a indagação de "qual a causa da morte de Lincoln?".(7) Pela causa eficiente, o presidente faleceu em decorrência de projétil disparado pela arma de John Wilkes Booth. A causa formal da morte seria o ódio que muitos sulistas (inclusive Booth) sentiam por Lincoln. Por sua vez, a causa do tipo final, na classificação aristotélica, explicaria o assassinato pelo desejo sulista de obter condições mais favoráveis para a derrotada Confederação. Em síntese, uma série de explicações qualitativamente divergentes encontra abrigo sob a denominação única de causalidade.

Esse somatório de dificuldades provoca na mente dos historiadores, a partir da virada do século, forte suspeita sobre a validade de tentarem identificar as causas de qualquer fenômeno

(7) Ronald H. Nash (editor), Ideas of History, p. 230

ocorrido no passado. Tal suspeita encontra excelente síntese em observação de Bertrand Russel, formulada em 1917, ao afirmar que a causalidade era "relíquia de eras passadas, sobrevivendo, como a monarquia, apenas porque erroneamente considera-se que seja inofensiva".(8)

Observe-se ainda que, neste tópico, ao contrário de outros abordados pelos positivistas, os filósofos idealistas não conseguiram formular teorias alternativas capazes de justificar práticas correntes dos historiadores ou de orientá-los sobre como refinar os métodos de trabalho. O patrono da posição idealista moderna em História, R.G. Collingwood, apenas observa que:

> "Para o historiador não existe diferença entre descobrir o que aconteceu e descobrir porque aconteceu".(9)

Em outros termos, a partir de postura idealista absoluta, não existe um suposto estágio adicional de história científica ou filosófica, quando se descobrem causas, leis ou explicações para os fatos. O historiador ao reviver o pensamento do evento histórico, ou seja, ao apreender o "lado de dentro" do fenômeno, já o tem "explicado" de maneira satisfatória. Nessas condições, a "causa de um evento" fica reduzida ao pensamento das figuras históricas envolvidas. Segundo o próprio Collingwood, a indagação "porque Brutus matou César?'' corresponde, para o historiador, a "quais as idéias de Brutus que o induziram a apunhalar César?".(10)

A interpretação idealista de causalidade foi e continua sendo objeto de complexo debate, o qual não caberia sumariar no presente capítulo. Contudo, intuitivamente o historiador ou diplomata reconhece que "o pensamento por trás do evento", sobretudo nos acontecimentos dominados por figuras carismáticas, tende a ser suficiente para explicar de forma adequada o evento em tela. Por exemplo, o suicídio de Getúlio Vargas ou a decisão de Juscelino Kubitschek de mudar a capital para Brasília são acontecimentos cujas causas podem ser encontradas no pensamento da figura histórica predominante. Por outro lado, também intuitivamente, sabe-se que esta noção idealista de causalidade é de difícil aplicação para fenômenos como a Revolução Industrial ou a urbanização do Século XIX.

---

(8) Observação de Bertrand Russell em Mysticism and Logic, citada por David Hackett Fischer, The Historian's Fallacies: Towards a Logic of Historical Thought, p. 165.

(9) Robin George Collingwood, The idea of History, p. 177.

(10) Ibid, p. 214.

Observe-se, pois, que a noção de causalidade encontra-se comprometida de diversas maneiras. Em primeiro lugar, o debate filosófico sugere até mesmo que não existem causas. Por outro lado, o rigor de definições que exijam "todas as condições necessárias e suficientes" tende a produzir explicações estéreis. A postura idealista, comentada nos dois parágrafos anteriores, reconhecia como "causa" pouco mais do que a motivação das figuras históricas. Ademais, as ciências exatas praticamente prescindem de explicações causais (sobretudo, da categoria final), lançando assim, com seu enorme prestígio intelectual, outra sombra sobre o conceito em pauta. Em vista do que precede, não é de estranhar que também os historiadores tenham buscado evitar a noção de causas.

A ironia de tal situação está no fato de ocorrer o descrédito da causalidade no mesmo momento em que os historiadores buscavam ampliar a gama de explicações. Os temas abordados, desde o princípio do século, tendiam a transbordar os antigos limites da história política, e sob a influência dos demais ramos das ciências humanas, as explicações causais tornavam-se mais refinadas. Como resultado, por um lado, a noção de causa perde respeitabilidade e, por outro lado, a mesma noção regressa, pela porta dos fundos, sob a forma de sinonímia imprecisa. Não mais buscavam-se as "causas" de determinado conflito, mas sim as suas "variáveis", "origens", "tendências", "influências", "fatores", "razões", "molas-mestre", "fundamentos", etc. A mesma tendência, ou seja, a de mascarar a causalidade, é detectada na informação diplomática, a qual não poderia ficar imune de todo ao clima intelectual que provocara o banimento original da causalidade.

Como resultado dessa camuflagem da noção de de causa, muitos textos históricos (e, porque não admitir, também informações diplomáticas) passam a apresentar o que G.R. Elton classifica jocosamente como sendo "abstrações vaporosas" e "nuvens miasmáticas".(11) Certas abstrações como, por exemplo, tendências estatísticas, clima mental em determinada conjuntura, fatores ou forças, passam a ser agentes da História, no que Elton classifica como indolência intelectual. Em especial, o mesmo autor recomenda, de modo o mais enfático, que seja esquecido o termo "fator". Abordando o mesmo aspecto, Lichtman e French destacam também como a causalidade pode encontrar-se

(11) G.R. Elton. The Practice of History, p. 129-131.

disfarçada com o uso de expressões como "em decorrência de", "em virtude de", "a partir de", etc.[12] Em vista do que precede, como primeira recomendação, cabe sublinhar a necessidade de encarar frontalmente as expressões de causa e efeito, indagando, de forma explícita, "quem" ou "o que" provocou determinado evento.

Cabe, neste ponto, ressaltar que, pelo menos do ponto de vista da História, a causalidade volta, aos poucos, a recuperar respeitabilidade. Talvez esta tendência seja explicada pelo fato de ter sido provada a impossibilidade de exorcisar a causalidade dos textos históricos. Possivelmente, a explicação de causa e efeito - como destaca Agnes Heller - corresponda a uma necessidade elementar humana.[13] Mesmo um analista como Michael Oakesott, em obra recente, já mostra-se receptivo à noção em tela e menciona que:

> "O termo `causa', quando surge no discurso histórico como relação entre eventos, está sendo utilizado de modo impróprio. No entanto, eu penso que seria absurdo sugerir que a palavra `causa' fosse retirada do discurso histórico. Quando a mesma aparecer, ela deve ser permitida como querendo dizer (o que já acontece na maior parte dos escritos históricos de respeito) não mais do que uma expressão de preocupação do investigador de buscar relações significativas entre eventos históricos e de distinguir quais as condições antecedentes são significativas ou não para o entendimento do evento."[14]

A definição acima talvez não tranquilize, de todo, um historiador habituado a tratar a causalidade com pundonor. Contudo, para o diplomata - que, como visto, não pode fugir ao exercício de identificar causas - a definição de Oakeshott é mais do que generosa no que concerne dar respeitabilidade intelectual à causalidade. Aliás, no dia-a-dia da informação diplomática, a noção de causa não transcende os limites impostos pela definição do parágrafo precedente. Como o próprio Oakeshott destaca, tampouco "os escritos históricos de respeito" sentir-se-ão cerceados pela definição em tela. Em conclusão, não existe qualquer elemento de desdouro intelectual para o diplomata que busque de modo explícito apontar as causas de evento sob estudo e, tampouco,

---

(12) Allan J. Lichtman e Valerie French, Historians and the Living Past, p. 45.
(13) Agnes Heller, A Theory of History, p. 171.
(14) Michael Oakeshott, On History and Other Essays, p. 88.

existe razão para mascarar o exercício com qualquer "nuvem miasmática".

Em vista do que precede, passa a ser permitido encerrar o capítulo com algumas observações (de natureza acautelatória) sobre como manipular explicações do tipo causal. O conceito de causalidade pode estar retomando respeitabilidade, mas faz-se mister abordá-lo com cuidado para bem decifrar o que Raymond Aron definiu como sendo "o mistério do evento, isto é, a interseção da necessidade com o acidente".(15) Talvez seja de bom alvitre começar com a questão do acidente, tema conhecido em História como sendo "o nariz de Cleópatra".

A expressão do parágrafo precedente aparentemente originou-se com comentário de Pascal no sentido de que se o nariz de Cleópatra fosse mais longo, a história do mundo teria sido diferente. Em outros termos, se Antônio não estivesse tão enamorado de Cleópatra, ele não teria acompanhado a rainha egípcia na fuga, abandonando suas tropas que se rendem a Otaviano na Batalha de Actium. O mesmo exemplo volta a inspirar ensaio de J.B. Bury, em 1916, sobre aspectos acidentais na História intitulado "Cleopatra's Nose".(16)

Outro conhecido exemplo de acidente como fator explicativo é encontrado nos escritos de Winston Churchill ao descrever a morte, em 1920, do Rei Alexandre da Grécia, em decorrência de infecção contraída por mordida de um macaquinho de estimação. Ao falecimento do Rei Alexandre segue-se plebiscito, a escolha de novo monarca e uma sangrenta guerra com a Turquia. Analisando a cadeia de eventos, Churchill ironicamente conclui "que um quarto de milhão de pessoas morreram daquela mordida de macaco".(17)

Outro exemplo ilustre de acidentalidade encontra-se em Gibbon, o qual atribue a um ataque de gota do Sultão Bajazet o fato de Roma não ter sido atacada pelos turcos. O sultão havia planejado alimentar o seu cavalo no altar de São Pedro em Roma, mas, segundo passagem sempre citada do autor de O Declínio e Queda do Império Romano:

---

(15) Observação de Raymond Aron em artigo intitulado "Evidence and Inference in History", publicado originalmente na revista Daedalus, Outono de 1958, Vol. 87, nº 4, e transcrito na antologia de Ronald H. Nash, Ideas of History, p. 255.

(16) O exemplo do nariz de Cleopatra é dado como ilustração da pobreza de explicações históricas da Renascença por R.G. Collingwood, The Idea of History, p. 80 e volta a ser comentado na p. 149 com relação ao ensaio de J.B. Bury.

(17) Winston S. Churchill, The World Crisis: the Aftermath, (1929), citado em D.H. Fischer, Historian's Fallacies: Toward a Logic of Historical Thought, p. 174.

"As desordens no campo moral são, por vezes, corrigidas pelas do mundo físico; um humor acrimonioso afetando uma só fibra de um homem pode evitar ou suspender a miséria de nações".[18]

Na autobiografia de Trotsky encontra-se episódio do outono de 1923, quando o autor adoece em decorrência de febre contraída durante caçada de patos. A enfermidade coloca fora de ação Trotsky, em momento crucial da disputa com Zinoviev, Kamenev e Stalin. Em decorrência, o autor argumenta que se "pode prever a revolução ou a guerra, mas é impossível entrever as conseqüências de caçada outonal de patos selvagens".[19]

Os quatro exemplos acima poderiam ser facilmente multiplicados. Aliás, todo diplomata, em algum momento da carreira, confronta-se com a influência do acidente sobre o curso projetado dos acontecimentos. Cabe, pois, indagar como tal tipo de evento deve ser inserido nas explicações contidas tanto nos textos históricos quanto nas informações diplomáticas.

Comentando a matéria, D.H. Fischer classifica as explicações do tipo exemplificado acima como sendo uma falácia redutiva, ou seja, que reduzem a complexidade à simplicidade. Uma das formas mais comuns é a confusão da causa necessária com a suficiente.[20] Por exemplo, a mordida do macaco era causa necessária para a morte do Rei Alexandre, mas não causa suficiente para explicar a morte de 250 mil pessoas. Do mesmo modo, a beleza de Cleópatra (não apenas o nariz) era causa necessária para explicar a paixão de Antônio, mas não causa suficiente para justificar a possível mudança no curso da história mundial.

Os comentários acima nos fornecem a primeira indicação sobre como manusear tais "acidentes", ou seja, verificar até que ponto constituem condições suficientes, e não apenas necessárias, para explicar eventos posteriores. No que constitui um dos melhores textos sobre acidentalidade, E.H. Carr observa, citando Hegel, "que o que é racional é real, e o real é racional".[21] Carr admite a existência de causas reais e acidentais, mas apenas as primeiras permitem generalizações úteis e aprofundamento da compreensão dos eventos. Em outros termos, os "acidentes"

---

(18) Edward Gibbon, The Decline and Fall of the Roman Empire, Capítulo 64.
(19) Observação de Trotsky citada em Edward Hallett Carr, What is History?, p. 129.
(20) D.H. Fischer, Historian's Fallacies: Towards a Logic of Historical Thought, p. 172.
(21) Edward Hallett Carr, What is History?, p. 139.

podem ser citados como recurso literário, à semelhança do que fez Churchill, para amenizar a leitura. No entanto, a prova da inutilidade como explicação causal reside no fato de que não podem ser tiradas generalizações das mesmas (e.g. "guerras são provocadas por mordidas de macaquinhos" ou "caçadas de patos alteram a composição da liderança soviética").

Em conclusão, o diplomata estará atento para não se contentar apenas com tais explicações acidentais, as quais, em verdade, poderão estar ofuscando causas mais relevantes para a informação e ação diplomáticas. Imagine-se, a título ilustrativo, a pobreza da informação de uma embaixada estrangeira que esteja explicando os eventos da Nova República como tendo decorrido do acidente que foi o alto índice de infecção hospitalar em Brasília em Março de 1985...

Ainda sobre a acidentalidade na explicação, seja histórica ou diplomática, cabe reproduzir a observação de E.H. Carr que tal tipo de causa ganha prestígio, sobretudo, entre os povos em etapa de declínio. Esta tendência é observada pelo menos desde Polibius, acerca do qual Gibbon comenta que "os gregos, após verem o seu país reduzido a província, atribuem os triunfos de Roma, não ao mérito, mas sim à boa sorte da República".(22) Do mesmo modo, a historiografia britânica, após 1914, começou a preocupar-se com a questão de acidentalidade e, hoje, são corriqueiras as tentativas de explicação invocando tal ordem de de causas. Um exemplo significativo é encontrado entre os últimos escritos do popular e respeitado historiador A.J.P. Taylor. Após dedicar a vida a estudar os conflitos bélicos europeus, o citado historiador argumenta que a Primeira Guerra Mundial foi deflagrada, não pelas tensões internacionais acumuladas por longo tempo, mas sim por enganos de avaliação. No texto original Taylor menciona explicitamente que "war came by mistake".(23) Esta atitude recorda um suposto concurso, realizado no período de entre-guerras, para apresentar a mais inverossímil manchete de jornal. A vencedora foi: "Arquiduque Franz Ferdinand Encontrado Vivo - A Grande Guerra Um Engano!"

Sumariadas as principais fracetas do tópico de acidentalidade, cabe voltar os olhos para o aspecto da necessidade, ou seja, o teste da afirmação de que a causa C_1 necessariamente terá produzido o efeito E_1. Conforme apontado no início do capítulo, para muitos

(22) E.H. Carr, What is History?, p. 130.
(23) A.J.P. Taylor, An Old Man's Diary, p. 145.

analistas este tipo de exercício é inválido em virtude das dúvidas sobre a própria existência da causalidade. Contudo, parte-se já agora do pressuposto (desejável para historiadores, vital para diplomatas) de que podem ser identificadas relações de causalidade. No dizer do respeitado historiador Edward H. Carr, "contentar-me-ei com o uso da palavra `causa' na acepção comum e deixarei de lado os demais refinamentos".(24) Em outros termos, ao ser aceita a definição de Oakeshott explicitada na página 45, passa a existir a relação entre C_1 e E_1 e, portanto, a mesma pode ser objeto de exame para verificar a eventual presença de algum vício de lógica.

Em trabalho de escopo mais ambicioso, caberia reproduzir, neste ponto, o exame dos numerosos casos de vícios de lógica conhecidos como falácias de causalidade. Contudo, o tema é sobejamente desenvolvido em numerosas obras, com o refinamento intelectual permitido por debate multi-secular. Aliás, a antiguidade do tópico pode ser aquilatada pelo fato de ainda hoje grande parte das citadas falácias ostentarem designações latinas como "post hoc, propter hoc", "cum hoc, propter hoc", "pro hoc, propter hoc" etc. Para os interessados, uma síntese bem elaborada e útil do ponto de vista do diplomata encontra-se no Capítulo VI da conhecida obra de David Hackett Fischer, já citada acima.

A título ilustrativo, no entanto, pareceria útil abordar uma das falácias de causalidade que, no caso, tende a ser das menos óbvias. Trata-se da chamada "falácia da identidade", segundo a qual a causa deve assemelhar-se, de algum modo, ao efeito que provoca. A forma mais comum dessa falácia é a de considerar que causa e efeito devem ser do mesmo porte. Assim, um grande evento (e.g. a queda de Governo) deve ser explicado por causas igualmente portentosas. Pela mesma falácia, um grande evento só poderá produzir efeitos de grande magnitude. Este tipo de falácia é observado, em especial, na imprensa que tende a apresentar os eventos corriqueiros que recheiam as primeiras páginas dos jornais como sendo acontecimentos extraordinários, ou sem precedentes ou históricos, etc. Esta postura da imprensa (válida para promover a venda de jornais) tende, contudo, a contagiar a informação diplomática, a qual, poderá ignorar a relevante pequena causa ou recusar-se a admitir efeitos cujo porte não sejam condizentes com o de sua causa.

---

(24) E.H. Carr, What is History?, p. 115.

A falácia da identidade apresenta variante mais nociva quando indica que causas e efeitos devem ser da mesma qualidade. Por exemplo, efeitos econômicos devem ter causas econômicas, fenômenos políticos são explicados prioritariamente por eventos políticos, etc. Comentando o tema, J.H. Hexter classifica tais inclinações como sendo "história-túnel" com os especialistas relutando em incluir explicações alheias ao campo intelectual em que militam. Como resultado, sob a influência da falácia da identidade, tanto o historiador quanto o diplomata, aproximam-se do exame de causas com antolhos. O exemplo mais comum desta situação é encontrado nas grandes embaixadas, onde esteja ocorrendo rígida separação de setores, e as indagações do setor econômico recebem respostas apenas econômicas, do setor político apenas políticas, etc.

Concluindo o capítulo, o leitor terá notado que, no concernente à causalidade, não existem fórmulas prontas e seguras. Toda e qualquer explicação causal representa desafio para a sensibilidade e inteligência do historiador ou do diplomata. Até o desenvolvimento de uma teoria filosófica definitiva sobre o assunto, o diplomata estará obrigado a examinar caso-a-caso as explicações causais que utilizar e continuará encontrando consolo no lamento de Virgílio, escrito em 30 antes de Cristo e válido até hoje, Felix, qui potuit rerum cognoscere causas.

IV - JULGAMENTOS DE VALOR

IV - Julgamentos de Valor

A prosa anti-séptica pode afrontar o senso estético tanto quanto a linguagem farisaica.

(Adrien Oldfield, "Moral Judgements in History", History and Theory, Vol. XX, p. 274)

Na linguagem corrente - a forma de comunicação da História e da Diplomacia - duas categorias de explicação revelam-se de especial importância. A primeira, a afirmação causal, foi abordada no capítulo precedente. Por sua vez, a presente seção buscará explorar algumas facetas do segundo mecanismo básico de transmitir conhecimento, qual seja, o julgamento de valor.(1)

Em essência, o julgamento de valor constitui afirmação de elogio ou de recriminação. Os critérios que orientam as afirmações em tela, como destaca Oldfield, podem variar.(2) Por exemplo, o critério será estético ("bonito versus feio") para julgar obras de arte, "certo versus errado" para apreciar trabalhos científicos, e "bom versus mau" para embasar julgamentos éticos ou morais. Parece óbvio que os três exemplos de julgamento de valor acima mencionados, entre outros, são utilizados por historiadores e diplomatas para transmitir conhecimento. Contudo, em ambas

(1) Cabe repetir a noção de que a causalidade e o julgamento de valor constituem "explicações", isto é, formas de estabelecer "o porque" de evento e, em decorrência, de poder transmitir conhecimento. Sobre a matéria vide Allan J. Lichtman e Valerie French, Historians and the Living Past: The Theory and Practice of Historical Study, p. 44-45.

(2) Adrien Oldfield, "Moral Judgements in History", History and Theory, Vol. XX, nº 3, p. 260.

profissões, observa-se a especial proeminência de julgamentos relativos às motivações das ações e às conseqüências pessoais e sociais das mesmas. Estas duas categorias de elogio ou de recriminação - seguindo o raciocínio de Agnes Heller são justamente as principais no campo dos julgamentos morais.(3) Não obstante a clara proeminência, também na área diplomática, de tais apreciações a partir do critério de "bom versus mau", o título do capítulo privilegiou o conceito de julgamento de valor por ser noção mais abrangente e, sobretudo, menos carregada de emotividade. Contudo, na prática, os julgamentos de valor do diplomata quase sempre serão apreciações do gênero "bom versus mau", ou seja, por definição, julgamentos éticos ou morais.

Os historiadores, há muito, estão conscientes do quanto a linguagem do dia-a-dia estará entranhada de julgamentos de valor. Como bem observa William H. Dray, até mesmo palavras tomadas individualmente podem estar prenhes de implicações morais ou éticas como, por exemplo, "vitória", "tradição", "ordem", "estadista", etc.(4) Em outros termos, uma palavra como "traição" não apenas descreve evento, mas, acima de tudo, transmite apreciação moral (e.g. "Calabar foi um traidor"). Como resultado, ao ser utilizada a linguagem corrente, afigura-se tão difícil exorcizar o julgamento de valor quanto, como visto no capítulo precedente, evitar a afirmação causal.

Em épocas anteriores, o fato de o julgamento de valor ser intrínseco à linguagem corrente não constituia motivo de incômodo visto que, com freqüência, o trabalho histórico era entendido como atividade afim da filosofia moral. Entre Tucídides e o Século XIX, grande parcela dos historiadores, como destacam Lichtman e French, estudavam o passado na expectativa de identificar princípios morais ou orientações para uma conduta humana mais virtuosa.(5) Esta atitude está bem caracterizada no aforismo de Dionísio de Halicarnasso (40-8 a.C.), sempre repetido no século passado, de que "a História é a Filosofia ensinando por exemplos".

Ademais, o julgamento de valor, em outras eras, chegou a

(3) Agnes Heller, A Theory of History, p. 118.
(4) William H. Dray, Philosophy of History, p. 24.
(5) Allan J. Lichtaman e Valerie French, Historians and the Living Past: The Theory and Practice of Historical Study, p. 73.

constituir o mais importante princípio explicativo da História. Sobre o assunto, Agnes Heller, com muita propriedade, sublinha que:

> "Guerras foram perdidas como resultado da covardia, vaidade ou avareza; foram vencidas por causa de heroismo, sacrifício, ascetismo ou devoção à causa. Caso um povo de elevados padrões morais fosse derrotado, o fatídico evento era apenas parcialmente explicado pela superioridade numérica ou técnica do inimigo. A principal razão devia residir na falta de escrúpulos ou intrigas do adversário ou em traição. A historiografia contemporânea apresenta atitude diferente, mas as pessoas comuns ainda não perderam a inclinação a explicar eventos históricos em termos de moralidade."(6)

A partir do final do Século XIX, os historiadores (neste caso, sob benéfica influência positivista) começaram a questionar essa "razão-de-ser moralista" do seu trabalho. Para utilizar expressão de Marc Bloch, a profissão histórica deixa de aceitar a postura de "juiz no Hades", isto é, o constante explicitar de apreciações morais e éticas sobre fatos ou personagens do passado.(7) Como resultado, hoje a quase totalidade dos historiadores e dos filósofos preocupados com a matéria concordam com a noção de que o estudo do passado não mais deve ser perseguido prioritariamente como exercício para identificar lições morais.

Não obstante tal consenso que parece óbvio para o leitor contemporâneo, permanece sem solução universalmente aceita o problema de como, em textos que utilizam linguagem corrente, diluir, redirecionar ou exorcizar os julgamentos de valor. Ademais, tais julgamentos constituem forma de explicação, ou seja, algo de evidente utilidade na tarefa de transmitir conhecimento. À semelhança do que ocorre com a causalidade, os historiadores devem buscar navegar entre a Scylla de postura anti-histórica ("juiz no Hades") e o Charibdis de atitude positivista absoluta, que poderia implicar no próprio abandono da linguagem corrente. Um pequeno exercício bastaria para mostrar ao leitor a extensão do dilema: escreva-se breve estória sobre a vida de Calabar sem utilizar julgamentos de valor. Além de ilustrar a dificuldade de esconjurar julgamentos morais da linguagem

(6) Agnes Heller, A Theory of History p. 120.
(7) Marc Bloch, The Historian's Craft, p. 139.

corrente, o pequeno exercício sugerido serve como exemplo da propriedade da epígrafe que inaugurou o presente capítulo.

Como seria de se esperar, as soluções propostas ao dilema acima são as mais divergentes possíveis. Em ponto extremo, cabe citar, a título ilustrativo, Herbert Butterfield que, no clássico ensaio The Whig Interpretation of History, argumenta serem os julgamentos morais "absolutamente irrelevantes".(8) No outro extremo, Sir Isaiah Berlin destaca que a sugestão de eliminar julgamentos de valor dos textos históricos.

> "... decorre da confusão entre objetivos e métodos dos estudos humanos e os das ciências da Natureza. Tal confusão é uma das maiores e mais destrutivas falácias dos últimos cem anos."(9)

Outros historiadores, e.g. Edward H. Carr, recomendam que julgamentos sejam emitidos apenas com relação a "eventos, instituições e políticas do passado".(10) Na visão de tais analistas, julgar indivíduos (sobretudo, casos extremos como Hitler ou Stalin) pode até servir para exonerar a responsabilidade das sociedades que propiciaram a existência de tais personagens. Em vista das dificuldades do dilema em tela, outros estudiosos (e.g. Agnes Heller) favorecem a idéia de que julgar o passado é necessário, mas que esta tarefa deve caber à literatura.(11)

À primeira vista, o debate no campo histórico sobre julgamentos de valor pareceria não apresentar interesse maior para o diplomata. A desejabilidade de o agente diplomático utilizar julgamentos de valor nunca foi questionada. Além disso, apenas posição de extremo ceticismo poderia sugerir que não é válido expressar opiniões de fundo ético ou moral sobre a realidade contemporânea. No entanto, como será visto a seguir, muitos dos argumentos brandidos na controvérsia histórica podem ser relevantes para a boa construção da informação diplomática.

Como ponto de partida, cumpre destacar que a desconfiança básica dos historiadores com relação aos julgamentos de valor

---

(8) Herbert Butterfield, The Whig Interpretation of History, p. 120.

(9) Sir Isaiah Berlin, Historical Inevitability, cujas seções sobre julgamentos morais estão transcritas por Hans Meyerhoff (editor), The Philsophy of History in Our Time, p. 271.

(10) Edward Hallett Carr, What is History?, p. 100-101.

(11) Agnes Heller, A Theory of History, p. 124-127. É interessante notar como esta analista, à semelhança de outros que também recomendam abandonar os julgamentos de valor, sobretudo os relativos a indivíduos, não conseguem chegar ao ponto de proibir a condenação dos chamados "monstros históricos".

decorre do fato de os mesmos tenderem a suspender prematuramente o esforço de compreensão. No momento em que o historiador estiver convencido da "traição" de Calabar, não mais se justifica empreender pesquisa adicional para entender de forma plena as motivações deste personagem ao aliar-se com os invasores holandeses. Caso Euclides da Cunha, como muitos outros analistas da época, entendesse que Canudos era apenas manifestação irracional de misticismo e monarquismo sertanejos, a obra-prima que é o seu relato do conflito não chegaria a ser escrita. Em síntese, o julgamento de valor pode suspender antes da hora o necessário esforço para encontrar explicações mais completas e convincentes. Esta situação é sintetizada por Herbert Butterfield ao lembrar que "condenamos ao não entender".(12) Levando este raciocínio às últimas conseqüências, o julgamento de valor (i.e. uma explicação), quando surge em texto histórico, passa a ser visto como sinal de esforço insuficiente de compreensão.

Cumpre sublinhar a ironia do argumento, qual seja, uma forma de explicação como sendo capaz de interromper o processo de compreensão do passado. Em casos extremos observa-se, inclusive, o fenômeno da indignação moral que provoca a cegueira do historiador e bloqueia, de modo definitivo, a sua capacidade de apreender e transmitir conhecimento do passado. Em síntese, a linha de raciocínio acima sumariada constitui razão suficiente para que muitos historiadores busquem abandonar julgamentos de valor e, de forma implícita, passem a orientar-se pela famosa observação de Madame de Staël: Tout comprendre, c'est tout pardonner!

Na medida em que se atribui prioridade à capacidade explicativa das informações, a prática diplomática também parece refletir os argumentos acima. Na tradição da Casa, uma forte presença de julgamentos de valor em determinada informação diplomática tende igualmente a ser interpretada como defeito por parte do redator. Talvez o sinal mais visível da reticência dos diplomatas em proporem julgamentos de valor encontra-se na preferência por textos quase despidos de adjetivação. Em outras palavras, mesmo sem debate filosófico a respeito como ocorre com a História, a informação diplomática também parece suspeitar dos julgamentos de valor. Esta atitude possivelmente seja explicada pela experiência com os casos de "indignação moral",

(12) Herbert Butterfield, History and Human Relations, cujos trechos relativos a julgamentos morais estão transcritos em Hans Meyerhoff, The Philosophy of History in Our Time, e a citação específica encontra-se na página 235.

ou seja, o engajamento do agente diplomático com uma apreciação moral ou ética a ponto de torná-lo ineficaz. Em alguns casos mais extremados, a indignação moral não apenas prejudicou a capacidade explicativa das informações, mas também constituiu fator de precipitação da retirada do agente diplomático do posto onde servia. Em síntese, também a vivência do Itamaraty apresenta razões para desconfiar que os julgamentos de valor podem vir a prejudicar a compreensão da realidade sob estudo pelo diplomata.

O segundo argumento para justificar a reticência da História moderna com relação aos julgamentos de valor decorre da consciência de sua irrelevância no longo prazo. De que serve proferir sentença sobre Calabar, se nunca poderá ser dito que "o passar do tempo" ou o "curso dos eventos subsequentes" comprovou a tese da traição ou a do idealismo? O debate argentino de "civilização versus barbárie", a ser pormenorizado no capítulo sobre mitos, favorece hoje a figura de Sarmiento, mas amanhã poderá voltar a privilegiar o caudilho Rosas. Na historiografia brasileira, os períodos de regimes militares serão classificados, ao sabor das preocupações do momento, como tendo sido necessários ou execráveis. Em suma, o esforço de explicar sobrevive, enquanto o julgamento de valor caduca, ou pior, torna-se risível para a posteridade.

O diplomata, o qual, por formação profissional, tende a raciocinar com prazos mais longos de tempo, reconhece com facilidade a sabedoria desse segundo argumento contra os julgamentos de valor. De que serve classificar como "corrupto" determinado regime se, em alguns anos, o julgamento será feito a partir de outros critérios? Para que condenar certo país, partido ou líder, se as circunstâncias imprevisíveis da vida política poderão transformá-los em aliados importantes em futuro incomodamente próximo? Em suma, o diplomata, ao contrário de outros profissionais, lida com temas que sabe serem longevos e, portanto, não encontra maior dificuldade em concordar com o historiador quando este afirma que:

> "Caso a História possa fazer algo será recordar as complexidades que solapam nossas certezas, e mostrar que todos nossos julgamentos são meramente relativos ao tempo e às circunstâncias."(13)

(13) Herbert Butterfield, The Whig Interpretation of History, p. 75.

Deve ser ainda mencionado que os historiadores buscam evitar julgamentos de valor por inexistirem padrões universais e eternos de "bom versus mau" ou de "certo versus errado". Por exemplo, o caudilho Rosas deve ser aquilatado a partir das considerações morais da Argentina atual ou com base nos critérios dos pampas na primeira metade do século passado? A primeira opção constitui anacronismo histórico, isto é, o sempre incorreto esforço de julgar uma época por medidas de valor de outras eras. A segunda possibilidade - julgar Rosas a partir dos valores gaúchos do Século XIX - permite, na prática, quase tudo explicar e justificar. Em outras palavras, o importante não é o elogiar ou o condenar, mas apenas o esforço para apreender e transmitir tal conhecimento acerca do tempo e circunstâncias de Rosas.

O diplomata, por sua vez, também encontra-se confrontado, por vezes, com problemas similares de relativismo moral. Por exemplo, qual deve ser o padrão de medida para declarar que um governo é "corrupto", "nacionalista" ou "ineficiente"? Considerando-se que a informação diplomática visa a transmitir conhecimento para alguém em Brasília, deveriam ser os brasileiros os padrões de julgamento utilizados? Por outro lado, será que esta escolha, motivada por considerações didáticas, não terminaria por provocar distorção na compreensão de realidades muito distintas da do Brasil? Além disso, na medida em que o Itamaraty expande quadros e diversifica seu recrutamento, até que ponto o agente diplomático no exterior pode ter certeza de que não será mal compreendido nas suas avaliações na Secretaria de Estado, visto ter-se diluído o sensus communis característico de instituições de menor porte?

Em síntese, o diplomata, usuário do método histórico não poderia deixar de ser influenciado pelas mesmas considerações que levaram os historiadores a tentar abandonar ou redirecionar os julgamentos de valor. Como visto nos parágrafos precedentes, algumas características próprias da carreira também tendiam a reforçar a reticência no emitir de julgamentos morais. No entanto, nesta matéria, ao contrário dos temas anteriormente abordados no trabalho, existe uma diferença fundamental entre o trabalho do historiador e do diplomata. A chave de tal divergência pode ser detectada em frase de Marc Bloch quando afirma que:

> "Os homens esquecem que o julgamento de valor possui razão de ser apenas como preparativo para uma ação e

> apresenta sentido com relação a sistema de referências morais aceitas de forma consciente."[14]

Outra afirmação de conteúdo similar é encontrada nos comentários de R.G. Collingwood sobre os escritos de Croce ao sublinhar que:

> "A parcialidade é algo correto e necessário para a ação; a imparcialidade para o pensamento. O estadista classifica o opositor de malvado ou de equivocado porque, sendo homem de ação e não de pensamento, não é sua tarefa entendê-lo, mas apenas derrotá-lo. O historiador, ao entender as motivações de ambos, classificará as duas partes como sábias e boas."[15]

As duas citações acima devem ser associadas à idéia de que a informação diplomática, por definição, sempre pode ser chamada a nortear alguma ação. Como resultado, o julgamento de valor para o diplomata não é apenas uma forma de explicação, mas, sobretudo, constitui chamamento para ação. Por exemplo, o agente diplomático, ao classificar um Governo de "sanguinário", não estará somente empreendendo exercício de transmitir conhecimento, à semelhança das explicações adiantadas pelos historiadores. Mais importante, o julgamento de valor apresenta apelo intrínseco para alguma ação corretiva e que, no caso, poderia ser voto condenatório pelo Brasil na Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas. Em síntese, para o diplomata, as duas facetas mencionadas - explicação e apelo para ação - são inseparáveis, fato que aumenta em muito a complexidade dos problemas de manuseio dos julgamentos de valor.

Observe-se que a complexidade adicional sumariada no parágrafo anterior tenderá a reforçar a reticência do agente diplomático em explicitar julgamentos de valor. Todo diplomata possui clara noção das limitações de seu país para a ação externa e, em decorrência, evitará julgamentos que possam ser interpretados como apelo inviável para ação. Aliás, a debilidade para a atuação externa compartilhada por todos os países da América Latina induziu a transformação de deficiência em virtude. Refiro-me ao sábio princípio da não-intervenção, o qual constitui a

---

(14) Marc Bloch, The Historian's Craft, p. 139-140.

(15) Ecos do aforismo de Madame de Staël nesta citação do filósofo R.G. Collingwood extraída do artigo "Croce's Philosophy of History" publicada em William Debbins (editor), Essays in the Philosophy of History, p. 14.

principal contribuição do continente ao Direito Internacional. Em respeito a este princípio, o Brasil evita explicitar "afirmações de elogio ou recriminação" a outros países, isto é, julgamentos de valor e que poderão ser entendidos como indevido chamado para ação. Curiosamente, certos países da região, defensores tradicionais do princípio da não-intervenção, deixam, por vezes, de notar a incongruência que é a condenação oficial de eventos em outras nações.

O corolário dos raciocínios precedentes é a idéia de que toda e qualquer ação necessariamente decorre de um julgamento de valor. Mais provavelmente, a ação de política externa originar-se-á de julgamento moral, ou seja, de alguma apreciação de que certo evento é bom ou mau. Cumpre, neste ponto, relembrar a amplidão do conceito de julgamento moral utilizado e que, em muito, transcende o uso corriqueiro da expressão relativo à virtude ou não de algum tipo de conduta.

Em mundo de inter-dependência crescente, faz-se necessário, a cada momento, alguma ação para preservar o interesse nacional nas mais diversas esferas. Ao que tudo indica, tais ações de política externa, na medida em que continuem a crescer os interesses brasileiros, tenderão a ampliar-se em escopo e intensidade. Em decorrência, para acompanhar e orientar a crescente presença internacional do país, torna-se indispensável o agente diplomático capaz de manusear julgamentos de valor com crescente sofisticação, ou seja, que saiba aproveitar o seu potencial de explicação e, sobretudo, identificar os necessários chamados à ação. Em contrapartida, faz-se também mister uma Secretaria de Estado crescentemente capacitada para estimular e processar este tipo de explicação que é o julgamento de valor.

Por último, cabe retornar à citação precedente de Bloch quando menciona que o julgamento de valor "apresenta sentido somente com relação a sistema de referências morais aceitas de forma consciente". Em outros termos, o historiador (ou o diplomata) não pode extrair julgamentos de valor dos fatos per se, ou seja, sem a intervenção de princípio moral. Tais princípios, como definidos por Lichtman e French, correspondem a generalizações "sobre como um ator moralmente responsável deveria pensar ou agir".(16) Tome-se, a título ilustrativo, a afirmação empírica (i.e. um fato) de que "Brutus apunhalou César para salvar a república romana". Quando se aplica a generalização "o

(16) Allan J. Lichtman e Valerie French. Historians and the Living Past: The Theory and Practice of Hisorical Study, p. 73-74.

homicídio é sempre condenável", Brutus passa a ser julgado como criminoso ("mau"). Caso seja aplicado princípio que admite o regicídio em certas circunstâncias, Brutus é exonerado de crime e mesmo transformado em herói ("bom"). Em síntese, o julgamento de valor não encontra razão de ser apenas nos fatos, mas requer a existência de "sistema de referências morais aceitas de forma consciente".

Aplicando o argumento acima ao campo diplomático, observa-se que a ação de política externa depende de julgamento de valor, o qual, por sua vez, é estabelecido pela interveniência de generalizações. Em essência, tais generalizações constituem sistema de referências sobre o que é "bom" ou "mau" para os interesses brasileiros. Faz-se mister, em decorrência, possuir um sensus communis ético e moral, do qual, em última instância, depende a própria eficiência das ações de política externa. Em princípio, o citado "sistema de referências morais" deve ser forjado no Itamaraty, mas sua legitimidade dependerá da aceitação por outros segmentos da sociedade. Cabe lembrar que a ausência de maiores crises e conflitos na área externa fez com que a intelectualidade brasileira não fosse chamada a exercitar seus dotes de julgamento neste campo. Como resultado, os eventos na área internacional de interesse para o Brasil, raras vezes, recebem julgamento de valor originado fora do Itamaraty. Contudo, na medida em que se ampliam os interesses, outros segmentos da sociedade estarão sendo afetados e desejarão ter voz a respeito dos julgamentos de valor que alicerçam a atuação externa.

Em vista do que precede, torna-se indispensável que o Ministério empreenda esforço permanente visando a, não apenas sensibilizar a sociedade para as peculiaridades da atuação diplomática, mas, sobretudo, para aguçar a sensibilidade moral e ética de outros setores sociais no que concerne as opções e escolhas da ação externa. Em síntese, talvez a qualidade futura da política externa esteja dependendo do êxito de o Itamaraty "educar" segmentos mais amplos da sociedade brasileira para as apreciações morais da ação externa.

Curiosamente, esta sugestão encontra paralelo recente no campo da História. Após quase um século de tentar abandonar julgamentos de valor, os historiadores e filósofos da História voltam agora a timidamente sugerir que é válida (ou talvez inevitável) a antiga função de "educação moral" do trabalho

histórico.[17] No caso do Itamaraty, deste exercício de "filosofia moral" poderá depender tanto a relevância da instituição quanto a eficiência da política externa no porvir.

(17) Sobre a matéria vide Adrian Oldfield, "Moral Judgements in History", History and Theory, Vol. XX, nº 3 (1981), do qual caberia citar a frase conclusiva: "For, if the above arguments are valid, the historian cannot avoid acting, from time to time, as moral educator". O mesmo argumento é apresentado por Gordon Wright, professor da Universidade de Stanford, no artigo principal da The American Historical Review, Vol. 81, nº 1, intitulado "History as a Moral Science".

V - PERIODIZAÇÃO E O TEMPO ELEVADO À CATEGORIA DE EXPLICAÇÃO

V - Periodização e o Tempo Elevado a Categoria de Explicação

> A moldura que damos aos eventos do passado, com freqüência, transmuta-se em forma de conhecimento mais arraigada do que qualquer outra. Para muitas pessoas, a Renascença passa a ser "coisa" tão real quanto uma cadeira ou batalha - e, até mesmo, chega a figurar na História como causa de causas.
>
> (H. Butterfield, Man on his Past, p. 136)

Conforme sublinhado nas seções precedentes, a causalidade e os julgamentos de valor são as principais formas de explicação utilizadas tanto por historiadores quanto por diplomatas. Em decorrência, o debate no campo histórico sobre estas duas categorias explicativas possui relevância facilmente demonstrável para a informação diplomática. No presente capítulo, por outro lado, analisar-se-á um conjunto interrelacionado de temas, o qual, à primeira vista, poderia aparentar ser de uso exclusivo dos historiadores.

Em abordagem preliminar, o citado conjunto poderia ser designado, de forma restritiva, como sendo "problemas de periodização", ou seja, as dificuldades decorrentes de tentar agrupar temporalmente os eventos do passado. Herbert Butterfield, no mesmo texto de onde é extraída a epígrafe, destaca que este tipo de problema dificilmente assumiria maior importância:

> "... se não estivéssemos sujeitos à tentação de virar escravos do nosso sistema e esquecer o quanto de convenção está incluído no datar de épocas e no estabelecer de rótulos."(1)

Não obstante o que precede, Butterfield reconhece que os escaninhos mentais utilizados para organizar e classificar temporalmente o passado condicionam a visão histórica (como bem apontado pelo exemplo da Renascença). Na medida em que o diplomata utiliza a visão do passado para compreender o presente e antever o futuro, esses problemas de "molduras temporais" suscitam, pelo menos, o interesse indireto do diplomata. Afinal, quando se altera o enquadramento temporal imposto dos eventos do passado, com toda a probabilidade, será afetada a matéria prima do trabalho diplomático, qual seja, a visão da atualidade e do porvir.

No entanto, o interesse indireto pela periodização não bastaria para justificar a inclusão do tema como capítulo específico em trabalho sobre informação diplomática. Cabe, pois, invocar duas razões adicionais para fundamentar o destaque dado ao tópico, a saber:

(i) O debate histórico atual sobre periodização envolve uma série de matérias conexas conhecidas por designações tão diversas como "a natureza do tempo social", "longa duração versus história episódica", "a organicidade da periodização", etc. Em outros termos, a discussão moderna é bem mais complexa do que, por exemplo, simplesmente saber quais "os verdadeiros períodos da História do Brasil", tema abordado já como prioritário na primeira sessão do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1º de Dezembro de 1838.(2) O debate sobre a matéria afeta quase todos os aspectos da metodologia histórica contemporânea e o diplomata não poderia deixar de considerar mais de perto o citado conjunto interrelacionado de temas;

(ii) Mais importante, o diplomata, na condição de usuário do método histórico, também utiliza (por vezes, de forma inconsciente) os mecanismos explicativos objeto do presente capítulo. Em decorrência, igualmente para esta área, o debate histórico,

---

(1) H. Butterfield, Man on his Past, p. 136.

(2) José Honório Rodrigues, Teoria da História do Brasil, Capítulo V, Vol. I, p. 152-181. Para o leitor atual pode parecer estranha a acrimônia com que foi conduzido o debate sobre periodização no século passado, discussão bem sumariada por J.H. Rodrigues. Contudo, basta imaginar a dificuldade hoje de estabelecer os períodos da história de uma nação recém-emergida do colonialismo para entender a emotividade com que o tema foi tratado no Brasil de um século e meio atrás.

como será visto, revela-se de interesse direto para o trabalho diplomático. Observe-se que a periodização e assuntos correlatos, do mesmo modo que a causalidade e os julgamentos de valor, podem facilitar ou estorvar a transmissão de conhecimento. Por este motivo, Fernand Braudel refere-se, sintetizando o objeto do presente capítulo, "ao uso de nova noção de tempo, um tempo elevado à categoria de explicação".(3)

Como abordagem inicial, cumpre destacar a necessidade para o historiador e, com freqüência, para o diplomata de uma teoria (pelo menos, implícita) de tempo social. Outras ciências humanas, como observa John R. Hall, podem até buscar prescindir do tempo.(4) Por exemplo, a sociologia quando tenta detectar características permanentes da ordem social ou a antropologia no estudo de ordens sociais arcaicas que se auto-consideram eternas. A História, contudo, é o próprio "corpo do tempo", para utilizar a conhecida expressão de José Honório Rodrigues, e o historiador está, de forma permanente, confrontado com a necessidade de entender a natureza do tempo social.(5)

A solução mais comum a este problema tem sido a imposição pelo historiador de um tempo objetivo e cronológico para analisar, de modo uniforme, a marcha dos eventos. Esta opção corresponde ao tempo da "história científica" do Século XIX, ou seja, o tempo como algo externo aos fatos sendo estudados. Mesmo antes da virada do século, duas atitudes contestavam esta visão de tempo objetivo e independente dos eventos. Como primeira postura, os historiadores, seguindo o exemplo da literatura, passaram a tratar de modo subjetivo o tempo, o qual afetaria de maneiras diferentes os diversos atores da cena histórica. A segunda postura, de interesse mais imediato para o diplomata, consistiu em considerar que o chamado "tempo objetivo" poderia apresentar escalas diferentes.

O exemplo mais conhecido de utilização de escalas múltiplas de tempo é encontrada na obra de Fernand Braudel, O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na Era de Felipe II. O historiador, para apreender a totalidade dos fenômenos abordados na obra citada, emprega três medidas de tempo, a saber:

---

(3) Fernand Braudel, On History, p. 29-30. Este livro é coletânea dos mais conhecidos artigos do historiador e foi originalmente publicado, pela Editora Flammarion, sob o título Écrits sur l'Histoire.

(4) John R. Hall, "The Time of History and the History of Times", History and Theory, Vol. XIX (1980), nº 2, p. 113.

(5) Expressão tomada do título de livro de J.H. Rodrigues, História, Corpo de Tempo.

(i) a longue durée com o transcurso de tempo quase imperceptível, a história "da relação do homem com o seu meio-ambiente, com toda mudança sendo lenta, a história das repetições constantes e ciclos sempre recorrentes";

(ii) Em segunda escala temporal, os ritmos são lentos porém perceptíveis. Nesse chamado "tempo social" abordam-se os "sistemas econômicos, os Estados, sociedades e civilizações";

(iii) A terceira medida, mais próxima da história tradicional, é a "história episódica" (l'histoire événementielle) ou o relato dos eventos vistos como "distúrbios de superfície, cristas de espuma que as marés da História transportam nos seus fortes dorsos".

Em síntese, para Braudel não existe um único tempo histórico, mas sim a conjugação das três escalas acima, designadas como tempos geográfico, social e individual. Ademais, o autor não considera como necessariamente mais importante a escala de tempo utilizada tradicionalmente pela História. Esta medida curta de tempo pode ser a "mais emocionante e mais rica de interesse humano, mas também a mais perigosa". Braudel chega a recomendar que se desconfie de tal história "conforme sentida, descrita e vivida por contemporâneos, cujas vidas foram tão curtas e míopes como as nossas".(6)

No que deve constituir o artigo mais conhecido de Braudel, publicado em 1958, reforça-se ainda mais a recomendação de desconfiar do tempo curto, "onde o debate, em realidade, desenvolve-se sem grande interesse e sem surpresas úteis".(7) Tais comentários sobre a irrelevância do tempo individual tendem a atingir a informação diplomática, a qual costuma concentrar-se nessa escala temporal. Aliás, escrevendo exatamente um século antes de Braudel, historiador do porte de Leopold von Ranke ressalta o mesmo aspecto quando menciona no Prefácio da História da Inglaterra (1859) que

> "Os Embaixadores, obrigados a tratar dos mais variados assuntos, grandes e pequenos, nas cortes em que estão acreditados, recheiam suas cartas com relatos de eventos que, freqüentemente, contêm poucas lições para a posteridade,

(6) As expressões entre aspas neste parágrafo e no anterior foram traduzidas do Prefácio de primeira edição da obra de Fernand Braudel, The Mediterranean and the Mediterranean World in the Age of Philip II, Volume 1, p. 20-21.

(7) Fernand Braudel, "La Larga Duracion", em La Historia y las Ciencias Sociales, coletânea que inclui uma das muitas traduções disponíveis do artigo "Histoire et Sciences Sociales: La Longue Durée", originalmente publicada em Annales E.S.C., nº 4, p. 725-753.

além de julgarem as pessoas de acordo com o apoio que forneçam aos seus interesses."[8]

Considerando-se em conjunto as observações acima de Braudel e von Ranke, seria válida a recomendação de que o agente diplomático busque evitar o relato episódico e concentre esforços nas análises de fenômenos de mais longa duração? Em resposta, cabe observar que o irrelevante para o historiador ("homem do mundo das idéias") pode merecer a atenção prioritária do diplomata, necessariamente voltado para a ação. A título ilustrativo, cumpre mencionar a possibilidade de pequeno mal-entendido nas relações bilaterais e que, qualquer que seja a sua natureza, deve ser objeto de ação corretiva imediata. Agindo desse modo, o diplomata evitará que o assunto ganhe importância e, até mesmo, venha a tornar-se relevante para futuros historiadores. Em outros termos, o agente diplomático, do mesmo modo que o jornalista, não pode abdicar do tempo individual.

De outra parte, a relevância da informação diplomática pode depender da capacidade de ser transcendido o relato do tempo curto, "a mais enganosa e caprichosa das durações". Afinal, os fatos mais barulhentos não são necessariamente os mais relevantes e, talvez, as mais frutuosas ações diplomáticas decorrem de análises de média e longa duração. Como bem destaca Braudel, existe uma multiplicidade de tempos sociais e esta noção, possivelmente, seja das mais importantes contribuições da História para uma eventual metodologia comum de todas as ciências humanas. No dizer do mesmo historiador, cabe atuar a partir da "consciência da pluralidade do tempo social", ou seja:

> "Esses tempos múltiplos e contraditórios da vida da humanidade, os quais não apenas são a essência do passado, mas também matéria da vida social atual."[9]

Para o diplomata interessado em utilizar, à semelhança de Braudel, diferentes escalas de tempo objetivo, cumpre destacar que poucos historiadores seguem o paradigma estabelecido em O Mediterrâneo. Diversos analistas, entre os quais Tosh, Kinser e Stoinovich, explicam tal fato pela dificuldade de articular os três

(8) L. von Ranke, The Theory and Practice of History, editado por Georg C. Iggers e Konrad von Moltke, p. 158.

(9) Fernand Braudel, "La larga duración", p. 62-63.

níveis temporais.[10] Um "tempo histórico ideal" talvez seja o somatório dos tempos geográfico, social e individual, mas não cabe dúvida de que, na prática, é difícil, se não impossível, estabelecer as ligações e as co-existências entre as três escalas.

Tendo-se em mente a utilidade da longue durée, como fazer para conciliá-la com os outros níveis e, sobretudo, com a l'histoire événementielle, indispensável para a informação diplomática? Mais adiante, ao ser abordado o conceito de "paradigma compartido", serão alinhavados alguns elementos para responder a esta indagação. De imediato cabe apenas recomendar ao diplomata que siga o exemplo, lembrado por Octavio Paz, dos antigos maias, os quais utilizavam simultaneamente duas maneiras de medir o tempo: "conta curta" e a "conta larga".[11] Caso seja possível estabelecer ligações entre as duas escalas a serem usadas pelo diplomata, a informação ganhará em escopo e brilho intelectual. Caso tais conexões revelem-se difíceis de serem detectadas, o diplomata manterá os dois "tempos" separados e terá a segurança de não deixar escapar possibilidades de ação que poderiam passar desapercebidas se houvesse concentração exclusiva no tempo curto. Observe-se, aliás, que esta receita de buscar o longo prazo per se antecede de muito a Braudel. Por exemplo, a chamada "Geração de 98" na Espanha, que incluia nomes como Angel Ganivet, Jose Martinez Ruiz (Azórin) e Miguel de Unamuno, também defendia a noção de que o "relevante era o durável".[12]

Conforme adiantado acima, a utilização de escalas múltiplas de tempo é uma das das formas de escapar ao tempo objetivo característico da História no Século XIX. A segunda possibilidade, seguindo-se a argumentação de John R. Hall, é a de considerar como subjetivo o tempo. Cada fenômeno passa a ser visto como evoluindo ao ritmo de tambor interno e individual. Para utilizar a expressão de Siegfried Kracauer, neste caso não mais cabe citar a "Marcha do Tempo", noção a ser substituída pela idéia da "marcha dos tempos".[13]

Cabe recordar que a variedade de tempos subjetivos não é, de modo algum, estranha à literatura. Ao eventualmente adotar

---

(10) John Tosh, The Pursuit of History: Aims, Methods and New Directions in the Study of Modern History, p. 103; Samuel Kinser, "Annaliste Paradigm? The Geohistorical Structuralism of Fernand Braudel", The American Historical Review, Volume 86, nº 1, p. 89; Traian Stoianovich, French Historical Method: The Annales Paradigm, p. 10.

(11) Observação de Octavio Paz no capítulo de abertura de Tiempo Nublado, p. 7

(12) Traian Stoianovich, French Historical Method: The Annales Paradigm, p. 64-65.

(13) Siegfred Kracauer, "Time and History", History and Theory, Beiheft 6, 1966, p. 69.

(pelo menos, em parte) o conceito de tempo subjetivo, o historiador apropria-se de recurso explicativo típico das belas-letras e cabe recordar comentário, em capítulo anterior, de J.H. Hexter sobre a necessidade de a História, por vezes, utilizar retórica mais próxima das artes do que das ciências. Por exemplo, nenhuma regra científica nos leva a crer que os fenômenos políticos de certo país devam estar evoluindo ao mesmo ritmo dos eventos nas áreas econômica, social, cultural, etc. Pelo mesmo raciocínio, não há porque impor uniformidade de tempo social a atores ou regiões diferentes. Sobre este último ponto, J.H. Rodrigues sublinha que a maior contribuição de Gilberto Freyre ao estudo da periodização brasileira foi ter mostrado como as transições entre etapas históricas não ocorriam de modo uniforme em todo o território nacional.(14)

Traduzindo o que precede para a vivência diplomática, cumpre observar o curioso fato de que as embaixadas (mesmo as de maior porte) parecem ser regidas por um único tempo. Como integrantes de orquestra sinfônica, todos os setores informam, para utilizar a imagem musical, como se estivessem obedecendo a uma só cadência. Com freqüência, quando muda o chefe de posto, observa-se um novo tempo marcando as informações. Em síntese, cada tema possui um enquadramento temporal que maximiza a explicação. Talvez os fatos econômicos em determinada conjuntura devam ser vistos pela ótica da longue durée, as informações políticas adotando diversas cadências, a informação sobre imprensa possivelmente obedecendo ao tempo individual, etc. Do mesmo modo que a história busca abandonar a camisa-de-força imposta aos eventos que é o tempo objetivo único, a informação diplomática - para melhorar o nível de transmissão de conhecimento - deva abandonar o metrônomo que rege o rabalho das embaixadas e buscar sensibilizar-se para as variações do tempo social.

O ponto seguinte a ter-se em mente é o fato de que a divisão temporal do passado está longe de ser um exercício neutro no que concerne à capacidade de a informação diplomática transmitir conhecimento. Sobre a matéria, cumpre lembrar que os cortes no fluxo de eventos passados podem ser, de acordo com Agnes Heller, "mecânicos" ou "orgânicos".(15) O primeiro tipo é o característico da crônica, ou seja, o estabelecimento de períodos que apenas respondem a um critério temporal (e.g. sucessão de

(14) José Honório Rodrigues. Teoria da História do Brasil, p. 180.
(15) Agnes Heller, A Theory of History, p. 155.

monarcas, décadas ou séculos). Por outro lado, a periodização orgânica reflete uma interpretação dos eventos e, por conseguinte, constitui também mecanismo de explicação. Segundo Heller, este tipo de periodização "envolve a evocação de uma tendência" e em épocas de "visões do mundo em rápida mutação (como a nossa atual) a própria periodização também sofre mudanças aceleradas".(16)

Em outros termos, o diplomata deve buscar conscientizar-se acerca das tendências implícitas na periodização que esteja usando. Exercício similar de questionamento deve ser feito com relação às fontes utilizadas, visto que visões do mundo diferentes produzem periodizações divergentes. A título ilustrativo, tome-se o caso do Brasil e a periodização mecânica poderá explicitar "os anos oitenta", "o terceiro ano do Governo Sarney" ou o período do "após Guerra". Já cortes temporais orgânicos mencionariam por exemplo, "a Nova República", "um intermezzo entre regimes militares", "na fase da constituinte", "na terceira etapa de crescimento industrial", "na segunda crise de dívida externa", etc. Em outros termos, a caracterização do momento atual depende, em muito, da caracterização da evolução histórica recente, fator este visível, sobretudo, pela periodização adotada.

Igualmente de interesse para o diplomata é a questão da falsa periodização cujo exemplo mais banal é o dos cortes mecânicos utilizados para explicar tendências. Sobre a matéria, Marc Bloch observa que se menciona:

> "A arte do Século XIII, a filosofia do Século XVIII, o estúpido Século XIX: estas faces em máscaras aritméticas assombram as páginas de nossos livros. Quem de nós pode vangloriar-se de nunca ter sucumbido aos encantos de sua aparente conveniência?"(17)

A tendência acima, também chamada de "hecto-história" por D. H. Fischer, de ler significados nos cortes mecânicos de tempo ocorre, de forma igual, com as décadas, cuja utilização imprópria apresenta longa tradição histórica, iniciada com Tito Lívio e passando por João de Barros e Diogo de Couto. Em síntese, como primeira providência para expurgar a falsa periodização, cabe questionar a mágica de certos números que mascaram tendências ou dão falso conteúdo a uma periodização

(16) Ibid, p. 152.
(17) Marc Bloch, The Historian's Craft, p. 182.

apenas mecânica. Por exemplo, todo analista sério deverá realizar esforço especial para não considerar que os vindouros anos correspondem a um tipo de "reta final" da corrida do tempo para o terceiro milênio. Como sempre, os anos terminados no algarismo "5" ou "0" continuam exercendo fascínio especial e os vinte anos de uma ditadura poderão induzir manifestações de rua muito mais intensas do que no vigésimo-primeiro aniversário do mesmo regime.

Mais relevante ainda para a informação diplomática é outra forma de falsa periodização que consiste em utilizar uma divisão temporal adequada para certo fenômeno na análise de outros campos. Comentando o assunto, D.H. Fischer observa que:

> "A história norte-americana ainda é periodizada nos livros escolares seguindo-se as administrações presidenciais, critério perfeitamente válido para uma história da presidência, mas não para o desenvolvimento da sociedade americana, a qual possui seu conjunto específico de inaugurações e de finais de mandatos. Esse desafortunado método de periodização é tão primitivo quanto o que é tradicionalmente empregado na história oral do Congo, onde o passado é dividido em estações secas e chuvosas."(18)

Uma vez enunciado, o argumento acima parece óbvio, mas cabe indagar com que freqüência a informação diplomática também utiliza formas de periodização mal transpostas? Na prática, o mesmo agente diplomático, com freqüência, informa sobre os mais diversos temas e cabe reconhecer que é difícil estabelecer, além dos tempos sociais específicos, as "molduras temporais" mais adequadas para cada fenômeno abordado.

Contudo, o exemplo mais comum de periodicidade mal transposta ainda é a tentativa de emoldurar os mais diversos eventos no ritmo do calendário. Muitos colegas poderão testemunhar sobre o esforço criativo que era necessário para encontrar critérios de relevância ou de unidade nas antigas "semanas" econômicas, políticas, de imprensa, etc. Em épocas mais recentes, algumas embaixadas adotavam a regra dos "meses", ou seja, expedientes que sumariavam os acontecimentos nas quatro semanas precedentes. Como seria de se esperar, as Missões na Europa Ocidental enfrentavam as maores dificuldades para atender a tal obrigação nos meses de julho e agosto. Mesmo com

(18) David Hackett Fischer, Historian's Fallacies: Toward a Logic of Historical Thought, p 146.

escalas maiores de tempo a informação com periodicidade fixa podia tornar-se incômoda. Por exemplo, os relatórios econômicos anuais, em alguns países mono-produtores de café ou de cacau, transformavam-se em exercício de torturar estatísticas, as mais importantes das quais tinham como data-base, não 1º de janeiro, mas 1º de outubro, quando se inicia a safra principal.

Por obrigação legal, todos os ministérios devem apresentar relatório anual. Contudo, tal obrigação não deve transformar-se em leito de Procusto sobre o qual cabe forçar todo e qualquer tipo de fenômeno. Até que ponto o calendário gregoriano continua a deturpar a visão do analista, o qual estará tentando a encontrar momentos e ritmos significativos que devam encaixar-se entre o dia 1º de janeiro e a última mala diplomática do mesmo ano.

Encerrando o capítulo, cabe analisar um exemplo (talvez útil para a informação diplomática) de nova "moldura temporal" e que está possibilitando notáveis benefícios de interpretação. Trata-se do conceito de "paradigma compartido" e que se originou no campo da história da ciência. Na versão clássica, a história da ciência consistia no registro da acumulação de conhecimento no correr do tempo. Cada geração, na conhecida imagem de Newton, alcançava patamar mais alto de saber porque subia nos ombros de gerações passadas. Em síntese, a história da ciência, como bem observa D.H. Fischer, consistia em pouco mais do que crônica semelhante às genealogias bíblicas: "Copérnico gerou Tycho, Tycho gerou Kepler, Kepler gerou Newton e o mundo encheu-se de luz".(19)

Em 1962, Thomas S. Kuhn publica A Estrutura das Revoluções Científicas, partindo da observação que:

> "Talvez a ciência não se desenvolva por meio da acumulação de descobertas e inventos individuais. Os historiadores encontram-se confrontados com dificuldades crescentes para distinguir o componente "científico" das observações passadas e as crenças que os estudiosos anteriores apressavam-se a qualificar como `erros' ou `superstições'."(20)

Para contornar tais dificuldades, Kuhn propõe a noção de "paradigma compartido", ou seja, o conjunto de entendimentos e métodos científicos que são compatíveis com o conhecimento disponível. No entanto, uma descoberta, por vezes, não apenas

(19) D.H. Fischer, Historian's Fallacies: Toward a Logic of Historical Thought, p. 161.
(20) Thomas S. Kuhn, La Estructura de las Revoluciones Científicas, p. 22.

acrescia ao estoque de conhecimento, mas também revelava-se incompatível com o "paradigma compartido" corrente. Como resultado, o paradigma entrava em colapso e era substituído por outro capaz de absorver a nova descoberta. Em outros termos, a história da ciência passou a ser vista, não apenas como processo de acúmulo de saber, mas, sobretudo, como seqüência de paradigmas compartidos, cujas sucessivas destruições correspondem a "revoluções científicas".

Ao buscar transpor os conceitos acima para o campo da informação diplomática, cabe destacar, de início, a idéia de "paradigma compartido" como limitação ou obstáculo ao pleno entendimento da realidade. As interpretações dadas pelos contemporâneos aos eventos também podem constituir antolhos limitando a compreensão mais completa da realidade. Mesmo um autor como Arthur Schlesinger Jr., praticante e defensor da história contemporânea, lembra a recomendação de Butterfield de que ao estudar testemunhos históricos não deve ser dado muito crédito aos argumentos contemporâneos de explicar conflitos. Ademais, Schlesinger admite que:

> "... de todas as formas de história contemporânea, o relato das testemunhas oculares logicamente contêm mais armadilhas do que qualquer outra, sendo mais vulnerável aos interesses, ao bias, às ilusões e ao wishful thinking."(21)

Em síntese, o diplomata, do mesmo modo que o historiador dedicado a temas mais atuais, não deve esquecer o antigo aforismo veritas temporis filia, isto é, a interpretação atual dos eventos - à semelhança do "paradigma compartido" na ciência - talvez esteja constituindo obstáculo a um correto entendimento da realidade.

Mais importante, a noção de "paradigma compartido" forneceu ao historiador da ciência critério para equacionar, de forma construtiva, as mudanças e continuidades de cadeia de eventos a ser analisada. Talvez para os demais campos de interesse para a informação diplomática, exista também o equivalente de "paradigmas compartidos" cuja dissolução sirva como claro divisor de águas. Nunca é demais lembrar que uma das principais dificuldades para a informação diplomática é decidir se determinado evento constitui quebra com o passado ou se representa

(21) Arthur Schlesinger Jr., "The Historian as Participant", *Daedalus*, Vol. 100, nº 2, p. 346.

apenas evolução de fenômenos longevos. Tome-se, a título ilustrativo, o caso da América Latina onde a atividade política parece dominada pela necessidade de provocar transformações de vulto, seja por processos graduais, seja pela violência revolucionária. Como resultado, a leitura de jornais e mesmo de textos acadêmicos deixa a impressão de ser região que atravessa período de grande turbulência. Em contrapartida, um analista como Claudio Veliz destaca que:

> "É possível, contudo, facilmente argumentar que nenhuma outra das grandes regiões do mundo mudou tão pouco como a América Latina no curso do presente século. Em outras áreas, grandes impérios entraram em colapso; países que possuíam papel mínimo nos assuntos internacionais adiantam-se para tomar lugar entre as grandes potências; dúzias de novas nações nascem dos restos de antigos impérios: o mundo mudou muito, mas tais mudanças ocorreram para a América Latina na menor das escalas."(22)

Observe-se que o historiador pode aguardar que a verdade, como filha do tempo, surja oportunamente. Entretanto, o diplomata é chamado a passar julgamento sobre os eventos contemporâneos, apreciações de valor que - certas ou erradas - servem como embasamento para a ação, como visto no capítulo precedente. Cabe, pois, indagar qual o critério a ser utilizado para avaliar os eventos? Por exemplo, em certos países, onde a vida média histórica dos Governos é medida em meses e não em anos, como julgar a relevância de mais uma queda de regime? Possivelmente uma das respostas possa ser encontrada na idéia de "paradigmas compartidos" e que, neste caso, seriam as regras fundamentais e entendimentos da vida política. Quando viesse a ocorrer evento que não pudesse ser absorvido ou arbitrado por tais regras, as mesmas seriam reformuladas, ou seja, ocorrendo algo muito semelhante à entrada em colápso de um "paradigma compartido" na história das ciências.

Em conclusão, faz-se mister tentar neutralizar o bias contemporâneo que favorece a história episódica e que, com freqüência, escraviza o diplomata ao telex em concorrência estéril com as agências de notícias. Cabe, em análise de longue durée, tentar identificar os "paradigmas" da vida política e econômica, ou seja,

(22) Claudio Véliz, The Centralist Tradition of Latin America. p. 279n.

armar intelectualmente de antemão o agente diplomático para que possa julgar a relevância dos eventos a serem objeto de informação. Para o caso da América Latina, esta tarefa já está iniciada com alguns modelos, como o de Charles W. Anderson, que explica a estabilidade dos mores políticos do Novo Mundo Ibérico.[23] Em outros termos, a capacidade de, inteligente e construtivamente, emoldurar os fatos contemporâneos na cadeia histórica de eventos constitui tarefa essencial para que a informação diplomática possa bem desempenhar sua dupla função de transmitir conhecimento e de orientar a ação.

(23) Charles W. Anderson, "Toward a Theory of Latin American Politics", artigo publicado em Conflict and Violence in Latin American Politics: A Book of Readings e editado em 1971 por José Mitrani e Barbara Mitrani, p. 199-218. O mesmo artigo, em forma revista, é publicado pelo autor em Politics and Economic Change in Latin America: The Governing of Restless Nations, (Princeton: D. van Nostrand Co., 1967). Cap. 4.0 trabalho de Anderson, originalmente publicado em 1964, continua revelando-se como dos mais úteis modelos para entender a realidade política do continente.

VI - A RELAÇÃO PRESENTE/PASSADO

VI - A Relação Presente/Passado

> Conclusões relevantes são impossíveis no estudo de relações exteriores - o estudo de Estados agindo como unidades - sem consciência do contexto histórico. Isto porque as sociedades existem mais no tempo do que no espaço. Em qualquer momento dado, um Estado é tão somente coleção de indivíduos, como os acadêmicos positivistas nunca se cansaram de sublinhar. Mas o Estado alcança identidade pela consciência da história comum. Esta é a única "experiência" das nações, a sua única possibilidade de aprender consigo mesmo. A História é a memória das nações.
>
> (Henry A. Kissinger, A World Restored, p. 331)

A partir do presente capítulo altera-se o enfoque do trabalho, não mais preocupado de forma prioritária com a precisão no transmitir conhecimento, mas sim com a abrangência da informação diplomática. Em decorrência, serão abordados alguns tópicos que, no entender do autor, podem enriquecer as análises do diplomata, tendo-se em mente sua condição de usuário do método histórico. Como primeira tarefa, será examinado de que modo e porque o presente busca o passado. No próximo capítulo, serão analisados os meios e dificuldades de tentar descortinar o futuro a partr da História. Nas duas seções finais deste bloco de tópicos, busca-se esmiuçar os conceitos de tempo e de mito a procura de componentes úteis para a informação diplomática.

A proposição básica do capítulo ora iniciado está contida na citação de Henry Kissinger, qual seja, "as sociedades existem mais no tempo do que no espaço". Por conseguinte, a análise do

diplomata tornar-se-á mais perceptiva e abrangente na medida em que for possível explicitar a relação dos grupos sob estudo com seus respectivos passados. Como será visto, a noção acima é válida, não apenas no que concerne Estados (como destacado pela epígrafe), mas também para grupos sub-nacionais de interesse para a informação diplomática como, por exemplo, partidos políticos, corporações militares, associações empresariais, organizações religiosas, etc.

O corolário da proposição do parágrafo anterior é que nações e grupos sub-nacionais interagem de modos distintos com suas respectivas histórias. Cumpre sublinhar que tal corolário não diz respeito apenas à óbvia constatação de serem diferentes, por exemplo, as histórias do Brasil e do México. Em verdade, observam-se contrastes na qualidade da relação presente/passado que transcendem o simples fato de ter-se, de um lado, castelhanos contra aztecas, e, de outro, portugueses versus aimorés. O fenômeno da conquista - entrechoque de duas culturas - é o mesmo, mas, como será pormenorizado adiante, divergem em profundidade o como e o porque cada dos países citados busca ou rejeita parcelas do passado para explicar, legitimar ou justificar as suas realidades contemporâneas.

Os mesmos argumentos, até com mais razão, são válidos para os grupos sub-nacionais. Os descendentes de imigrantes açorianos que chegaram ao Rio Grande do Sul possuem passado diferente do dos netos da aristocracia açucareira de Pernambuco. No entanto, o simples conhecimento das histórias dos dois grupos mencionados é menos importante para a compreensão dos mesmos que o entendimento das eventuais peculiaridades das respectivas relações presente/passado. Em outros termos, o interesse primordial reside no padrão que estará regulando quais as parcelas do passado devem ser esquecidas e quais merecem ser lembradas por serem relevantes para a atualidade. Parece claro também que grupos ligados por eventos históricos comuns poderão apresentar divergências na relação presente/passado. A título ilustrativo, cabe mencionar os modos divergentes como as Forças Armadas e o Partido Comunista Brasileiro recordam e explicam o significado dos eventos no Rio de Janeiro, ocorridos em 27 de Novembro de 1935, conhecidos alternativamente como "O Levante do 3º RI" ou "A Intentona Comunista".

Antes de prosseguir com o exercício de analisar as diferentes características das relações presente/passado, cabe explicitar uma segunda proposição, isto é, a de que a História é objeto de revisão contínua e permanente. A formulação clássica de tal

premissa é encontrada em Benedetto Croce ao afirmar, em 1938, que:

> "Na prática, as exigências subjacentes a qualquer julgamento histórico imprimem a toda História o caráter de `história contemporânea'. Isso explica-se, não obstante o quão remotos no tempo possam parecer os eventos abordados, pelo fato de a História, em verdade, referir-se sempre a necessidades presentes e a situações atuais, a partir das quais encontram eco os fatos citados."(1)

A mesma "atualidade do passado" é explicável igualmente pelos métodos de investigação do historiador, Wolfgang J. Mommsen mostra bem que o passado não é:

> "... simples seqüência de fatos capazes de serem estudados sem ajuda de pressuposições cuja estrutura possa ser descoberta por mera observação. O passado abre-se para nós apenas quando são propostas perguntas e aplicados conceitos específicos."

Em decorrência, os julgamentos históricos "serão determinados, não apenas pelo objeto investigado, mas também pelas preferências epistemológicas e os conceitos do analista".(2)

Mesmo no Século XIX, o período de auge na crença da pesquisa histórica com valor permanente, já se notava que o passado tendia a ser objeto de revisões periódicas. Samuel Butler, em conhecido aforismo, argumentava que Deus tolerava a existência de historiadores porque estes eram úteis na tarefa de alterar o passado.(3) Atualmente verifica-se entre os historiadores consciência muito maior da efemeridade de suas obras, mesmo quando tenham sido muito bem aceitas pelo público e crítica.(4)

---

(1) Benedetto Croce, History as the Story of Liberty, p. 19.

(2) Wolfgang J. Mommsen, "Social Conditioning and Social Relevance of Historical Judgements", History and Theory, Volume XVII, nº 4, Beiheft 17, 1978, p. 22.

(3) O aforismo é extraído do Capítulo XIV de Erewhon Revisited e merece ser transcrito na formulação original: "It has been said that though God cannot alter the past, historians can; it is perhaps because they can be useful to Him in this respect that He tolerates their existence".

(4) A título ilustrativo, cabe mencionar um dos mais populares e respeitados entre os historiadores britânicos, A.J.P. Taylor, e que menciona "os trinta livros de História que escrevi, alguns dos quais, creio eu, bastante bons, estão todos destinados a serem esquecidos dentro de relativamente poucos anos" - An Old Man's Diary, p. 134

Em outros termos, as obras de História tornam-se caducas (quando não abençoadas por valor literário excepcional), mais pelas preocupações cambiantes do presente do que pela descoberta de novas informações sobre o passado.

A reavaliação contínua do passado faz com que as obras de História sejam também (ou sobretudo) testemunhas de preocupações contemporâneas. Mesmo livro do porte de O Declínio e Queda do Império Romano, de Edward Gibbon, é considerado hoje mais como fonte para a história política inglesa do Século XVIII do que como texto sobre Roma. Consciente de tal fato, o diplomata lerá os livros de História em voga, não apenas para informar-se sobre o passado do país onde está lotado, mas, em especial, para familiarizar-se com as preocupações do momento. A mesma regra é válida até para obras literárias que utilizem temas históricos, cabendo citar, por exemplo, a peça Julius Caesar, a qual trata, sobretudo, de problemas da atualidade de William Shakespeare.

Aceitas as duas premissas acima, quais sejam, de que cada grupo social possui relação específica com o seu passado e de que a História estará sempre sendo re-escrita para refletir o mundo contemporâneo, cabe agora examinar alguns exemplos de como o passado é utilizado pelo presente. Antes de qualquer outro, cumpre buscar entender o caso de como a nação brasileira convive com sua História. Em verdade, com tal exercício estará sendo empreendido esforço de neutralizar o bias, ou seja, a distorção provocada de forma inconsciente pelos pressupostos do analista.

Cumpre destacar que raras nações terão tido, como o Brasil, interpretação ortodoxa de suas histórias tão longevas e tão pouco contestadas. José Honório Rodrigues observa, inclusive, que "o Brasil é um país de baixa consciência histórica, especialmente depois da República".(5) Por vezes, fica-se com a impressão de que a História brasileira desmente a proposição acima sobre a necessidade de o passado ser continuamente reavaliado. Tome-se, por exemplo, o ensaio sobre como deveria ser escrita a História brasileira, apresentado em 1843 por Karl Friedrick Phillip von Martius, em resposta a concurso do então recém-fundado Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Transcorrido quase século e meio, o texto de von Martius apresenta para o leitor contemporâneo desconcertante atualidade.

---

(5) José Honório Rodrigues, História, Corpo do Tempo, p. 225.

Que razões levam a receita da História do Brasil, formulada no início do reinado de D. Pedro II, a soar ainda hoje como válida? Seja qual for a resposta escolhida, resta o fato básico de que o analista brasileiro não está habituado a ter seu passado em constante revisão ou sujeito a interpretações divergentes. Como resultado, o mesmo analista, de modo geral, tende a não possuir a tão necessária sensibilidade para as flutuações no relacionamento entre passado e presente de outras culturas.

Além da inusitada "estabilidade" do passado, cumpre sublinhar outro componente de bias e que decorre da aparente irrelevância da história para o mundo brasileiro da atualidade. Mesmo os historiadores profissionais parecem afetados pelo absoluto "presentismo" do Brasil - "nação do futuro sem passado". A este respeito, talvez não mais choquem declarações como as de Sérgio Buarque de Holanda, em longa entrevista publicada na prestigiosa The Hispanic American Historical Review, a saber:

> "Como disse Croce, toda história é história contemporânea. O historiador sempre escreve a partir de seu próprio tempo. O historiador está dentro da História. Mas o passado não é o presente e o bom historiador sabe disso. O passado, é claro, conduz ao presente e ajuda a explicar o presente. A função do historiador, contudo, é nos fazer esquecer do passado, nos liberar dele. No caso do Brasil, o passado é tão triste que é melhor que seja esquecido."(6)

No escorpo do presente trabalho não caberia tentar aprofundar o exame da aparente irrelevância do passado para os brasileiros, tão bem explicitada pela citação acima de um dos mais ilustres historiadores contemporâneos. O diplomata, contudo, deve ter em mente que, como brasileiro, poderá estar inclinado a menosprezar a relevância do passado ao analisar outras culturas. Em especial, este bias poderá ocorrer quando se estudam vários dos países hispano-americanos, marcados por quase-obsessão com o passado. Compare-se, a título ilustrativo, a sugestão de Buarque de Holanda, em favor de esquecer o passado, com a opinião do mexicano Leopoldo Zea ao afirmar que:

---

(6) Tradução minha de trecho da entrevista concedida por Sérgio Buarque de Holanda a Richard Graham e publicada na The Hispanic American Historical Review, Vol. 62, nº 1, Fevereiro de 1982, p. 12. A respeito, cabe mencionar a suspeita que fica pairando no ar de que os brasileiros sentem-se atordoados pelo presente em virtude da inexistência de um passado relevante. Vide a propósito a citação de Bloch que encerra o capítulo.

> "Em cada gesto, em todo ato desempenhado pelo homem hispano-americano, o passado torna-se evidente. Os partidos políticos adotaram nomes variados, novas idéias foram discutidas, novas filosofias aparentavam guiá-lo; mas no fundo da cena o passado permanecia vivo, latente, pronto a aparecer no primeiro momento oportuno. Eram apenas novos nomes para mascarar velhos problemas. Enquanto isso o resto do mundo marchava adiante, progredia e fazia história. A América Espanhola continuava a ser continente sem história, sem passado, porque o passado era sempre presente."(7)

Contraste similar surge quando se indaga quais são os heróis nacionais no Brasil e na América Espanhola? Brasília é a única capital do continente praticamente despida de estátuas de próceres e, significativamente, agora com edifício-pânteon sem deuses. Em contraposição, o visitante brasileiro é surpreeendido nos países hispano-americanos pela quantidade e contradição de figuras históricas objeto de homenagens cívicas. Com poucas quadras de distância entre si, existem estátuas de "conquistadores" e de líderes da resistência indígena no Século XVI, ruas com nomes de guerrilheiros revolucionários e homenageando os generais que os subjugaram, bustos nas praças de democratas liberais próximos a outros de caudilhos. Para o brasileiro - homem sem passado - tais contradições beiram a farsa. Contudo, tais mementos são a manifestação de passado cheio de contradições e que ainda projeta sombras sobre o presente. Em outras palavras, o peruano descende tanto de Tupac Amaru quanto de Pizarro; o centro-americano simultaneamente é Augusto Sandino e beneficiário do progresso trazido pela "United Fruit Company"; Porfirio Diaz e Zapata convivem na alma de cada mexicano.

Em outra obra, America en la Historia, Leopoldo Zea busca explicitar esta relação presente/passado, contrastando-a com o caso dos EUA e dos países europeus. O passado hispano-americano é apresentado como "culpa herdada" ou como "pecado original que marcou todas as filhas de Adão, limitando suas possibilidades".(8) Não caberia no presente capítulo tentar sumariar toda a argumentação sobre o assunto, de Zea e dos numerosos autores do continente que abordaram o tema dessa sombra maligna do passado que ainda estigmatiza a atualidade. No capítulo sobre mitos, a matéria voltará a ser abordada a partir de

(7) Leopoldo Zea, The Latin American Mind, p. 10.
(8) Leopoldo Zea, America en la Historia, p. 30-31.

outro enfoque. No entanto, para o leitor brasileiro, esses exercícios de análise da alma coletiva hispano-americana apresentam fascínio todo especial. De uma parte, os argumentos históricos parecem aplicáveis ao Brasil, visto o legado ibérico similar da etapa colonial e dos processos de afirmação da nacionalidade; de outra parte, os resultados atuais de tais linhas de raciocínio histórico parecem estranhas à realidade brasileira. Cumpre, pois, relembrar o argumento de que o analista brasileiro, cujo passado pouco lhe pesa, necessita de esforço especial para tomar consciência do seu bias nesta matéria ao examinar outras culturas cujo convívio com o passado seja mais complexo.

Um dos aspectos do convívio com o passado de especial relevância para a informação diplomática é a utilização da História para legitimar o presente. O historiador J.H. Plumb observou bem que todas as sociedades utilizam a história com o mesmo objetivo fundamental, a saber:

> "O passado tem sido sempre o serviçal da autoridade. Não é por acaso que as grandes crises sociais - quando são contestadas crenças ou autoridades seculares - provocam renovado interesse pela pesquisa e controvérsia históricas. Autoridades em confronto significa também passados entrechocando-se."(9)

Deve ser observado que a controvérsia histórica não é apenas eco ou reflexo dos entrechoques da atualidade. O debate sobre o passado fornece, muitas vezes, as categorias e imagens dos confrontos contemporâneos. Em outros termos, passado e presente complementam-se e reforçam-se, cada qual influenciando e recebendo reflexos do outro. A título ilustrativo, caberia mencionar que as atuais inclinações políticas de um argentino guardam boa correlação com o que possa achar de Juan Manuel Rosas; o mesmo de uruguaio e as suas idéias sobre José Battle y Ordoñez; ou de guatemalteco com relação à figura de Jacobo Arbenz Guzman. Para o diplomata, sobretudo em países hispano-americanos, a conversa sobre história costuma ser a porta de entrada para a discussão da política atual.

Cabe, no entanto, frisar que o passado como campo de confronto do presente não é idiossincrasia da América Espanho-

(9) J.H. Plumb, The Death of the Past, p. 40.

la. A título ilustrativo, cumpre recordar ter sido já afirmado que um partido político na França consiste em agrupamento de pessoas com a mesma visão da Revolução de 1789. Como pode ser visto pelas memórias de Aleksander Nekrich, um dos mais conhecidos historiadores soviéticos e membro do PCURSS desde 1943, a morte de Stálin e a queda de Kruschov tiveram impactos profundos sobre o rumo das investigações históricas na União Soviética.(10) No momento, um dos testes do eventual êxito das políticas de glasnost e perestroika será a extensão das "correções" introduzidas na história oficial da URSS. No mundo muçulmano, o embate entre shiitas e sunitas é também um confronto entre visões do passado projetando-se sobre a atualidade. Em Israel, país que, à semelhança das repúblicas islâmicas, deriva de textos únicos sua religião, história, costumes e leis, a luta entre judeus ortodoxos e liberais ocorre simultaneamente pelo controle do passado e do presente da nação.

Considerando-se as dezenas de Estados surgidos da desintegração dos impérios coloniais após a Segunda Guerra Mundial, revela-se de especial interesse para o analista diplomático como esses jovens países "reorganizam" seus passados. J.H. Plumb lembra que toda nova autoridade, "uma vez estabelecida, necessita de passado seguro e utilizável".(11) De modo geral, a história aprendida nos livros das antigas metrópoles revelava-se inútil como instrumento para confrontar os problemas do legado colonial, entre os quais ressaltava a questão de fronteiras artificiais e de populações irredutíveis a uma nacionalidade única. A este respeito, cabe mencionar, por exemplo, os livros escolares utilizados na África francófona até a independência e que, além de mencionarem a "descoberta" da região pelos portugueses no Século XVI, ainda afirmavam que os antepassados dos leitores eram gauleses.

Para o latino-americano, afastado já há seis gerações da época colonial, esta ânsia dos novos países por forjar novo passado pode soar como candura ou ingenuidade. Tome-se, por exemplo, o esforço de um Eric Williams para completar a sua História do Povo de Trinidad-Tobago alguns dias antes de 31 de agosto de 1962, quando se encerraria o domínio colonial britânico. Segundo este historiador:

---

(10) A este respeito, vide Joshua Rubinstein e Mark Kuchment, crítica do livro Renounce Fear-Memoirs of a Historian de Aleksandr Nekrich, em The New York Review of Books, Vo. XXX, nº 8, 12 de maio de 1983, p. 46-48.

(11) J.H Plumb, The Death of the Past, p. 41.

> "O objetivo de escrever o livro, contudo, não era o de buscar perfeição literária ou conformidade com os cânones acadêmicos. O alvo era o de dar ao povo de Trinidad-Tobago, no Dia da Independência, uma história nacional, do mesmo modo como já haviam recebido hino nacional, escudo de armas, pássaro símbolo, flor nacional e bandeira."(12)

Cabe mencionar que Eric Williams, além de historiador competente, foi político atuante e dirigiu os destinos de Trinidad-Tobago até sua morte. Em outras palavras, o desejo de ter história nacional não é fruto de atitude ingênua, mas sim necessidade vital de corrigir uma damnosa hereditas para utilizar expressão do citado autor. Aliás, a primeira geração latino-americano após a emancipação sentiu a mesma necessidade. Já mencionamos anteriormente o concurso do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro de ensaios sobre como deveria ser escrita a história da nova nação. Outro exemplo clássico é o da controvérsia, iniciada em 1844, entre José Victorrino Lastarria e Andrés Bello sobre como escrever a História do Chile.(13)

Observe-se ainda que os atuais problemas políticos e historiográficos da construção de novo passado não divergem muito dos seus equivalentes na América Latina da primeira metade do século passado. Por exemplo, como valorizar elementos nativistas e explicar o domínio colonial? Que parcelas do passado serão valorizadas e quais rejeitadas? Como justificar a existência de nação que, por vezes, pouco mais é do que conglomerado de etnias ou tribos? Qual o ponto correto de equilíbrio entre objetividade e a necessidade de a nova história ser colocada a serviço de forjar a nação?

Por vezes, a "construção do novo passado" foi parte da luta pela independência como, por exemplo, The Discovery of India, escrito por J. Nehru, quando encarcerado pelos ingleses durante a Segunda Guerra Mundial.(14) Em certos casos, as respostas às perguntas do parágrafo anterior surgem como parte de textos simples para uso nas escolas primárias. O orgulho nativista, neste caso, em certas ocasiões, beira ao ridículo, como é o caso de livro escolar que afirma ter sido o alfabeto e a máquina a vapor

---

(12) Eric Williams, History of the People of Trinidad and Tobago, p. ix. Cabe registrar que Williams, entre 1956 e 1981 (quando faleceu sendo Primeiro Ministro), foi a principal figura política de Trinidad-Tobago.

(13) Allen W. Well, "The Philosophy of History in Nineteenth-Century Chile: The Lastarria - Bello Controversy", History and Theory, Vol. XIII, nº 3, 1974, p. 273-292.

(14) Jawaharlal Nehru, The Discovery of India.

inventados em certo país da África Ocidental. Sobretudo à medida que os países afastam-se do domínio colonial, o debate historiográfico ganha em profundidade e sofisticação, como, por exemplo, o caso da Indonésia.[15] Independentemente da forma e nível de sofisticação dessas novas histórias, o diplomata encontrará em tais textos instrumento valioso para entender o que as novas lideranças desejam, não apenas do passado, mas, sobretudo, do presente e futuro da nação.

Por último, cabe ainda examinar um caso específico de relação presente/passado, qual seja, a que é orientada pelo marxismo. Considerando-se o escopo e variedade dos escritos de Marx, a análise apenas de suas concepções de história já se torna tarefa complexa ao extremo. No correr da vida, o citado filósofo explorou pelo menos três e, mais provavelmente, quatro linhas de interpretação histórica.[16] A visão marxista da História é ainda complementada pelas idéias de numerosos outros pensadores e líderes (sobretudo, Lênin) e modificada pelas diversas experiências nacionais. Em síntese, torna-se impossível sumariar a totalidade da visão marxista sobre a relação passado/presente e cabe somente alinhavar alguns pontos essenciais, a saber:

(i) a visão marxista abarca todo o chamado "arco da história mundial", desde as comunidades pré-históricas (supostamente sem classes) até a sociedade comunista ideal do futuro. O citado arco é composto de elos que, pelo mecanismo da dialética, são simultaneamente tese, antítese e síntese em cadeia de eventos que levarão a um estágio conhecido no futuro. Em decorrência, o interesse por um determinado evento é provocado pela inserção do mesmo na moldura da totalidade da história humana, ou seja, o quanto o citado evento contribuiu para a consecução da história;

(ii) em virtude de tão clara "razão de ser" da História, não existem maiores dificuldades para os marxistas julgarem o passado. O critério de tal exercício será sempre a contribuição do evento para o já pré-determinado desenrolar da História;

(iii) esta "consecução da História" reside no alcançar sociedade sem classes com os indivíduos não mais sujeitos à divisão do trabalho. O historiador não-marxista poderá até considerar

(15) Vide a respeito Sue Nichterhein, "Historicism and Historiography in Indonesia", History and Theory, Vol. XIII, nº 3, 1974, p. 253-272.

(16) A tese das "três histórias" é apresentada por Hemut Fleischer cujo trabalho é complementado e comentado por Walter L. Adamson, "Marx's Four Histories", History and Theory, vol. xx, nº 4, 1981, Beiheft 20 (Studies in Marxist Historical Theory), p. 379-402.

como desejável este objetivo, mas a sua visão do passado não é a de um processo de mecanismos conhecidos e que inexoravelmente impelem a História, desde o tempo das cavernas, para a sociedade comunista ideal do futuro;[17]

(iv) em decorrência do que precede, o estudo da História para o marxista, como bem observa Theodor Schieder, "nunca é meramente teórico, mas sim exercício prático e abertamente partidário para identificar o objetivo pré-determinado (e portanto previsível) tanto da revolução quanto de seus estágios intermediários. Nesse processo, qualquer percepção histórica milita em favor do objetivo final e é instrumento para alcançá-lo".[18]

Cabe destacar que a visão marxista do passado é facilmente adaptável às necessidades específicas de busca de "novo passado" pelos países recém-emancipados. A busca da independência pode ser assemelhada à luta de classes. A prioridade dos fatores econômicos na explicação histórica fornece justificativa para o colonialismo sem desdouro para as populações subjugadas, isto é, neutralizam-se as teses do tipo "white man's burden". Ademais, o fato de as metrópoles terem cobiçado, sobretudo por motivos econômicos, os territórios coloniais, de certo modo, valoriza as novas nações. Como será visto no capítulo sobre mitos, a visão leninista do imperialismo - transferindo para o plano internacional o fenômeno de luta de classes - serve de vital consolo para os inevitáveis fracassos e dificuldades das novas nações. Em síntese, a informação diplomática, com freqüência, deverá buscar diferenciar quais elementos de tais "novos passados" respondem a anseios específicos do país recém-independente e quais correspondem a empréstimo de parcelas da concepção marxista da totalidade da história da humanidade.

A título de observação conclusiva, deve ser destacado que na epígrafe Henry Kissinger não considera a História apenas como uma memória passiva das nações. A relação presente/passado é a experiência viva a partir da qual os países e grupos subnacionais aprendem consigo mesmos. Mesmo para o brasileiro (confortável somente com o futuro), existe ressoar permanente do passado afetando os mais diversos aspectos do mundo presente. O analista, em busca de maior abrangência na informação

---

(17) Sobre a matéria, vide Ernst Nolte, "The Relationships Between 'Bourgeois' and 'Marxist' Historiography", History and Theory, Vol. XIV, nº 1, 1975, p. 57-73 e que corresponde a um texto claro e didático de introdução ao tema da historiografia marxista.

(18) Theodor Schieder, "The Role of Historical Consciousness in Political Action", History and Theory, Vol. XVII, nº 4, Beiheft 17, 1978, p. 1-18.

diplomática, não deixará de estar atento à relação presente/passado, fenômeno responsável, em grande parte, pela conjuntura dos "corações e mentes" na atualidade sob estudo. Um historiador do renome De Marc Bloch não hesitou em descrever tal fenômeno como sendo uma "solidariedade" entre passado e presente e afirmou que:

> "A falta de compreensão do presente é a inevitável conseqüência da ignorância do passado. Contudo, também o homem poderá labutar até o esgotamento sem quaisquer resultados buscando entender o passado, caso seja totalmente ignorante sobre o presente."(19)

(19) Marc Bloch, The Historian's Craft, p. 43.

VII - DESTINOS MANIFESTOS: O USO DO PASSADO PARA DESCORTINAR O FUTURO

VII - Destinos Manifestos: O uso do Passado para descortinar o Futuro

Le passé n'éclairant plus l'avenir, l'esprit marche dans les ténèbres.

(Alexis de Tocqueville, De la Démocratie en Amérique, Parte Quatro, Capítulo VIII)

Conforme sublinhado em capítulos anteriores, toda informação diplomática pode vir a ser utilizada para nortear alguma ação. Por conseguinte, existe inevitável componente de futuro no trabalho do diplomata e que se revela tão indispensável quanto os interesses do presente implícitos nos textos históricos. Em outras palavras, o ensaio de História sem reflexo da atualidade constitui exercício estéril de antiquariato; a informação diplomática sem a preocupação com o porvir transforma-se em substituto inadequado do despacho jornalístico. Em vista do que precede, buscar-se-á verificar como a projeção do passado (objeto do capítulo precedente) pode ser prolongada para além do momento atual, e, deste modo, permitir que a História possa auxiliar o agente diplomático na sempre essencial e desconfortável função de tentar descortinar o futuro.

As técnicas de extrapolar dados do passado para o futuro, comuns a várias disciplinas acadêmicas, constituem o instrumental mais comum para descortinar o porvir. Em essência, estuda-se, com graus diversos de sofisticação conceitual, o comportamento de uma variável, o qual será, em seguida, projetado para o futuro. Por exemplo, o desempenho de uma variável como o "crescimento demográfico" é estudado pelos censos realizados a cada dez anos. Em decorrência, torna-se possível estimar, com bom grau de acerto, a população, não apenas para qualquer ano

entre dois censos, mas, sobretudo, para períodos no futuro mais distante. A título ilustrativo, sem maiores dificuldades, é factível prever qual a população das diversas regiões de um país dentro de quinze anos ou ainda comparar o total com o dado equivalente de outras nações.

Apenas o exemplo acima, já basta para ilustrar a relevância das projeções para a informação diplomática. Em certos casos, a visão do futuro pode ser moldada tão somente por este tipo de exercício, o exemplo mais conhecido sendo o das previsões, em 1798, de Thomas Robert Malthus sobre o crescimento geométrico da população comparado com o incremento apenas aritmético dos meios de subsistência.

As técnicas de projeção, contudo, são de aplicação difícil ou impossível em alguns casos específicos. Por exemplo, não é possível extrapolar variáveis cujo comportamento no passado seja pouco conhecido; tampouco cabe tentar projetar variáveis que ocorrem com freqüência baixa ou única; e, sobretudo, projeções tornam-se impossíveis no caso de fenômenos que não sejam redutíveis a medidas quantificáveis. Observe-se, ainda, que alguns eventos são condicionados por número tão elevado de variáveis (e.g. o comportamento de novo Governo revolucionário) que não existem modelos para orientar o exercício de extrapolação. Em síntese, apesar da crescente abrangência e sofisticação das técnicas estatísticas e matemáticas de projeção, alguns fenômenos, de primeiríssima importância para o agente diplomático, ainda devem ser objeto de prognósticos sem maior respaldo técnico.

No entanto, como já visto, o diplomata, ao contrário do historiador, não pode furtar-se ao exercício da previsão, talvez a tarefa mais nobre e arriscada da profissão. Confrontado com a demanda por prognóstico, o diplomata sofre de óbvio desconforto, tanto pela inexistência de instrumental apropriado para a tarefa, quanto pela sensação de encontrar-se na mesma companhia intelectual (e com nível similar de acerto) de cartomantes, astrólogos ou quiromantes. Tal desconforto foi descrito por ninguém menos do que Bismarck, em carta datada de 20/VII/1864, na qual o futuro "Chanceler de Ferro" lembra que em política:

> "... podemos ser tão inteligentes quanto o mais dotado homem do mundo e, no entanto, sempre nos encontraremos

aproximando o vindouro momento como criança tateando na escuridão."[1]

Algumas vezes, a intuição educada, dom poético ou mágico, permite entrever, com notável grau de acerto, a evolução dos fenômenos analisados. Na maior parte dos casos, contudo, o diplomata - seguindo a orientação da epígrafe - buscará utilizar o conhecimento disponível do passado para tentar iluminar o porvir da melhor forma possível. Em vista da inexistência de metodologia para entrever o futuro (exceção feita à projeção, técnica alheia ao campo da História), o presente capítulo propõe-se a alinhavar alguns comentários preliminares sobre como o conhecimento histórico pode auxiliar na previsão do futuro, ou, pelo menos, para educar a intuição do analista.

Como ponto de partida, cabe destacar as posições muitas vezes contrastantes de filósofos e historiadores acerca da propriedade do emprego do conhecimento do passado para perscrutar o futuro. A título ilustrativo, cabe lembrar o filósofo Karl R. Popper, quando afirmava ser a "crença em destino histórico pura superstição".[2] Um dos mais respeitados filósofos da História, R.G. Collingwood, escrevendo em 1927, afirmava que o historiador que tenta entrever o futuro é como rastreador:

> "... examinando estrada lamacenta para descobrir as pegadas de pessoas que por lá ainda não transitaram. Este fato é sabido instintivamente pelo historiador. Peça-lhe para prever um só evento no futuro e ele só poderá rir. Caso alguém proponha-se a prever acontecimentos, estará falando, não como historiador, mas como cientista ou adivinho. Caso a promessa seja de prognosticar o porvir por meio do pensamento histórico, ou o público está sendo iludido, ou o termo científico está sendo incorretamente substituído pelo histórico."[3]

Em contrapartida, os historiadores que decidiram escrever sobre os métodos e objetivos da profissão, com freqüência, não parecem incomodados com a noção de que o conhecimento do passado seja utilizado, de algum modo ou maneira, para entrever

---

(1) Comentário de Bismarck citado por Theodor Schieder, "Historical Consciousness in Political Action", History and Theory, Volume XVII, nº 4, Beiheft 17, 1978, p. 10.

(2) Karl R. Popper, The Poverty of Historicism, p.v.

(3) R.G. Collingwood, Essays in the Philosophy of History, editado por W. Debbins, p. 68.

o futuro. Por exemplo, o historiador holandês Pieter Geyl argumenta que:

> "É hábito inato da mente humana - e, em verdade, uma ambição nobre - tentar construir visão da história em que o caos, ou o aparente caos, é redutível a uma ordem. O processo histórico é levado a conformar-se a uma linha, a um ritmo ou regularidade - um movimento, em outros termos, que obedeça a leis passíveis de serem compreendidas e definíveis e cujo curso possa ser projetado pelo observador para além do momento de sua própria vida."(4)

Do mesmo modo, E.H. Carr, em What is History?, não se esquiva comentar o "presente e o futuro de nossa sociedade", além de lembrar que o homem moderno:

> "... perscruta com avidez o lusco-fusco de onde acaba de emergir na esperança de que os pálidos raios possam iluminar a obscuridade para onde ele se dirige. Da mesma maneira, as suas aspirações e ansiedades sobre a trilha que jaz adiante revigoram a acuidade da análise sobre o que acaba de transcorrer. Passado, presente e futuro estão encadeados na corrente sem fim da História."(5)

Caso fosse necessário ainda reforçar o argumento da aceitabilidade intelectual da previsão histórica, poderíamos lembrar um dos profissionais mais respeitados por seus pares no corrente século, o medievalista e co-fundador da Annales, Marc Bloch. O citado historiador, quando fuzilado como membro da Resistência francesa na Segunda Guerra Mundial, deixou manuscrito incompleto e que seria publicado sob o título Apologie por l'Histoire, ou Métier d'Historien. O plano da obra menciona a intenção de Bloch de encerrar o livro com capítulo denominado "O Problema da Previsão", subdividido em seis seções, cujos títulos não deixam dúvida sobre a intenção do autor de estudar o uso da História como ferramenta de prognóstico.

Como bem observou o outro co-fundador da Annales e responsável pela edição do manuscrito, Lucien Febvre, o capítulo conclusivo sobre previsões prometia ser o mais original de

(4) Pieter Geyl, Debates with Historians, p. 151.
(5) Edward Hallett Carr, What is History?, p. 179.

Marc Bloch.[6] Infelizmente, o fim trágico do mencionado historiador não permitiu que deixasse maiores indicações sobre como abordaria o tema. Desde então, nenhum outro historiador aventurou-se a delinear método para utilizar a História como instrumento de prognóstico. Cabe apenas registrar que dois historiadores, Richard E. Neustadt e Ernest R. May, ambos professores da Universidade de Harvard, empreenderam exercício mais restrito que consiste em recém-publicado manual sobre as possíveis formas de assessoria que a História pode prestar nas decisões políticas.[7]

Em síntese, não obstante a quase ojeriza de alguns filósofos da História à utilização do passado para entrever o futuro, muitos dos mais respeitados historiadores aceitam a idéia de que o conhecimento histórico possa servir como instrumento de previsão. Em decorrência, para o diplomata - usuário do método histórico - não deve existir desdouro intelectual no exercício insubstituível de utilizar o passado para tentar construir previsões. O conhecimento histórico manuseado de forma inteligente e cautelosa (sobretudo, cautelosa) pode constituir instrumental de prognóstico tão respeitável quanto qualquer das técnicas de projeção utilizadas pelas demais ciências sociais. Caso ainda restem dúvidas sobre a respeitabilidade ou potencial da previsão histórica, caberia recomendar a leitura do capítulo de abertura das memórias do após-guerra de Konrad Adenauer, onde o chanceler alemão censura professor de História moderna por recusar-se a tentar entrever o futuro. Aliás, o livro citado como um todo explicitamente objetiva a "colocar o leitor em posição de pensar sobre o futuro", a partir das experiências do passado recente.[8]

O segundo ponto a ter-se em mente concerne a distinção entre macro e micro previsões históricas. A primeira está interessada no destino da humanidade ou de civilizações como um todo, enquanto que a micro-previsão (esfera do diplomata) diz respeito a prognósticos mais específicos e de curto prazo. Como exemplos de macro-previsões temos as teorias da antiguidade clássica grega sobre tempo circular (assunto do próximo capítulo), a visão da História de Santo Agostinho, as já mencionadas previsões da futura sociedade comunista de Karl Marx, os três estágios das civilizações de Giovanni Battista Vico ou de Auguste Comte, as

(6) Marc Bloch, The Historian's Craft, p. xvii.
(7) Richard E. Neustadt e Ernest R. May, Thinking in Time: The Uses of History for Decision Makers.
(8) Konrad Adenauer, Memoirs 1945-53, p. 15-16.

duas fases de Herbert Spencer ou as duas solidariedades sucessivas de Emile Durkheim, etc.

Em princípio, esses exercícios de macro-previsão fazem parte de construções intelectuais que buscam explicar, não apenas o futuro, mas também a totalidade do passado. Tais obras são hoje agrupadas sob a denominação de "filosofia especulativa da História", em contraposição com a filosofia crítica e que constitui ramo da epistemologia. Por vezes, tais obras são classificadas de "metahistória" e cumpre ressaltar a sua enorme influência intelectual ainda hoje. Contudo, o Século XIX foi o momento de grande voga de tais sistemas intelectuais que buscavam responder a três tipos de indagação, a saber:

(i) Qual a direção da História?

(ii) Quais os mecanismos básicos de mudança ou progresso?

(iii) Qual a razão de ser ou o valor da História Universal?

A título ilustrativo, tome-se a segunda indagação e como mecanismos de mudança ou de progresso tem-se, entre muitos outros, o determinismo econômico (K. Marx), o Herói Mundial (Hegel), a Providência Divina (Vico), o desafio e resposta (Toynbee), a evolução do conhecimento da ciência (Saint Simon e Comte), etc.

Observe-se que as filosofias especulativas da História partem necessariamente de uma visão determinista. Todo autor - de Santo Agostinho a Karl Marx - que defenda a idéia de um futuro inevitável e pré-estabelecido, não estará considerando como vitais as decisões presentes e vindouras dos diversos atores atuantes na História. Talvez uma ou mais dessas macro-previsões provem ser acertadas no longuíssimo prazo. Contudo, para o analista que examina as repercussões da queda do Governo X no país Y (micro-previsão), pouco auxílio é oferecido pela noção de que a humanidade como um todo caminha para o "estágio positivo" anunciado por Comitê ou para o estabelecimento de religião universal prevista por Toynbee. Em outros termos, cumpre não esquecer que as decisões de indivíduos e grupos responsáveis pelo moldar da evolução de conjuntura específica não estarão necessariamente condicionados por categorias intelectuais propostas para explicar eventos históricos em escala muito mais ampla. Na prática, os atores da História que são objeto das informações diplomáticas não leram Santo Agostinho ou Hegel; exercem, com freqüência, de forma pouco racional a sua capacidade de livre-arbítrio; tomam decisões com base em informações insuficientes ou falseadas; ou ainda exibem características mentais patológicas.

Não obstante a óbvia incompatibilidade, na maior parte dos casos, das categorias da "metahistória" para o exercício da previsão, a influência (por vezes, inconsciente) das filosofias especulativas da História é difícil de ser neutralizada. Ante a inexistência de "metodologia de previsão histórica", o analista buscando entrever o futuro será tentado a utilizar categorias originadas do campo da macro-previsão, ao invés de tentar investigar cada ator ou força que esteja atuando sobre uma conjuntura sendo analisada. Em outros termos, tentar identificar o herói hegeliano, o determinismo econômico, ou o sentido do progresso em determinada crise objeto de informação diplomática corresponde a claro uso de "machete", quando o cauteloso "bisturi" seria o instrumental recomendado.

O terceiro elemento a ter-se em mente é a influência - positiva ou negativa - da própria previsão sobre o curso dos acontecimentos analisados. O exemplo mais conhecido é o do prognóstico sobre a possível falência de um banco e que, por induzir a retirada dos fundos pelos clientes, precipita a quebra do estabelecimento bancário. Por outro lado, a previsão de epidemia (e.g. a "nova gripe espanhola" em 1976) pode induzir a várias medidas de saúde pública e vacinações que impedem a ocorrência do evento prognosticado. Em certos casos, a previsão e a ocorrência do fenômeno antecipado podem até mesmo confundir-se. Por exemplo, na tradição latino-americana, as intervenções militares, como destaca Alfred Stepan, ocorrem quando se observa quebra de legitimidade do governo civil.(9) A ruptura de legitimidade passa a ser visível quando setores civis começam a discutir abertamente a possibilidade (ou necessidade) da intervenção das Forças Armadas. Em outros termos, a própria previsão de possível golpe já pode ser entendida como sinal de quebra da legitimidade do governo civil e, por conseguinte, como pré-condição política para a intervenção.

Em decorrência do que precede, torna-se indispensável que a informação diplomática explicite sempre se o prognóstico é originado apenas do redator ou se corresponde à idéia de conhecimento geral dos atores sob análise. Qualquer "visão do futuro" constitui insumo da maior relevância política e existe fundamental diferença entre apenas o analista considerar algo como provável e a mesma idéia ser compartilhada por atores ou grupos responsáveis pela evolução da conjuntura objeto de prognóstico.

---

(9) Alfred Stepan, The Military in Politics: Changing Patterns in Brazil, p. 86.

Outro aspecto a ser analisado e que poderia ser considerado como exemplo específico das considerações precedentes é o da "previsão justificatória". Nestes casos, a profecia materializa-se pelo simples fato de o fenômeno prognosticado já estar ocorrendo. Um bom exemplo histórico é o do "Destino Manifesto", previsão que surge no exemplar de Julho de 1845 do U.S. Magazine and Democratric Review com a seguinte formulação:

> "O nosso destino manifesto é o de transbordar o continente reservado pela Providência, de modo a permitir o livre desenvolvimento dos nossos milhões de habitantes multiplicando-se ano a ano."(10)

A expressão "Destino Manifesto", que iria justificar o expansionismo norte-americano por mais de meio século, surge, pois, em meados de 1845, ou seja, após a anexação de facto do Texas (1?III/1845), no momento em que já era visto como inevitável o conflito com o México (Guerra de 18456-48), e no correr das negociações com o Reino Unido sobre as fronteiras na área do Pacífico (finalizadas com o acordo de 15/VI/1846). Ademais, na mesma época consolidava-se a presença americana na California e a postura expansionista já constava da plataforma do Partido Democrata ao indicar, em 1844, James K. Polk, como candidato presidencial. Em outras palavras, o "Destino Manifesto", apesar de formulado como profecia, constituía tão somente batismo ou justificativa de política em pleno curso antes de Julho de 1845.

Outro caso ilustrativo de "previsão-justificatória" é encontrado em alguns dos últimos escritos de Simon Bolívar. Revelando o amargor e pessimismo que marcaram o seu fim de vida, o Libertador anuncia a irreversibilidade da fragmentação da Grã-Colômbia, a inevitabilidade da ascensão ao poder de série infindável de tiranetes e o fato de que a América Latina seria ingovernável. Todos esses fenômenos já estavam visíveis - do mesmo modo que os eventos relacionados com o "destino manifesto" - quando foi formulada a previsão por Bolívar. Em outros termos, a tragédia da situação profetizada não reside nos óbvios acertos dos prognósticos em 1830, mas, sobretudo, na

(10) O artigo em tela não era assinado, mas tradicionalmente é atribuído a John O'Sullivan. O seu conteúdo messiânico é ainda mais evidente na formulação em inglês que reza: "Our manifest destiny to overspread the continent allotted by Providence for the free development of our yearly multiplying millions".

continuada validade da profecia bolivariana.[11] Em síntese, previsões formuladas por pessoas no poder, com freqüência, não constituem profecias, mas sim balões de ensaio ou justificativas para políticas possivelmente já objeto de implementação.

Como penúltima consideração, cabe lembrar a necessidade de o diplomata engajado em exercício de prognóstico buscar inspiração e instrumental nas demais ciências sociais. Na ausência de "teoria da previsão histórica" (como talvez viesse a ser elaborada por Marc Bloch), torna-se sine qua non buscar apoio nas experiências de outras disciplinas, as quais, já há muito, estão envolvidas na sempre arriscada tarefa de buscar descortinar o futuro. Por exemplo, da econometria cabe emular a cuidadosa classificação das variáveis. Mesmo sem usar métodos matemáticos, o analista, sempre que possível, buscará identificar, de modo explícito, quais são as variáveis críticas, quais as dependentes de outras, e, sobretudo, quais as consideradas estáveis (Coeteris paribus). Igualmente úteis poderão ser as medidas de correlação entre fenômenos, ou, ao menos, noções sobre o conceito, para tentar esclarecer melhor que parcela de um efeito é atribuível a determinada causa.

Mais importante, o acerto de qualquer previsão será sempre resultado de sorte, intuição ou de modelo explicativo adequado. A última opção é a única em que o analista pode exercer alguma medida de controle objetivo. Na prática, raras vezes será possível utilizar modelos como os preparados por economistas e, muito menos, as simulações agora tornadas possíveis pelo uso do computador. Contudo, o entendimento da realidade depende de exercício de simplificação com o modelo reduzindo a complexidade do mundo real e permitindo compreensão e prognóstico. Faz-se, pois, mister que o diplomata possua um mínimo de conhecimento sobre o trabalho sendo realizado nos demais campos da ciência social no que concerne a previsões ou projeções.[12]

A menção acima ao "acerto das previsões" conduz ao último tópico do presente capítulo. Os usuários da informação diplomatica, por um lado, necessitam prognósticos e, por outro,

---

(11) Um bom comentário sobre esta visão pessimista do Libertador é feito por Carlos Rangel em Del Buen Salvaje al Buen Revolucionario: Mitos Y Realidades de América Latina, p. 21.

(12) No campo da História observa-se também o rápido desenvolvimento de modelos, inspirados nas demais ciências humanas, e até trabalhos de simulação conduzidos por "cliometristas". Vide a respeito History and Theory, Vol. XV, nº 3, p. 322-328 onde o Professor Lance E. Davis analisa o livro de Jeffrey G. Williamson, Late Nineteenth-Century American Development: A General Equilibrium History.

tendem a penalizar de forma excessiva quaisquer previsões que não tenham sido abençoadas por acerto total. Em decorrência, muitas vezes, o agente diplomático será tentado a furtar-se ao exercício da previsão ou buscará mascarar seus prognósticos atribuindo-os a outras fontes. Como resultado, a informação diplomática perderá relevância e precisão. Em outros termos, o usuário da informação deve sempre explicitar que as eventuais falhas no exercício de prognóstico não constituem desdouro profissional.

Observe-se ainda que o prognóstico contido na informação diplomática não deve necessariamente assumir o formato de profecia (e.g. o candidato X do Partido Democrata vencerá as vindouras eleições norte-americanas com 58 porcento dos votos apurados). Em verdade, a previsão do agente diplomático deve levar em conta, sobretudo, o interesse nacional e as eventuais necessidades de ação. A partir do exemplo anterior, a informação diplomática poderia citar os resultados das pesquisas de opinião pública mais confiáveis e, a partir dos diversos cenários indicados por tais pesquisas, prognosticar em que os interesses brasileiros seriam afetados com os diversos resultados possíveis das eleições. Em outros termos, a previsão contida na informação diplomática não deve ser vista como aposta ou profecia, isto é, algo a acertar ou errar, mas sim como chamamento à ação em defesa de eventuais interesses nacionais.

Finalizando os comentários sobre as dificuldades inerentes à previsão, caberia citar J.H. Hexter, historiador ilustre, Professor da Universidade de Yale e que também é simpático à idéia de que o conhecimento do passado pode ajudar a descortinar o futuro. Ao sublinhar as inevitáveis limitações da História para oferecer claras orientações sobre os atuais "problemas, dilemas e crises", o Prof. Hexter - em frase também perfeitamente aplicável aos diplomatas - lembra que:

> "Homens de razoável humildade não devem sofrer ao verem negados poderes que somente Deus poderia possuir."(13)

(13) J.H. Hexter, Doing History, p. 142.

VIII - TEMPO

VIII - Tempo

> Todos os agentes da CIA serão incapazes de descobrir um segredo do conhecimento de qualquer camponês da China: o tempo não tem limite.
>
> (Comentário do Premier Chou En-lai ao Embaixador João Augusto de Araújo Castro)

No capítulo VI ("Periodização e o Tempo Elevado à Categoria de Explicação") foram analisados alguns recursos explicativos (relacionados com aspectos temporais) que o diplomata, com o objetivo de melhor transmitir conhecimento, poderia optar por utilizar na sua informação. Por sua vez, a presente seção, voltada para o aspecto da abrangência da informação diplomática, abordará determinadas facetas do próprio tempo e fenômenos correlatos, os quais são parte da "realidade" sob estudo. Em outras palavras, a justificativa do capítulo ora iniciado reside na idéia de que a informação diplomática ganhará em escopo na medida em que tais parcelas da "realidade" também sejam apreendidas pelo agente diplomático.

O termo "realidade" colocado entre aspas visa a ressaltar, desde o início, a dificuldade de considerar que o tempo possa ser entendido como algo objetivo e passível de análise como qualquer outra parte do mundo real (ou externo ao redator). Em verdade, até a simples definição de tempo revela-se difícil para todos os campos da atividade intelectual - da Física à Teologia. A título ilustrativo, caberia citar o matemático G.J. Whitrow, primeiro Presidente da "Sociedade Internacional para o Estudo do Tempo", e que, em 1972, publicou o livro What Is Time?, com o objetivo de "discutir a natureza do tempo a partir de vários

pontos de vista". Sintomaticamente, após 177 páginas, este excelente livro encerra-se com citação do matemático e filósofo Alfred North Whitehead, a qual sublinha que:

> "É impossível meditar sobre o tempo e o mistério da criativa passagem da Natureza sem ficar sobrepujado com a emoção causada pelos limites da inteligência humana."(1)

Na busca de aspectos "reais" do tempo com eventual interesse para a informação diplomática, faz-se mister evitar as análises das múltiplas dificuldades incrustradas na idéia de tempo abstrato ou dissociado dos eventos que alegadamente o preenchem ou diferenciam. Seguir-se-á, pois, a observação do filósofo R.G. Collingwood, em conhecida palestra perante a "Sociedade Aristotélica" no ano de 1926, quando afirmava que:

> "Não estou interessado em tais dificuldades. Não estou mesmo certo se devo considerá-las importantes, exceto do ponto de vista dialético. Qualquer pessoa emaranhada nessas complexidades pode, com justiça, ser acusada de estar queixando-se de falta de visibilidade em decorrência da poeira por ela mesma levantada."(2)

Em suma, buscando não atiçar tal poeira, ao considerar o tempo como algo objetivo, tenta-se estar próximo do uso corrente do termo e que foi dicionarizado por Aurélio Buarque de Holanda Ferreira como "a sucessão dos anos, dos dias, das horas, etc., que envolve, para o homem, a noção de presente, passado e futuro". Nesta acepção simplista, as causas sempre antecedem seus efeitos e dois eventos podem ocorrer simultaneamente em locais diferentes.(3) Tal tempo é, por vezes, visualizado como reta infinita e, em outros casos, como algo circular (e.g. ciclos), entre

---

(1) G.J. Whitrow, What Is Time?, p. 177.

(2) Robin George Collingwood, "Some Perplexities About Time", em The Human Experience of Time: The Development of its Philosophic Meaning, editado por Charles M. Sherover, p. 558. Observe-se que o presente capítulo ao considerar o tempo como parte da realidade vê-se forçado a imitar a palestra de 1925 de Collingwood, ou seja, abrir com largo intróito sobre quais os aspectos do tempo não serão abordados.

(3) As duas afirmações não são óbvias como podem parecer à primeira vista. Tome-se, por exemplo, a tese de doutorado de Geoffrey Bruce Matthews, The Arrow of Time, aprovada pela Universidade de Indiana, onde o autor, após analisar diversos aspectos de Física, admite a possibilidade de causa e efeito serem simultâneas ou mesmo poderem vir a ocorrer na ordem inversa da ditada pelo senso comum. Por outro lado, Einstein explicitamente nega a noção de simultaneidade.

muitas outras possibilidades, como será visto a seguir. Esta noção de tempo vista como parte da realidade e refletindo o uso corrente da expressão deve, pois, ser equivalente ao que estaria cogitando Santo Agostinho, no Século V, quando indagava:

> "O que é então o tempo? Caso ninguém me pergunte, eu sei; caso deseje explicar respondendo a uma indagação, não sei mais!"(4)

Aliás, o próprio Santo Agostinho, também no seu Confissões, é responsável pelo que deve ser das mais antigas anedotas sobre o tempo. Ao examinar o início do tempo (problema ainda insolúvel hoje), o autor aborda a questão do que fazia Deus antes da criação do universo. Na análise desta espinhosa questão teológica, Santo Agostinho cita também a resposta jocosa a esta indagação, qual seja, Deus preparava inferno especial para os que se aventuram a deslindar tais mistérios!(5) Cumpre, pois, evitar os "mistérios" do tempo abstrato e solicitar ao leitor que aceite a noção de tempo objetivo, isto é, capaz de ser analisado como qualquer outra parcela da realidade e, por vezes, merecedor de inclusão na informação diplomática.

O primeiro e mais importante aspecto da matéria de interesse para o agente diplomático está indicado na epígrafe de Chou En-lai, qual seja, a forma do tempo. Por exemplo, o tempo objetivo é visto como finito ou infinito? Recorrente ou não? Possui direção discernível? Reflete tendência de progresso ou de declínio? Encaminha-se para (ou afasta-se de) eventual Idade de Ouro? Na medida em cada cultura (ou, até mesmo, cada conjuntura) apresenta respostas diferentes às indagações precedentes, encontra-se na forma do tempo matéria passível de ser analisada com o mesmo espírito críitico com que o agente diplomático estudará outras parcelas da realidade objetiva como, digamos, a legislação, o momento econômico, a estrutura social do país, etc.

Para poder bem responder, em determinada conjuntura, às cinco indagações do parágrafo anterior, faz-se mister que o analista tenha consciência das contraditórias heranças forjadoras do pensamento ocidental no que concerne a visão do tempo. A civilização greco-romana contribuiu com as noções de tempo infinito e de ciclos, ou seja o mundo - em série sem começo ou

---

(4) Santo Agostinho, Confissões, Livro XI, parágrafo 17.
(5) Ibid, parágrafo 14.

fim de ciclos iguais - seria destruído e recriado. Por sua vez, os judeus aportaram a idéia de tempo finito (iniciado com a criação do mundo) e, sobretudo, linear, ou seja, com direção para um futuro que seria coroado com a vinda do Messias. O cristianismo, por considerar a encarnação de Cristo como fenômeno impossível de ser repetido, buscou abandonar (nem sempre com êxito) quaisquer resquícios da visão cíclica da História. Ademais, a parousia, ou segunda vinda de Cristo, reforçava a direção e finitude do tempo, o qual era percebido como marchando do Gênese para o Apocalipse. Para tornar ainda mais complexa essa mescla irredutível de conceitos, a direção da História cristã (escatologia) começou a secularizar-se, entre Bossuet e Voltaire, com a substituição da Divina Providência pela noção de progresso.(6)

Como seria de se esperar, os diversos elementos acima nunca puderam ser amalgamados em visão única do tempo. Conforme adiantado, cada sociedade (e cada momento) tenderá a privilegiar determinada percepção de tempo, a qual corresponderá a uma das muitas possíveis combinações dos componentes sumariados no parágrafo acima. À guisa de simplificação, contudo, as "formas" do tempo podem ser agrupadas em duas grandes categorias: linar e recorrente.

O pressuposto básico da forma linear, como se deduz da imagem geométrica, é o de que o tempo nunca se repete. Todo ponto ao longo da reta temporal é único e uma vez transformado em passado não volta a ocorrer. Este é o tempo judeu ou cristão na forma mais pura, encaminhando-se, de forma inexorável, para a futura vinda do Messias ou para a parousia. Santo Agostinho o define como a recta via, imagem tanto de tempo linear quanto de salvação.(7)

Por outro lado, a idéia de recorrência manifesta-se de formas variadas ou pode ainda ser detectada embutida em outras noções. O historiador G.W. Trompf, em The Idea of Historical Recurrence in Western Thought; From Antiquity to the Reformation, propõe classificação com sete tipos diversos de tempo recorrente.(8)

---

(6) Sobre a matéria, vide Karl Löwith, Meaning in History e no qual se argumenta, inclusive, que esta mistura de messianismo judaico, escatologia cristã e elementos clássicos explica "as assustadoras energias de atividade criativa e que transformaram o Ocidente cristão em uma civilização de escala universal", p. 203.

(7) Conteúdo da expressão recta via explicado por Arnaldo D. Momigliano, "Time in Ancient Historiography", History and Thoery, Beiheft 6, 1966, p. 7.

(8) Sobre a classificação de tempos recorrentes vide a apresentação do livro de G.W. Trompf The Idea of Historical Recurrence in Western Thought: From Antiquity to the Reformation, feita pelo Professor Charles Trinkhaus, em History and Theory, Vol. XX, nº 2, 1981, p. 218-31.

Entre os mais importantes, cabe mencionar o ciclo (sucessão de eventos que se repetem), a idéia de evolução pendular (dois fenômenos sucedendo-se), renascença (restauração de conjunto de condições que já ocorreram no passado), e a noção de que a natureza humana é imutável (i.e. induzindo a repetição de eventos). A noção de recorrência estará ainda incrustrada ou implícita em idéias como a de "lições da História" ou mesmo em eventuais observações freqüentes sobre o paralelismo ou similitude entre fatos do passado e do presente.

Qualquer das formas de tempo linear ou recorrente pode afetar, em profundidade, o modo como certo evento será tanto vivido quanto analisado. Tome-se, a título ilustrativo, a recente preponderância de regimes civis na América do Sul. Em certos países (e.g. Venezuela), o fenômeno é visto como parte de tempo linear, ou seja, a presença de militares na política como fato transformado em passado que não mais retornará; em outros (e.g. Argentina) o mesmo fenômeno é entendido como cíclico, isto é, certo número de anos com regimes civis serão seguidos por governos militares; já no Brasil, a visão mais comum parece ser a pendular, com crises periódicas nos regimes democráticos sendo resolvidas por intervenções militares. Em outros termos, para a tarefa de prognóstico do agente diplomático, cada um dos três tempos acima possui regras e lógica passíveis de serem historicamente compreendidas.

Outro exemplo ilustrativo é encontrado nas declarações, ao final de Janeiro de 1988, de Nigel Lawson, Ministro da Fazenda ("Chancellor of the Exchequer") do Reino Unido, ao comentar o bom desempenho da economia britânica nos cinco anos precedentes.(9) O fenômeno é apresentado como ponto de inflexão que reverte 40 anos de "declínio pós-imperial" e o país passava a ser visto "com maior respeito e autoridade no exterior". Em outras palavras, tais declarações inspiram-se claramente na noção de "renascença" e o agente diplomático as lerá até como sinal de que o Reino Unido pretende perseguir a recuperação de parte de sua atuação e postura de grande potência. Os mesmos resultados econômicos na República Federal da Alemanha talvez fossem apresentados como tempo linear, ou a continuação de reta ascendente ("milagre alemão") e que, sob o signo do progresso, continua a afastar-se do cataclisma nazista. Possivelmente no Brasil, dados econômicos equivalentes seriam apresentados como

(9) Reginald Dale, "The New Britain is Proclaimed", International Herald Tribune, 1/II/88. p.1

uma aceleração do tempo em direção ao ponto em que o país será desenvolvido.

O exemplo acima traz à baila o conceito de Idade de Ouro, momento que pode estar situado no passado, no futuro e, por vezes, até no presente, em que certa sociedade julga ter atingido seu apogeu. A título ilustrativo, tome-se o caso das negociações sobre dívida externa no Brasil e no México (país que, como visto no Capítulo VII, tende a entender que seu auge ocorreu no passado). Após entrevistar diversos banqueiros, o jornalista Roger Cohen, em matéria no The Wall Street Journal de 26 de março de 1987, ressalta como é similar a conjuntura financeira nos dois países. Contudo, as negociações sobre a dívida divergem em estilo e conteúdo por serem diferentes as respectivas visões sobre o tempo. Segundo o jornalista, "o Brasil é obcecado pelo seu futuro, visto como de grande potência industrial, e o México parece mal assombrado, mesmo preso, por seu passado". Um dos empresários entrevistados acrescenta ainda que no México "toda negociação é iniciada com lição de História", enquanto que no Brasil (país sem memória) apenas o futuro interessa. Essas pertinazes observações não permitem concluir que um dos dois países seja mais eficiente do que o outro nas negociaçõs de dívida. Observe-se apenas que situações econômico-financeiras quase idênticas transformam-se, por força de visões divergentes de tempo, em negociações muito diferenciadas. De uma parte, o Brasil negocia a partir de "se teu futuro espelha tal grandeza", e, de outra, o México, para citar um dos seus maiores poetas, "carrega consigo, em farrapos, o passado ainda vivo".(10) O México sofre com a nostalgia da Idade de Ouro em constante retroceder no passado; o Brasil com a sina da Idade de Ouro sempre no porvir.

Na medida em que toda e qualquer atividade humana está inserida no tempo, os exemplos poderiam ser multiplicados ad infinitum. Contudo, cabe apenas reiterar a idéia de que cada país estará vivendo um tempo, cuja forma (identificada pelas respostas às cinco indagações constantes da página 111) muitas vezes pode constituir elemento explicativo e de prognóstico para a informação diplomática. Nesse exercício de identificar o tempo existe o risco do bias do analista impedir a apreensão correta do tempo vigente.

A este respeito, R.G. Collingwood, em dois artigos sobre ciclos, comenta dificuldade que afeta historiadores e que pode ser

(10) Octavio Paz, The Laburinth of Solitude: Life and Thought in México, p. 65.

vista como também de interesse para a informação diplomática. Em essência, o estudioso que conseguir familiarizar-se com determinado período histórico, a ponto de entender os problemas e motivações de suas personagens, tenderá a ver tal época "destacada como algo luminoso, inteligível, racional e, em conseqüência, admirável". Em oposição, as etapas imediatamente antes e após o período analisado pelo historiador permanecem mais obscursas, menos inteligíveis e, por conseguinte, não tão dignas de admiração. O núcleo luminoso de compreensão é precedido e sucedido por processos cujo interesse para o historiador é o de explicar o advento e a desaparição de certa fase vista como excepcional. Cria-se, portanto, na mente do historiador, ciclo de ascensão, auge e declínio, mas que, na prática, pode estar decorrendo tão somente das limitações no campo de visão do historiador.(11)

A mesma "distorção ótica" pode ocorrer com o diplomata cuja função (como a do historiador) é analisar uma sociedade durante certo período de tempo. Na medida em que o diplomata se familiariza com o novo posto, a realidade analisada tende a transformar-se também "em algo luminoso, inteligível, racional e, em conseqüência, admirável". Os anos que antecederam a chegada ao posto necessariamente serão menos familiares, do mesmo modo que a realidade após o término da missão. Como resultado, a informação diplomática (do mesmo modo que o relato do historiador) tende a favorecer - de modo artificial - visões cíclicas da realidade. Em forma cumulativa, esta "visão cíclica" observa-se freqüentemente nas autobiografias de diplomatas (de qualquer nacionalidade). Tais livros tendem a constituir relato de sucessão de postos, todos marcados por eventos admiráveis ou ímpares nos anos de estada do autor. Em síntese, cumpre estar atento para a natural tendência de o diplomata, de forma artificial, buscar explicar eventos como fruto de tempo cíclico.

Um bias em favor do tempo linear pode ocorrer, contudo, com o agente diplomático interessado, de forma exclusiva, em uma ou poucas variáveis. Esta especialização de interesse permite ter-se visão que recua muito mais para o passado e a compreensão pode sofrer a tendência de perfilar-se em visão de tempo linear. Em outras palavras, o bias, ao contrário do caso anterior, agora obscurece possíveis ciclos e estorva igualmente uma boa

(11) R.G. Collingwood, Essays in the Philosophy of History, editado por William Debbins, p. 74-75 e 87-89

compreensão da realidade. O exemplo mais atual poderia ser o do diplomata predominantemente interessado na ocidentalização da União Soviética. A noção de que a Rússia, desde Pedro, o Grande, busca e rejeita simultaneamente a "eruopeização" é capaz de enfileirar, sob a forma do tempo linear, quase três séculos de história, mas, por outro lado, impede a compreensão com mais matizes da realidade russa contemporânea.

O terceiro tipo de bias neste campo é a forte tendência a explicar fenômenos sociais como se fossem organismos. A título ilustrativo, um partido político é visto como "jovem", determinado movimento "ganha corpo", a revolução "amadurece", o Governo está "moribundo", etc. Ao ser atribuída vida orgânica às entidades sociais, tende-se a privilegiar visões de tempo cíclico, já que todo ser vivo nasce, cresce, atinge maturidade, envelhece e morre, em ordem que não pode ser alterada. No dizer de Maquiavel, a Natureza não permite a imobilidade e, após atingirem as coisas seu ponto de perfeição, devem entrar em declínio ("non avendo piu da salire, conviene che scendino").(12) Em síntese, o agente diplomático deverá estar atento para o fato de que tais imagens orgânicas (conducentes a visões cíclicas) sejam correntes na sociedade sob análise e não apenas fruto de entendimento seu.

Deixando agora de lado o tema do bias, cumpre recordar que a forma do tempo prevalecente em certa sociedade traz implicitamente a definição de sua direção, ou seja, constitui também instrumento útil de previsão. Tome-se, a título ilustrativo, uma forma de tempo presente em certas visões da América Latina e que constitui imagem típica do livro Cem Anos de Solidão de Gabriel Garcia Marquez. O tempo é como roda de carroça com o eixo desgastado, isto é, a repetição de ciclos iguais (voltas das rodas) permite o avanço da carroça (direção do tempo) até o momento inevitável da quebra do eixo (fim dos tempos ou cataclisma previsível ou pressentido). Em outros termos, a imagem (forma) do tempo permite explicitar uma angústia quanto ao futuro e que, para vários países da região além do país natal de G.G. Marquez, pode constituir importante explicação a ser incluída na informação diplomática.

Entretanto, a catástrofe futura é direção menos comum do que as duas tendências de "progresso" ou de "declínio". Na seção de sugestões de leituras adicionais estão listadas algumas obras

(12) N. Maquiavel, Istorie Fiorentine, Livro 5, Capítulo 1, citado em Peter Burke, "Tradition and Experience: The Idea of Decline from Bruni to Gibbon", Daedalus Summer 1976, p. 144.

que exploram a evolução e conteúdo dos dois conceitos, muito mais amplos e complexos do que possam aparentar à primeira vista. De imediato, caberia apenas destacar o quanto as duas categorias herdaram de visões religiosas. Já foi mencionada a idéia de Karl Löwith de que a noção de progresso origina-se da secularização da visão escatológica cristã. Em epílogo de obra recente sobre o conceito de progresso, o historiador Robert Nisbet argumenta que o futuro dessa noção no mundo ocidental dependerá da própria evolução do sentimento religioso judeu-cristão.(13) De igual modo, a direção do tempo definida como declínio ou decadência, freqüentemente, reflete o conceito de queda de Graça (ou expulsão do Paraíso). Alguma falha ou erro no passado ("pecado original") deixa sua marca em toda a história subseqüente (até ser redimido, como observa Randolph Stern, por intervenção externa ou regeneração quase-voluntária).(14) Em síntese, a idéia de direção do tempo originou-se com concepções religiosas judaico-cristãs e que ainda hoje, de maneira transfigurada na sua secularização, podem auxiliar o agente diplomático a compreender a forma do tempo.

Finalizando o capítulo, caberia reler a epígrafe de Chou En-lai em conjunção com a seguinte observação do historiador Carl L. Becker:

> "Caso nossas memórias de eventos passados sejam curtas e áridas; nossas expectativas acerca de eventos futuros serão igualmente curtas e áridas; caso nossas memórias sejam ricas e diversificadas, as nossas visões do que possa vir a ocorrer tenderão a exibir mais ou menos as mesmas características. (...) Desconfio que a capacidade de recordar o passado e a capacidade de entrever o porvir ocorrem simultaneamente, de modo amigável, sem disputar prioridade ou precedência.".(15)

Em outros termos, quanto maior a parcela do passado que constitua memória viva da nação, mais vivazes (e, provavelmente, acertadas) deverão ser as antevisões do porvir. Não é simples coincidência o fato de que, em 1944, um dos arquitetos da futura Índia, J. Nehru, escrevia na prisão (sem recurso de biblioteca) a

(13) Robert Nisbet, History of the Idea of Progress, p. 352-357.
(14) Randolph Stern, "Meaning-Levels in the Theme of Historical Decline", History and Theory, Vol. XIV, nº 1, 1975, p. 17.
(15) Carl L. Becker, The Heavenly-City of the Eighteenth-Century Philosophers, p. 121.

história do seu país.[16] Para Chou En-lai e seus compatriotas, herdeiros de cinco milênios de passado, o tempo não pode ter limite. Sintetizando este último argumento sobre a forma do tempo, o agente diplomático, na sempre incômoda tarefa de prognóstico, poderá medir a confiabilidade das visões do futuro de uma nação pelo quanto do seu passado constitui memória viva. Para o brasileiro, homem sem passado e, por conseguinte, com futuro nebuloso, este simples exercício constitui per se necessário esforço para neutralizar triste bias.

Em conclusão, a tarefa proposta no presente capítulo, qual seja a de tentar identificar a forma e demais características do tempo que rege determinado momento, transformam-se em roteiro para ajudar a compreender o presente pelo passado e, por vezes, antever o futuro. Em outras palavras, a forma do tempo constitui não apenas explicação adicional que beneficia a abrangência da informação, mas, em certos casos, revela-se uma das chaves para a sempre vital tarefa de prognóstico do agente diplomático.

(16) Jawaharlal Nehru, The Discovery of India, onde o autor, com apenas a ajuda da memória de outros onze intelectuais também presos no Forte Ahmadnagar, escreve em cinco meses uma História da Índia, dos primórdios ao momento contemporâneo e que, ainda hoje, constitui obra instrutiva e provocadora.

IX - MITOS

IX - Mitos

> O mito jaz nas fundações da sociedade humana. Explica-se este fato por serem os mitos afirmações gerais sobre o mundo e suas partes, e, em especial, sobre as nações e demais grupos; tais afirmações são consideradas como verdadeiras e, por conseguinte, orientam a ação sempre que as circunstâncias sugiram ou demandem resposta comum. Para os grupos humanos, o mito é o substituto do instinto.
>
> (William H. McNeill, Foreign Affairs, Outono 1982)

Para este último capítulo sob a égide da preocupação com a abrangência da informação diplomática foi reservado tema que, nos últimos anos, revelou-se rico filão de explicações inovadoras no campo histórico. O tema mostra-se tão promissor que, em Dezembro de 1985, William H. McNeill escolhe a chamada "mito-história" como assunto central do seu pronunciamento anual como Presidente da "American Historical Association". Obviamente, matérias relacionadas com mitos sempre constaram, de forma bissexta, tanto de textos históricos quanto de informações diplomáticas. No entanto, a utilização de definições contraditórias em outras disciplinas encobriam o potencial explicativo do conceito de mito para a atividade histórica e, de igual modo, acredito eu, para o trabalho diplomático. Como será visto, uma determinada conceituação de mito (entre as muitas existentes) constitui instrumento para auxiliar, não apenas na compreensão da realidade, mas também na tarefa de prognóstico. Cumpre, pois, iniciar o capítulo com a precisa identificação do que seja mito.

Ao contrário do conceito de "tempo" abordado no capítulo precedente, não existe definição única em uso corrente para a

idéia de mito. Aurélio Buarque de Holanda Ferreira dicionariza nada menos do que dez acepções divergentes para o termo. A literatura dos diversos campos intelectuais com interesse na matéria - antropologia, estudo do folclore, teologia, lingüística, psicanálise, etc. - revela a mesma babel conceitual. Tal multiplicidade de acepções correntes e acadêmicas não poderia deixar de tumultuar o debate sobre a matéria. Em decorrência, o modo mais prático para identificar a conceituação de maior utilidade para o diplomata é a eliminação progressiva das definições de menor potencial explicativo da realidade contemporânea.

Parece claro que o primeiro passo será deixar de lado definições que reconhecem como mito apenas certos tipos de estórias ou fábulas de povos primitivos. Para o analista de sociedades contemporâneas, tais conceituações perdem parte do interesse por necessariamente incluírem os feitos de "deuses, espíritos, e todo o tipo de seres sobrenaturais e sobre-humanos".(1)

Para o diplomata, usuário da linguagem corrente, a etapa seguinte é a de abandonar definições excessivamente distanciadas das acepções dicionarizadas com mais freqüência. Com o objetivo de evitar vocabulário esotérico, serão eliminadas conceituações de alguns estudiosos, como Lord Raglan e Jane Harrison, para quem os mitos são "palavras que acompanham rituais"; igualmente deixa-se de lado a visão de mito de Lévi-Strauss e Freud que corresponde a um tipo de "sonho coletivo" passível de interpretação para buscar seu significado oculto; também se abandona a idéia de que mito pode incluir certos tipos de comportamento como proposto pelo historiador James O. Robertson.(2)

A terceira (e mais importante) etapa na busca de definição útil será eliminar as acepções que, de forma prioritária, incluem as noções de erro, mentira ou falsidade. A linguagem corrente já possui sinonímia suficientemente rica para tais imagens e a idéia

(1) Expressão entre aspas retirada da definição de mito de Joseph Fontenrose, The Ritual Theory of Myth, p. 54. Curiosamente, alguns autores apresentam definições de mito circunscritas a povos primitivos, mas, conscientes da força e relevância do termo, terminam por incluir as sociedades contemporâneas nas suas análises. Tal é o caso de duas das mais conhecidas obras de Mircea Eliade, Myth and Reality e The Myth of the Eternal Return or, Cosmos and History.

(2) Os três exemplos de definições esotéricas retiradas das seguintes obras: (i) Joseph Fontenrose, The Ritual Theory of Myth, p. 52; (ii) Edmund Leach, Lévi-Strauss, p. 57; e (iii) James Oliver Robertson, American Myth, American Reality, p. xv.

de mito como algo errôneo, apesar de corrente, pouco proveito apresentará para qualquer analista.

Ultimado o sumário exercício de exclusões, cabe agora propor o que entendo ser o cerne de um significado útil para o conceito de mito, qual seja, verdade aceita sem maior juízo crítico pelos membros de um grupo para, em geral, endossar práticas ou instituições existentes ou tradicionais.(3) Em outras palavras, a definição acima (como a da epígrafe) tem o seu ponto central na idéia de crença considerada como verdade. Contudo, a conceituação, como apresentada, ainda se revela abrangente em excesso e poderia incluir outras categorias de "verdades" tão divergentes como superstições, ideologias e mesmo crenças religiosas. Faz-se mister, em decorrência, acrescentr as seguintes qualificações:

(i) O historiador K.W. Bolle enfatiza que a "autoridade do mito não está na sua comprovação, mas tão somente na sua revelação".(4) Para exemplificar esta faceta poderia ser citada a conhecida frase de Victor Hugo de que "nada existe mais forte do que uma idéia cujo tempo chegou". Em síntese, o grau de aceitação de certo mito por um grupo ou nação é dado mais relevante do que a eventual "veracidade objetiva" do seu conteúdo (a ser testado por sistemas formais de lógica ou observações passíveis de serem comprovadas);

(ii) Igualmente importante, segundo Bolle, "o mito pode ser esmiuçado apenas quando a sua autoridade deixa de ser inquestionável, ou pela sua rejeição, ou pela sua substituição, de uma maneira ou outra, por mitos mais abrangentes". Em outras palavras, a autoridade do mito (decorrente originalmente de sua simples revelação) é tão grande que qualquer tentativa de analisá-lo logicamente ou pormenorizá-lo já constitui sinal da caducidade ou obsolescência do mesmo;

(iii) Na medida em que os mitos são "verdades mais por fé do que por conhecimento racional", a sua veracidade ou validade, na prática, comprova-se, sobretudo, pelas ações que inspiram;(5)

---

(3) Dentro do objetivo de não afastar-me em demasia de acepções dicionarizadas, a definição proposta acompanha de perto um dos significados de mito explicitados pelo Webster's Third New International Dictionary of the English Language, Unabridged, edição de 1971, Volume II, p. 1497. A definição proposta aproxima-se ainda da sétima acepção incluida por Buarque de Holanda Ferreira no Novo Dicionário da Língua Portuguesa, 1ª edição.

(4) Encyclopaedia Britannica, 15ª edição, sub verbo "Myth and Mythology", p. 802, por K.W. Bolle.

(5) Comentário de William H. McNeill, Mythistory and Other Essays, p. 23. O mesmo autor, tendo em mente a capacidade do mito de orientar a ação de um grupo e, inclusive, de tornar relevante sua existência, sugere até a necessidade de os historiadores "construirem" mitos.

(iv) Por último, os mitos tendem a constituir "verdades atemporais". Uma vez revelados (e aceitos pelo grupo ou nação), eles serão vistos como verdades, em geral, válidas para o presente, passado e futuro.

Por meio de dois exemplos - um brasileiro e outro comum à toda a América Latina - espera-se tornar mais claro o significado de mito, conforme sumariado acima. O primeiro teste da definição adotada será com o "mito do homem cordial", "revelado", em 1936, por Sérgio Buarque de Holanda, no livro Raízes do Brasil. A formulação original do mito é a seguinte:

> "Já se disse, numa expressão feliz, que a contribuição brasileira para a civilização será de cordialidade - daremos ao mundo o 'homem cordial'. A lhaneza do trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam, representam, com efeito, um traço definido do caráter brasileiro, na medida, ao menos, em que permanece ativa e fecunda a influência ancestral dos padrões de convívio humano, informados no meio rural e patriarcal."(6)

Sem sombra de dúvida, está-se diante de uma "crença tida como verdade" e não de fato passível de ser comprovado. De certo, o brasileiro não é o único povo marcado por atitudes cordiais, hospitaleiras ou generosas. Tampouco seria viável quantificar a cordialidade das demais nações para poder confirmar que a "civilização" vai creditar essa qualidade, sobretudo, ao Brasil.

Em suma, a noção de o brasileiro como "homem cordial" foi aceita com base apenas na sua revelação. Observe-se que a nova verdade revelada é atemporal: era detectada no passado pelos estrangeiros que nos visitavam; será (futuro) a contribuição brasileira para a civilização. Também parece óbvia a defesa de "práticas ou instituições existentes ou tradicionais", i.e., o meio rural e patriarcal. Aliás, em retrospecto, o elogio de uma sociedade patriarcal - imaginada talvez como mais estável - parece hoje absolutamente explicável nos idos de 1936, marcados por intentonas comunistas, lutas de cangaço e agitações integralistas.

Por outro lado, a veracidade histórica do mito já havia sido negada, muito antes de 1936, por historiadores, como Varnhagen e Capistrano de Abreu, os quais Buarque de Holanda certamente

(6) Sérgio Buarque de Holanda, Raízes do Brasil, p. 106-107.

conhecia. José Honório Rodrigues, cotejando o mito com o registro dos fatos históricos, cita Capistrano de Abreu cujo Capítulos de História Colonial menciona que "os alicerces assentaram sobre sangue, com sangue se foi amassando e ligando o edifício e as pedras se desfazem, separam e arruínam".(7) Em outros termos, o pormenorizar e esmiuçar do mito - como feito magistralmente por J.H. Rodrigues - já é sinal de quebra de sua autoridade. No entanto, recordando a observação de McNeill, a veracidade do mito deve ser aquilatada, sobretudo, pelas ações que desencadeia. No caso do "homem cordial", o mito, já por mais de meio século, talvez tenha constituído influência (de certo, positiva e muito necessária) sobre o comportamento social do brasileiro.

Em síntese, o "homem cordial" possui todas as características alinhavadas na definição de mito. Igualmente importante, trata-se de mito a caminho da caducidade, ou seja, passa a ser viável a sua análise de forma mais desapaixonada. Pelo mesmo motivo de obsolescência, foi escolhido o segundo exemplo - o "mito de Ariel" - a partir do qual já se torna possível entrever a utilidade do conceito para a informação diplomática, sobretudo, no que tange a substituição de um mito por outro mais abrangente.

O "mito de Ariel" diz respeito à afirmação da superioridade cultural e espiritual da América Latina frente ao desprezível materialismo dos Estados Unidos. O veículo da revelação foi o ensaio Ariel publicado, em 1900, pelo uruguaio José Enrique Rodó (1871-1917), que se transforma em livro de cabeceira de toda uma geração latino-americana. A leitura desapaixonada (hoje possível) mostra que a obra de Rodó tomou a forma de uma última palestra do sábio e querido mestre Próspero, o qual prega os valores da espiritualidade e idealismo em contraste com o vulgar materialismo então imperante. O lado espiritual é representado por Ariel, personagem ("an ayre spirit") de A Tempestade de William Shakespeare, e que é contrastada com Caliban, figura cruel e semi-humana, produto de união de bruxa com demônio, e que os leitores de Rodó (sem qualquer dificuldade) identificaram como sendo os Estados Unidos.

O exemplo de Ariel revela-se de especial interesse por permitir ressaltar a diferença entre o mito e o veículo de sua

---

(7) José Honório Rodrigues, História Viva, Capítulo V, p. 95-103, intitulado "O Processo Cruento da História do Brasil". Em apenas nove páginas, J.H. Rodrigues, não apenas comenta as opiniões de Buarque de Holanda, mas, sobretudo, mostra como foi estabelecido o mito da "história pacífica" do Brasil.

revelação. Observe-se que o mito em tela começou a ser atribuído ao seu autor antes mesmo da publicação do livro. Em 1899, o jornal uruguaio El Dia, noticiando o vindouro lançamento de Ariel, já informava seus leitores de que se tratava de ensaio sobre a perniciosa influência da "raza anglo-yankee" sobre a América Latina. Rodó exigiu que o jornal publicasse retificação sublinhando a verdadeira tese central da obra (espiritualismo versus materialismo) e mostrando que as observações sobre os EUA, na quinta parte do discurso de Próspero, não constituíam acusação contra aquele país. Este seria o primeiro de longa e baldada série de protestos de J.E. Rodó contra a leitura simplista do seu ensaio, qual seja, identificando Ariel com a América Latina e Caliban com os EUA.(8)

Como no caso do "homem cordial", seria fútil tentar aquilatar a "verdade objetiva" do mito de Ariel. A autoridade da crença na superioridade cultural latino-americana decorreu apenas de sua revelação, que coincidiu, aliás, com a projeção dos EUA como potência regional após derrotar a Espanha em 1898. Como bem frisou o jornalista venezuelano Carlos Rangel, o livro em pauta, apesar dos protestos de Rodó, conseguiu cristalizar as angústias e ressentimentos dos intelectuais da região e dar às carências desse grupo uma compensação psicológica adequada.(9)

Entretanto, hoje a imprensa não mais menciona as imagens de Ariel e Caliban. Ninguém da "juventude da América", público a quem Rodó dedicou seu livro, o lê. Comentando essa obra, em 1975, Carlos Rangel sublinha que:

> "Hoje todos continuam de acordo com a importância de Ariel na história das idéias da América Latina, mas não mais do que isto. Caso alguém se der ao trabalho de seriamente reler a obra, vai recolocar silenciosamente o livro na estante, com certa vergonha pelo que revela, não sobre os norte-americanos (que é praticamente nada), mas pelo que revela sobre nós mesmos."(10)

---

(8) A análise dos antecedentes da obra e dos protestos do autor tende a confirmar que Rodó não desejava produzir um manifesto anti-ianque. Contudo, a interpretação simplista terminou por transformar Rodó em celebridade internacional e Ariel, somente em espanhol, já foi re-editado mais de trinta vezes. Para os interessados, cabe recomendar o estudo de Gordon Brotherston que introduz a edição de Ariel da Cambridge University Press, publicada em 1967.

(9) Carlos Rangel, Del Buen Salvaje al Buen Revolucionario: Mitos y Realidades de América Latina, p. 94.

(10) Ibid.

O próprio escrutínio a que foi submetido, no passado, o mito (inclusive criticando a sua falta de sensibilidade para com as injustiças sociais) confirma a sua caducidade, motivo pelo qual - conforme adiantado - foi escolhido como exemplo para testar a definição de mito selecionada. Cabe, entretanto, indagar porque se tornou obsoleto o mito de Ariel? Será que a crescente sofisticação intelectual dos latino-americanos fez com que não mais fosse necessária "compensação psicológica" para a inferioridade sempre sentida frente ao progresso e pujança dos EUA?

Em verdade, o mito de Ariel simplesmente não morreu, mas sim (como frisado por K.W. Bolle na página 123) foi substituído por outros mitos abrangentes. Contudo, tais novos mitos (i.e. "verdades", relembro eu), por serem vigentes, não permitem a mesma análise desapaixonada a que foram submetidos o "homem cordial" e "Ariel". Como já adiantado, a simples tentativa de analisar criticamente os mitos que substituiram "Ariel" já constitui ameaça à sua autoridade e provocará reações de revolta para as pessoas que consideram inquestionável a "veracidade objetiva" dos mesmos. Em decorrência, caberia apenas, seguindo a recomendação de McNeill, testar a sua veracidade pelas ações que estes novos mitos tenham desencadeado.

Sem intenção de aprofundar a polêmica, cabe tão somente mencionar que o "mito de Ariel" foi substituído pelo que poderia ser chamado de o "mito de Caliban". Em breves palavras, o atraso da região não é "culpa" dos latino-americanos e que, portanto, prescindem da necessidade de compensações psicológicas. Em outros termos, o motivo do atraso encontra-se fora do continente, ou seja, no imperialismo norte-americano basicamente. Tal verdade (i.e. mito) é formulada, com graus diversos de sofisticação conceitual, pela visão leninista do imperialismo (que transpõe para o cenário internacional o conceito de luta de classes) e, sobretudo, pelas diversas teorias da dependência.

Repito, não cabe tentar aquilatar a "veracidade objetiva" das "verdades", que por serem mais abrangentes, substituiram o "mito de Ariel". Cumpre tão somente verificar a sua validade pelas ações que desencadearam. No caso da economia da América Latina parece (na data de hoje) que as ações desencadeadas na defesa contra a penetração econômica excessiva foram positivas e, pela reserva de mercados, induziram certo grau de desenvolvimento. Ademais, se não fossem os "mitos de Caliban", talvez Rodó ainda constituísse leitura obrigatória nas universidades e o fosso entre o "Colosso do Norte" e a América Latina teria aumentado ainda mais, porque o dado relevante ainda seria nossa

superidade espiritual (e não a produção de aço ou de computadores).

Por outro lado, observa-se uma crescente tentativa de escrutinar objetivamente as teorias de dependência e de imperialismo. Talvez esta tendência constitua sinal de que as verdades que substituíram "Ariel" também começam a perder vitalidade. Parece provável que, em futuro próximo, surja - com toda a força da idéia "que viu chegar seu tempo" - outro mito cuja abrangência talvez permita abandonar as atuais explicações sobre o atraso latino-americano ou ainda (como o Ariel) sublinhar alguma superioridade da região. De imediato, cumpre abandonar o debate sobre os mitos (verdades) atuais e reverter para outros mais inertes, que permitam continuar a análise desapaixonada sobre a utilidade do conceito para a informação diplomática.

Como indicado pela epígrafe, uma das principais funções do mito é de ordem explicativa. Juntamente com a filosofia, ciência, ideologia ou religião, também o mito constitui instrumento intelectual para ordenar e orientar a "visão do mundo" (weltanschauung) de nação ou grupo sub-nacional. Por vezes, o mito, entre todas as categorias explicativas da realidade citadas acima, pode ocupar posição central na visão do mundo. Por exemplo, tome-se a idéia do Brasil como paraíso terreno, tema abordado por Sérgio Buarque de Holanda no conhecido livro Visão do Paraíso - Motivos Edênicos no Descobrimento e Colonização do Brasil. Ao que tudo indica, os habitantes do Novo Mundo português, pelo menos até a segunda metade do Século XVIII, ainda consideravam o Brasil como local paradisiaco. Não resta dúvida que os mesmos habitantes tinham consciência do "atraso" brasileiro frente à metrópole européia. No entanto, o conceito de atraso (mesmo hoje) não nega a idéia de paraíso e que constituia um dos elementos centrais da "visão do mundo" do Brasil na etapa colonial.

Outro exemplo de mito situado próximo ao cerne de uma weltanschauung foi "revelado", em 1845, pelo livro Facundo do argentino Domingo Faustino Sarmiento, que viria a ocupar a Presidência de seu país entre 1868 e 1874. A obra retraça a vida do caudilho federalista Facundo Quiroga e constitui ataque frontal e corajoso a Juan Manuel de Rosas (ditador em 1829-1832 e 1835-1852) e ao modo de vida dos pampas (visto como "bárbaro"). Em suma, o livro de Sarmiento cristaliza a noção (i.e. mito) de que existiam duas maneiras irreconciliáveis de ser argentino. De uma parte, o gaúcho e a vida do interior; de outra, a "civilização" representada por Buenos Aires e demais cidades

europeizadas. Esse confronto de "barbárie versus civilização" termina por regular a vida política argentina quase até a virada do século quando a crescente pujança econômica de Buenos Aires consolida o domínio da capital sobre a vida política do país.

É interessante notar que, após a neutralização do risco de "gauchocracia", o mito atualiza-se e o debate antigo de "civilização versus barbárie" passa a fornecer a linguagem e as imagens do choque entre liberalismo e nacionalismo. Sarmiento e Rosas, em decorrência, continuaram sendo patronos de visões antagônicas sobre o que deveria ser a República Argentina. Até recentemente, perguntar a um argentino a sua opinião sobre qualquer das duas figuras históricas era quase equivalente a solicitar o seu perfil político.

Abrindo parênteses, é curioso notar que o Brasil também possui obra clássica sobre o tema de "civilização versus barbárie", qual seja, A Guerra de Canudos de Euclides da Cunha. O escritor brasileiro nasceu meio século após Sarmiento, mas ambos praticamente integram a mesma geração intelectual influenciada pelo positivismo spenceriano, com idéias similares sobre determinismo geográfico e sobre o tema de raça. Os dois escritores acreditavam na inevitável marcha da civilização e, como bons positivistas, acreditavam que o "gaucho" ou "sertanejo" eram, não personalidades patológicas, mas produto de estágio mais primitivo de evolução histórica. Contudo, a obra de Sarmiento ataca de forma maniqueista a "gauchocracia" (que estava no poder), enquanto que a crítica de Euclides da Cunha visa sobretudo o lado dito civilizado, responsável por campanha militar descrita como crime e ato de loucura.

Um terceiro exemplo de mito como explicação, a ter-se em mente como diplomata brasileiro, é a crença de que os ensinamentos a serem extraídos dos escritos de Simon Bolivar possuem validade permanente. No dizer de um dos oradores nas comemorações do bicentenário patrocinadas pelo Pacto Andino, em julho de 1983, "Bolívar está hoy más vivo que nunca, y su ideario es el del porvenir" (vide a atemporalidade do mito).[11] Os textos dos diversos pronunciamentos da mesma comemoração foram reunidos pela Junta de Cartagena em belo livro cuja apresentação menciona os duzentos anos "de una vida que, en rigor, no se ha extinguido pues se prolonga vigorosa en la

(11) Junta de Cartagena, Para Nosotros la Pátria es America: Reflexiones sobre la Integración Andina, p. 25.

conciencia de los pueblos que componem la Patria Latinoamericana".[12]

O estilo altissonante das afirmações não compromete o grau de aceitação do "mito bolivariano" em vários dos países sul-americanos. Como em todos os exemplos anteriores, seria fútil tentar aquilatar a "veracidade objetiva" do mito, o qual deve ser julgado, sobretudo, pelas ações que continua a desencadear. Os escritos do Libertador, ao que tudo indica, permanecerão como referência indispensável por longos anos para a compreensão da "visão do mundo" de diversas nações vizinhas. Faz-se mister, pois, incluir este material no arsenal analítico dos diplomatas, seguindo o exemplo do livro singelo, mas utilíssimo, do Embaixador Nestor dos Santos Lima sobre a imagem do Brasil nas cartas de Simon Bolivar.[13]

Pareceria desnecessário apresentar exemplos adicionais para reiterar a clara relevância para o agente diplomático da função explicativa do mito. Contudo, caberia ainda mencionar que o papel explicativo de certos mitos é tão destacado que sua negação pode vir a constituir crise de primeira magnitude na "visão do mundo" de um grupo. O exemplo mais dramático encontra-se na quebra dos mitos das populações indígenas ao serem confrontados com os invasores castelhanos. O historiador R.C. Padden, no livro The Hummingbird and the Hawk, analisa a mitologia pré-colombiana dos aztecas e demonstra como a quebra dos mitos constitui a explicação de toda uma sociedade ter ficado paralizada ante as minúsculas forças de Cortez. O mesmo ocorre em outros episódios da Conquista e, segundo Octavio Paz, as nações indígenas são subjugadas no Novo Mundo "sobrepujadas pelo mesmo horror, o qual quase sempre se manifestava por uma fascinada aceitação da morte".[14]

Mesmo a lenta erosão de mito essencial para a visão do mundo pode provocar crise profunda. A título ilustrativo, retorne-se, por um momento, ao mito de Brasil como paraíso terreno. Wilson Martins, comentando a quebra de mitos vigentes na etapa colonial, argumenta que a publicação de:

---

(12) Ibid, p. 7.

(13) Nestor dos Santos Lima, La Imagen del Brasil en las Cartas de Bolívar. O autor mostra como o pensamento bolivariano sobre o Brasil passou de posição original de hostilidade para postura de compreensão e mesmo de simpatia no fim da vida do Libertador. Contudo, do ponto de vista mitológico, todas as interpretações continuam válidas e relevantes. Em outros termos, o pensamento de Bolívar, em todas as etapas, permanece como instrumento utilizável para sublinhar eventuais simpatias ou antipatias com relação ao Brasil.

(14) Octavio Paz, The Labyrinth of Solitude, Life and Thought in México, p. 96.

> "O Templo de Netuno, de Silva Alvarenga, pode bem assinalar, em 1777, o instante sutil em que o Brasil emerge como uma realidade mental - que é o passo prévio indispensável para que pudesse emergir, pouco depois, como uma realidade política. Essa é a passagem marcada intelectualmente pela antiépica ou tentação do realismo, isto é, o abandono do mito nacional e da mitologia livresca em favor da apreensão objetiva do mundo."(15)

Por outro lado, a quebra da capacidade explicativa do "mito do paraíso" é corrigida, uma geração após a Independência, com o surgimento de vários mitos que explicavam afinal o atraso do país (e.g. inferioridade racial, ausência de política suficientemente liberal, a nefasta colonização portuguesa, etc.). Em outros termos, talvez possa ser comprovado que, entre 1777 e meados do Século XIX, a "visão do mundo" atravessou trauma decorrente da progressiva erosão do "mito do paraíso". Observe-se que, a partir do final do Século XVIII, o pensamento europeu (o único que conheciamos) altera seus valores e não mais considera o primitivismo como edênico. Sobre a matéria, F.L. Baumer observa que no século passado passou a ser crença generalizada na Europa que:

> "... a mente `primitiva' representava estágio de desenvolvimento muito mais baixo do que a `cultivada' mente da Europa. Tal concepção representava forte contraste com o Século XVIII quando, não obstante a noção de progresso, os europeus tendiam a localizar seu paraíso em outras partes do globo, no Oriente exótico ou na primitiva América."(16)

Em suma, a evolução do pensamento europeu induziu a caducidade de mito essencial para os brasileiros. Como não poderia deixar de ser, o resultado dessa verdadeira expulsão do paraíso, entre 1777 e 1850, teria sido certo atordoamento frente a um mundo que deixa de ser compreensível a partir das explicações oferecidas pelos antigos mitos. A este respeito, cabe mencionar que Celso Furtado, arguindo outras causas, demonstra que o último quartel do Século XVIII e a primeira metade do Século XIX constitui período de estagnação e até de decadência eco-

---

(15) Wilson Martins, História da Inteligência Brasileira, Volume I, p. 463.

(16) Franklin L. Baumer, Modern European Thought, Continuity and Change in Ideas, 1600-1950, p. 226.

nômica.[17] Será simples coincidência que este período também é o da obsolescência e substituição do "mito do paraíso terreno"?

Cumpre ainda destacar que, além da função explicativa, os mitos, por vezes, também conciliam contradições. Na formulação do historiador J.O. Robertson, os mitos, em certas circunstâncias, fornecem:

> "... maneiras práticas pelas quais as contradições em uma sociedade, os contrastes e conflitos que normalmente surgem entre pessoas sobre idéias e sobre realidades confusas, são, de algum modo, reconciliadas, atenuadas ou, pelo menos, tornadas administráveis e toleradas."[18]

O amálgama de componentes que constitui a visão do mundo, com freqüência, inclui elementos logicamente irreconciliáveis (e.g. aceitar tanto uma divindade omniciente quanto a noção de livre-arbítrio dos homens). Quando for possível identificar que determinado mito está exercendo a função de conciliar certa contradição, o mito em pauta transforma-se em verdadeiro portal para melhor penetrar na visaão do mundo de alguma sociedade.

A título ilustrativo, tome-se contradição que afligiu várias gerações de brasileiros. De uma parte, tinha-se a idéia de grande destino reservado ao Brasil, já anunciado desde o Século XVI por Frei Vicente do Salvador, ao afirmar que a América portuguesa seria "um grande reino". De outra parte, tem-se as idéias européias, aceitas in totum pelo Brasil do Século XIX, sobre a inferioridade das raças não-brancas. Na busca de solução para a contradição acima, foi tentado o "branqueamento" da população por meio de incentivos à imigração européia. Em poucos anos, contudo, ficou patente que o Brasil não estava conseguindo atrair imigrantes em número suficiente para viabilizar o almejado branqueamento.

A solução da contradição ocorre, em 1933, quando, em Casa Grande e Senzala, Gilberto Freyre propõe uma visão mítica que "vira pelo avesso o complexo de inferioridade e transforma o passado multiracial do Brasil de peso-morto em vantagem".[19] A

---

(17) Celso Furtado, Formação Econômica do Brasil, Capítulos XVI e XIX.

(18) James Oliver Robertson, American Myth, American Reality, p. xv.

(19) Síntese feliz encontra em Gerald J. Bender, Angola under the Portuguese: The Myth and the Reality, cujo título utiliza o termo "mito" em contraposição à realidade, ou seja, uso que o presente capítulo busca evitar. O livro de Bender revela-se de interesse por tratar do mito do lusotropicalismo, tanto na versão brasileira de Gilberto Freyre, quanto na vertente menos benigna utilizada para justificar o colonialismo português na África.

autoridade do "mito da riqueza cultural do Brasil" liberta o país de pesadelo criado, um século antes, pelo pensamento racial europeu e concilia a futura grandeza com a população disponível. Como sublinhado acima, este tipo de mito conciliador de contradições torna-se, uma vez compreendido, verdadeiro portal para apreender a "visão do mundo" de determinada sociedade.

Cumpre ainda alinhavar alguns comentários sobre a utilização do mito como instrumento de prognóstico. Como primeiro aspecto, cabe recordar que os mitos, entre todas as categorias que participam na forja da "visão do mundo" de determinada sociedade, tende a ser dos mais longevos. Como a linguagem, o mito é transmitido de geração em geração com modificações que, em geral, não chegam a comprometer a essência do significado. Para o agente diplomático, continuamente obrigado a atualizar análises políticas em decorrência da rápida mutação de numerosos fatores, o mito, por sua constância na esfera das idéias, constitui ponto constante de referência de grande valor ao tentar-se entrever o futuro. Em outras palavras, a eventual análise de mitos de certo país seguramente seria uma das seções do "maço básico" menos sujeita a revisões periódicas.

Mais relevantes para efeitos de previsão seriam os mecanismos de obsolescência e de substituição dos mitos. Por exemplo, a erosão de mito essencial - iniciada pela sua pormenorização - corresponde para o diplomata a verdadeiro barômetro anunciador de tempestades no futuro. Nenhuma sociedade sofre, a curto ou médio prazo, a revisão em profundidade de sua mitologia (e, em conseqüência, da sua visão do mundo) sem atravessar período de turbulência. A título de especulação, imagine-se uma erosão acelerada das atuais teorias de dependência econômica, as quais representam a justificativa das correntes políticas desenvolvimentistas na América Latina e, para todo o Terceiro Mundo, a explicação do porque e a compensação psicológica para a condição de membros de segunda categoria na sociedade de nações. Em síntese, a erosão de mitos (i.e. a sua análise crítica) e substituição por outros mais abrangentes constituem processos bastante conhecidos para permitir que suas conseqüências práticas no porvir possam ser objeto de previsões com um mínimo de segurança.

Em capítulos anteriores foi mencionado, de forma repetida, o problema do bias e que também pode afetar o bom entendimento dos mitos. Cumpre relembrar que o mito é um dos filtros para apreender a realidade, mas igualmente falsear a visão de di-

plomata não familiarizado com os mitos da sociedade sob análise ou não consciente dos mitos de sua própria cultura. Não seria difícil imaginar, a título ilustrativo, que uma mesma informação factual sobre determinado conflito de terra no Pará possa estar sendo julgada no Departamento de Estado pelos mitos originados das confrontações entre vaqueiros e lavradores; no "Foreign Office", em Londres, a partir da experiência traumática das "land enclosures"; ou, em Moscou, com base nas visões dos problemas do estado estalinista com os "kulaks". Em suma, o mito - da mesma forma que outras categorias componentes da visão do mundo - não apenas facilita a compreensão de sociedades estrangeiras, mas também pode falsear as análises, na medida em que a apreensão da realidade ocorra filtrada por categorias de outras culturas. Este último caso pode ocorrer tanto por culpa de quem produz a informação diplomática, quanto por falha de quem a recebe e processa. Em decorrência, cumpre que o agente diplomático sempre explicite o significado preciso dos mitos abordados e, na medida do viável, exemplifique a diferença (vide contraste Sarmiento versus Euclides da Cunha) dos mitos equivalentes na cultura brasileira.

Finalizando o capítulo, cabe ressaltar o paralelo que existe entre julgamentos de valor e mitos. Como adiantado no Capítulo V e na epígrafe da presente seção, ambas categorias representam pre-condição para a ação. Aliás, a frase de William H. McNeill que se segue à epígrafe, no artigo da Foreign Affairs, destaca que:

> "Um povo sem aljava plena de entendimentos consensuais, aceitos de antemão pela educação ou por modos menos formais de aculturação, logo estará confrontado com sérios apuros, porque, na ausência de mitos com larga aceitação, uma ação pública coerente torna-se difícil de improvisar ou de sustentar."(20)

Do mesmo modo que o Ministério, em função de filosofia moral, deve buscar sensibilizar o resto da sociedade para os julgamentos de valor, cumpre também que o Itamaraty participe da função intelectual de construção e desenvolvimento dos mitos com reflexos sobre a atividade diplomática. Em breves palavras, o mito - como definido - ajuda a compreender o presente; facilita o prognóstico do agente diplomático, e, mais importante, para o diplomata, na sua condição de intelectual, pode representar alavanca para participar na construção do futuro.

---

(20) William H. McNeill, Mythistory and Other Essays, p. 23. Muito apropriadamente o artigo de 1982 na Foreign Affairs é re-editado neste livro sob o título de "A Manutenção e Reparo de Mito Público".

X - CONCLUSÕES

X - Conclusões

As often as a study is cultivated by narrow minds, they will draw from it narrow conclusions.
(John Stuart Mill, Auguste Comte and Positivism, p. 82)

Conforme ressaltado desde o título e o prólogo, o presente ensaio objetivou analisar a informação diplomática e não os campos da Historiografia, Filosofia da História ou Metodologia Histórica per se. Entretanto, mesmo o leitor sem contacto prévio com ssas três áreas não pode deixar de ter notado o grau de complexidade e de sofisticação dos instrumentos analíticos utilizados hoje pelos historiadores para buscar entender o passado.

Comentando o assunto, James West Davidson e Mark Hamilton Lytle, na apresentação do livro After the Fact: The Art of Historical Detection, mencionam que:

> "Esperamos, contudo, que mesmo os leitores bissextos possam vir a apreciar a complexidade e excitamento que fazem parte do estudo do passado. A História não é apenas algo extraído dos arquivos e que, após ter sido espanado da poeira, exibe-se como sendo `o modo em que as coisas realmente ocorreram'. A História é construção meticulosa, cujas partes são cimentadas com a ajuda de pressupostos, hipóteses e inferências. Os leitores, que continuem sem consciência de todo esse trabalho por trás do pano, estarão perdendo a essência da disciplina."(1)

(1) James West Davidson e Mark Hamilton Lytle, After the Fact: The Art of Historical Detection, p. vii. A respeito cumpre ressaltar a verdadeira revolução nos métodos dos historiadores ocorrida nos últimos cinqüenta anos e que continua desapercebida pelo público em geral.

É interessante observar que esta consciência da relevância dos "pressupostos, hipóteses e inferências" é relativamente recente. Até o período de entre-guerras, a essência da disciplina - desde a época em que começara a ser abandonada a função de educadora moral - era justamente relatar "o modo como as coisas realmente aconteceram". Esta última expressão costuma aparecer entre aspas ou em alemão (wie es eigentlich gewesen) para realçar o encantamento da fé positivista de duas ou três gerações de historiadores, os quais acreditavam poder desvendar o passado armados apenas com a noção de que "os fatos falariam por si mesmos".(2)

No que concerne à informação diplomática, também nenhum analista poderia sustentar que os "fatos falam sozinhos" ou que o diplomata deva relatar apenas inspirado na noção de wie es eigentlich gewesen. A informação diplomática, como o texto histórico, é construção meticulosa que não pode igualmente prescindir de "hipóteses, pressupostos e inferências". Ademais, os próprios exercícios, empreendidos no presente trabalho de tentar transpor instrumental analítico do campo histórico para o diplomático, só seriam viáveis por situarem-se as duas áreas em patamares equivalentes de sofisticação e de complexidade.

Tais patamares, contudo, foram atingidos em momentos diferentes e trilhando caminhos diversos. A História aperfeiçoa seus métodos pelo debate universitário e pela crítica acadêmica de textos. Por outro lado, a informação diplomática persegue o seu aperfeiçoamento pelo aprendizado artesanal e, sobretudo, pelo confronto com a possibilidade de ação. O texto de História é objeto de crítica na publicação acadêmica; a informação diplomática - como em corporação de ofício medieval - é julgada pelos demais artesãos com base em critério inexorável, qual seja, o do seu resultado final.

Acredito que seria possível demonstrar que a informação diplomática brasileira atingiu estágio de sofisticação conceitual no século passado muito mais complexo do que as noções positivistas que regiam a profissão histórica até o período de entre-guerras. Esta interpretação apenas confirmaria, mais uma vez, a regra geral de que o artesão precede em nível de perfeição o técnico. Em outras palavras, há muitas gerações, parece existir um corpo de "pressupostos, hipóteses e inferências" que, como

(2) A citada fé positivista é geralmente atribuída a Leopold von Ranke, o que corresponde a certa injustiça como pode ser visto pela introdução de Georg G. Iggers e Konrad von Moltke ao livro The Theory and Practice of History, que recolhe textos de Ranke.

um sensus communis, rege, por vezes até de modo inconsciente, a construção da informação diplomática.

Em essência, tais "pressupostos, hipóteses e inferências", tanto para a História quanto para a Diplomacia, conduzem à espinhosa questão da objetividade. Essa matéria, no campo histórico, é objeto de debate infindo para explicar como um "conhecimento científico" pode ser objeto de interpretações tão divergentes. Segundo W. H. Walsh, as divergências em História são atribuídas a múltiplos fatores, os quais podem ser agrupados em quatro categorias, a saber: (i) idiossincrasias pessoais; (ii) preconceitos ou pressupostos decorrentes da afiliação do historiador a certo grupo; (iii) teorias divergentes de interpretação da História, e (iv) diversidade nas "visões do mundo".(3)

No que tange ao Itamaraty, as mesmas quatro categorias explicam eventuais divergências nas apreciações sobre informações diplomáticas. Contudo, tais divergências tendem a ser mais atenuadas do que na profissão histórica, em decorrência de sensus communis induzido por instituição de menor porte com integrantes engajados em carreira que abarca toda a vida profissional. Mais importante, o agente diplomático, ao contrário do historiador, possui um critério de objetividade relativamente pouco controverso, a saber, as possibilidades de ação externa. A qualificação de "relativamente pouco controverso" justifica-se, sobretudo, pelo fato de que as limitações da ação, com freqüência, são objetivas, isto é, externas ao Itamaraty e até ao Brasil.

Recapitulando o argumento desta primeira conclusão, também para a informação diplomática existe um corpo de "pressupostos, hipóteses e inferências" agindo, para utilizar a expressão de Davidson e Lytle, por trás do pano. Tais elementos, ao balizarem a construção da informação diplomática, afetam os julgamentos de valor nela contidos e que, como visto no Capítulo V, necessariamente orientam a ação externa. Em síntese, a ação que vier a ser proposta pelo Ministério, talvez dependa de uma série de elementos e que quase nunca são explicitados. Ademais, os citados "pressupostos, hipóteses e inferências" são forjados inconsciente e artesanalmente intramuros no Itamaraty. Na medida em que o Itamaraty aumente seus quadros, diversifique o recrutamento do pessoal, e, acima de tudo, que cresça o número e complexidade das ações externas, o atual método de incutir o

(3) W.H. Walsh, Philosophy of History: An Introduction, p. 99. É curioso observar como o critério de "objetividade" é lato, tanto para historiadores quanto para diplomatas.

sensus communis (que reduz debates sobre divergências) poderá revelar-se insuficiente.

Em síntese, a informação diplomática é produto intelectualmente muito mais sofisticado do que possa aparentar à primeira vista para observador externo à Casa. No futuro previsível, a informação deverá buscar atingir ainda novos patamares de sofisticação para fazer face à crescente demanda por ação externa. O atual método de treinamento, basicamente um on the job training, apesar dos resultados por vezes admiráveis, talvez não baste mais para o futuro. Faz-se mister iniciar, desde já, o desenvolvimento e discussão de uma "teoria da informação diplomática". Os meios acadêmicos talvez possam ajudar nessa tarefa, mas a responsabilidade primária pela análise e avaliação de seus métodos não pode ser objeto de delegação por parte da Casa.

A segunda conclusão poderia ser explicitada tomando-se de empréstimo a noção de "desafio e resposta" de Toynbee. Em certos momentos, o trabalho do Itamaraty é visto como especialmente admirável pela nação, fato explicado, sobretudo, por ter sido a Casa capaz de antever certos desafios e de preparar a resposta nacional. Cumpre destacar que estes desafios não eram apenas de política externa. Por exemplo, o reconhecimento da independência, a delimitação de fronteiras, a diplomacia econômico-comercial não constituem apenas ações de política externa, mas sim respostas a desafios que afetavam a própria existência da nação.

Em outros termos, o fato de existirem 26 ministérios, com responsabilidade sobre todos os setores imagináveis, nunca eximiu o Itamaraty de buscar transcender o que é definido stricto sensu como política externa. Pelo contrário, a informação diplomática, por abarcar todos os aspectos da realidade e por estar voltada para o futuro, agiu e deve continuar agindo como catalizadora da percepção adiantada de desafios e de construção de respostas. Caso o Itamaraty, como algumas outras chancelarias, venha a limitar-se a um campo mais estritamente definido de política exterior, a informação diplomática, como conhecida na tradição brasileira, estaria condenada a perder a sua razão de ser. A perda maior seria para a Nação, visto não existir no Brasil outra instituição com igual experiência internacional (em mundo crescentemente inter-dependente) e nem tão voltada para o futuro, não obstante a série de crises que pontilham o dia-a-dia do país.

Na competição normal e saudável entre os órgãos governamentais por espaço político, o Itamaraty possui uma única arma: a qualidade da informação diplomática. No entanto, a Casa, por vezes, parece ter pudor de romper a aurea mediocritas vigente. Como resultado, o agente diplomático pode vir a entender que sua missão reside na faixa especializada de temas, com a informação construída apenas para o uso de X ou Y que tratam de assuntos específicos na Secretaria de Estado ou em algum outro órgão federal. Essa visão poderá erodir aos poucos a aspiração de grandeza da informação e que, inclusive, justifica a tradição de que o agente diplomático está sempre escrevendo para o próprio Ministro de Estado.

Cumpre destacar certo paralelo no campo histórico, onde a maior parte das teses e monografias hoje parecem destinar-se apenas ao consumo de outros historiadores. Em decorrência, a profissão histórica perdeu relevância e deixou de ser uma das principais responsáveis pela compreensão do mundo. Não obstante o que precede, em certos momentos, o historiador consegue atingir o grande público oferecendo visão inovadora de grande impacto.

Do mesmo modo, o agente diplomático, com freqüência, assume o papel de produtor de monografias cujo destino é ser lido apenas por alguns poucos especialistas. Aliás, curiosamente, as comunicações telefônicas, ao complementarem os relatos sem deixar registro, reforçam o indesejado caráter esotérico de certas informações diplomáticas. Está claro que temas específicos não podem deixar de ser tratados com enfoque especializados. Contudo, cabe preservar a latitude que pode caracterizar a informação diplomática na identificação dos grandes desafios e suas respostas. Em suma, cumpre não olvidar a "perspectiva de grandeza" inerente à tradição brasileira de informação diplomática.

A última conclusão constitue corolário das duas anteriores e, de certo modo, já foi antecipada em outros capítulos. A informação diplomática é construção complexa e sofisticada, ou seja, como qualquer produto equivalente, deve ser manuseada por pessoas com um mínimo de habilitação prévia. Por outro lado, a informação diplomática aborda, em princípio, uma gama de temas que transcendem a jurisdição específica do Itamaraty, ou mesmo, representam desafios para toda a nação. Em conclusão, é indispensável que o Itamaraty busque sensibilizar, pelo menos, certos setores chave da Nação no manuseio e apreciação da informação dilomática.

Na medida em que inexiste ainda uma "teoria da informação diplomática" (cuja aplicação poderia até extravasar o Itamaraty), a Casa só poderá sensibilizar os citados setores chave com os mesmos métodos de aculturação utilizados intramuros. Em outros termos, para certos setores (inclusive fora do Governo) deve ser instituído fluxo contínuo de informações, complementado, sempre que possível, por contatos pessoais.

A necessidade de tal esforço permanente é exemplificada pelo fracasso de tentativas esporádicas de fazer com que a nação comungue da mesma visão do mundo vigente na Chancelaria. Um exemplo dramático e melancólico é encontrado nas memórias de Henry Kissinger o qual, após analisar as relações Leste-Oeste, argumenta que "a mais importante tarefa da segunda administração do Presidente Nixon era psicológica: educar o público americano acerca das complexidades do mundo que teríamos que administrar".(4) O "purgatório de Watergate" e, sobretudo, a rigidez das visões externas dos EUA condenaram ao fracasso uma experiência de détente, que poderia ter alterado o cenário internacional.

Em suma, uma interação maior entre o Itamaraty e a sociedade não apenas persegue a melhor compreensão para a visão da Casa, mas também corresponderá a mecanismo de atualizar o sensus communis do Ministério. A mesma interação tenderá a abrir o espaço político do Ministério e, sobretudo, fornecerá sinal ao agente diplomático sobre a maior relevância potencial da sua informação. Em outras palavras, talvez o principal benefício de o Itamaraty buscar sensibilizar o resto da sociedade resida na manutenção da "perspectiva de grandeza" da informação diplomática.

(4) Henry A. Kissinger, Years of Upheaval, p. 980-985.

BIBLIOGRAFIA CITADA

ADAMSON, Walter L. "Marx's Four Histories. "History and Theory, Volume XX, nº 4, Beiheft 20 (Studies in Marxist Theory), 1981: p. 379-402.

ADENAUER, Konrad. Memoirs 1945-53. Traduzido por Beate Ruhm von Oppen, London: Weidenfeld and Nicolson, 1966.

AYDELOTTE, William O. Quantification in History. Reading, Massachussets: Addison-Wesley Publishing Company, 1971.

BAUMER, Franklin L. Modern European Thought, Continuity and Change in Ideas: 1600-1950. New York: Macmillan Publishing Co., Inc., 1977.

BECKER, Carl L. The Heavenly City of the Eighteenth-Century Philosophers. New Haven: Yale University Press, 1974.

BECKER, Lawrence C. On Justifying Moral Judgements. London: Routledge & Kegan Paul, 1973.

BENDER, Gerald J. Angola under the Portuguese: The Myth and the Reality. London: Heinemann Educational Books Ltda., 1978.

BLOCH, Marc. The Historian's Craft. Traduzido por Peter Putnam. New York: Vintage Books, 1953.

BRAUDEL, Fernand. The Mediterranean and the Mediterranean World in the Age of Philip II. Traduzido por Siân Reynolds. New York: Harper & Row Publishers, 1972.

BRAUDEL, Fernand. La Historia y las Ciencias Sociales. Traduzido por Josefina Gómez Mendonza. Madrid: Alianza Editorial, 1974.

BRAUDEL, Fernand. On History. raduzido por Sarah Matthews. London: George Weidenfeld and Nicolson Limited, 1980.

BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. Visão do Paraíso - Os Motivos Edênicos no Descobrimento e Colonização do Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. Raízes do Brasil. 10ª Edição. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora S.A., 1976.

BURKE, Peter. "Tradition and Experience: The Idea of Decline from Bruni to Gibbon." Daedalus: Journal of the American Academy of Arts and Sciences (Summer 1976): p. 137-152.

BUTTERFIELD, Herbert. The Whig Interpretation of History. New York: W.W. Norton & Company Inc., 1965.

BUTTERFIELD, Herbert. Man on his Past: The Study of the History of Historical Scholarship. Cambridge: Cambridge University Press, 1969.

CARR, Edward Hallett. What is History? New York: Vintage Books, 1961.

CASTRO, Américo. An Idea of History: Selected Essays of Americo Castro. Traduzido e editado por Stephen Gilman e Edmund L. King. Introdução por Roy Harvey Pearce. Columbus, Ohio: Ohio State University Press, 1977.

COLLINGWOOD, Robin George. The Idea of History. Editado e com introdução por William Debbins. Austin: University of Texas Press, 1965.

CROCE, Benedetto. History as the Story of Liberty. Traduzido por Sylvia Sprigge. Chicago: Henry Regnery Company (A Gateway Edition), 1970.

DAVIDSON, James West & LYTLE, Mark Hamilton. After the Fact: The Art of Historical Detection. New York: Alfred A. Knopf, 1982.

DRAY, William H. Philosophy of History. Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice-Hall, Inc., 1964.

EISENSTEIN, Elizabeth L. "Clio and Chronos: Some Aspects of History-Book Time". History and Theory. Beiheft 6. (1966), p. 36-64.

ELIADE, Mircea. The Myth of the Eternal Return or, Cosmos and History. Traduzido por Willard R. Trask. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1971.

ELIADE, Mircea. Myth and Reality. London: George Allen & Unwin Ltd., 1964.

ELTON, G.R. The Practice of History. London: Fontana Paperbacks, 1984.

ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA, 15ª Edição, Sub Verbo "Myth and Mythology", por Kees W. Bolle.

FISCHER, David Hackett. Historian's Fallacies: Toward a Logic of Historical Thought. New York: Harper & Row, Publishers, 1970.

FLAMARION CARDOSO, Ciro & PÉREZ BRIGNOLI, Héctor. Os Métodos da História, Introdução aos Problemas, métodos e técnicas da História Demográfica, Econômica e Social. Terceira Edição. Rio de Janeiro: Edições Graal Ltda, 1983.

FONTENROSE, Joseph. The Ritual Theory of Myth. Los Angeles: University of California Press, 1971.

FOSTER, E.M. Aspects of the Novel and Related Writings. London: Abinger Edition, 1974.

FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. Oitava Edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.

GEYL, Pietr. Debates With Historians. New York: Meridian Books, 1958.

GRAHAM, Richard. "An Interview with Sérgio Buarque de Holanda". The Hispanic American Historical Review. Volume 62, nº 1, Fevereiro 1982, p. 3-17.

HALL, John R. "The Time of History and the History of Times". History and Theory. Volume XIX, nº 2, (1980), p. 113-131.

HARTMAN, Mary & BANNER, Lois W. (editores). Clio's Consciousness Raised, New Perspectives on the History of Women. New York: Harper & Row, Publishers, 1974.

HASKELL, Thomas L. "The True and Tragic History of Time on the Cross". The New York Review of Books, 2 de Outubro de 1975, p. 33-41.

HELLER, Agnes. A Theory of History. London: Routledge & Kegan Paul, 1982.

HEXTER, J.H. Doing History. Bloomington, Indiana: Indiana University Press, 1971.

HUFF, Darrell. How to Lie with Statistics. Harmondsworth, Middlesex, Great Britain: Penguin Books Ltd. 1973.

HULL, David L. "Central Subjects and Historical Narratives" History and Theory. Volume XIV, nº 3, 1975: p. 253-274.

KARLEN, Arno. Napoleon's Glands and Other Ventures in Biohistory. Boston: Little, Brown and Company, 1984.

KINSER, Samuel. "Annaliste Paradigm? The Geohistorical Structuralism of Fernand Braudel". The American Historical Review. Volume 86, nº 1, Fevereiro de 1981, p. 63-105.

KIRK, G.S. Myth, its Meaning and Functions in Ancient and Other Cultures. Cambridge: University Press, 1970.

KISSINGER, Henry A. A World Restored. Gloucester, Massachussets: Peter Smith, 1973.

KISSINGER, Henry A. Years of Upheaval. Boston: Little, Brown and Company, 1982.

KRACAUER, Siegfried. "Time and History" History and Theory Beiheft 6 (1966). p. 65-78.

KUHN, Thomas S. La Estructura de las Revoluciones Cientificas. Traduzido por Agustin Contin. México: Fondo de Cultura Economica, 1971.

JUNTA DE CARTAGENA. Para Nosotros la Pátria es America: Reflexiones sobre la integración andina. Lima: Junta de Cartagena, 1983.

LANGER, Walter C. The Mind of Adolf Hitler: The Secret Wartime Report. Apresentação por William L. Langer e comentários de Robert G.L. Waite. New York: New American Library, 1972.

LEACH, Edmund. Lévi-Strauss. London: Fontana Press, 1985.

LICHTAMAN, Allan J. & FRENCH, Valerie. Historians and the Living Past, The Theory and Practice of Historical Study. Arlington Heights, Illinois: AHM Publishing Corporation, 1978.

LIMA, Nestor dos Santos. La Imagen del Brasil en las Cartas de Bolivar. Traduzido por José Antonio Escalona-Escalona. s/l: Edição do Banco do Brasil S.A., s/d.

LÖWITH, Karl. Meaning in History. Chicago: The University of Chicago Press, 1949.

MARTINS, Wilson. História da Inteligência Brasileira. São Paulo: Editora Cultrix, 1976.

MATTHEWS, Geoffrey Bruce. "The Arrow of Time". Dissertação de doutorado, Universidade de Indiana, 1979.

MAUSE, Lloyd de (editor). The History of Childhood. Introdução por William L. Langer. New York: Harper & Row, Publishers, 1975.

MCNEILL, William H. Mythistory and Other Essays. Chicago: The University of Chicago Press, 1986.

MILL, John Stuart. Auguste Comte and Positivism. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 1961.

MILLIGAN, John D. "The Treatment of an Historical Source". History and Theory. Volume XVIII, nº 2, 1979, p. 177-196.

MITRANI, Francisco Jose & MITRANI, Barbara (editores). Conflict and Violence in Latin American Politics: A Book of Readings. New York: Thomas Y. Crowell Company, 1971.

MOMIGLIANO, Arnaldo D. "Time in Ancient Historiography". History and Theory. Beiheft 6, (1966), p. 1-23.

MOMMSEN, Wolfgand J. "Social Conditioning and Social Relevance of Historical Judgements". History and Theory. Volume XVII, nº 4, Beiheft 17, (1978): p. 19-35.

NASH, Ronald H. (editor). Ideas of History. New York: E.P. Dutton & Co., Inc., 1969.

NEHRU, Jawaharlal. The Discovery of India. Terceira Edição. London: Meridian Books Limited, 1951.

NEUSTADT, Richard E. & MAY, Ernest R. Thinking in Time: The Uses of History for Decision Makers. New York: The Free Press, 1986.

NICHTERHEIN, Sue. "Historicism and Historiography in Indonesia". History and Theory. Volume XIII, nº 3, 1974, p. 253-272.

NISBET, Robert. History of the Idea of Progress. New York: Basic Books, Inc., Publishers, 1980.

NOLTE, Ernst. "The Relationship between `Bourgeois' and `Marxist' Historiography". History and Theory. Volume XIV, nº 1, (1975): p. 57-73.

OAKESHOTT, Michael. On History and Other Essays. Oxford: Basil Blackwell Publisher Limited, 1983.

OLDFIELD, Adrian. "Moral Judgements in History". History and Theory. Volume XX. nº 3, (1981), p. 260-277.

PADDEN, R.C. The Hummingbird and the Hawk: Conquest and Sovereignty in the Valley of Mexico, 1503-1541. New York: Harper & Row, Publishers, 1967.

PAZ, Octavio. The Labyrinth of Solitude, Life and Thought in Mexico. Traduzido por Lysander Kemp. New York: Grove Press, Inc., 1961.

PAZ, Octavio. Tiempo Nublado. Barcelona: Editorial Seix Barral, S.A., 1983.

PLUMB, J.H. The Death of the Past. London: The Macmillan Press Ltd., 1969.

POPPER, Karl R. The Poverty of Historicism. Terceira Edição. New York: Harper & Row, Publishers, 1964.

PORTER, Dale H. "History as Process". History and Theory. Volume XIV, nº 3, (1975), p. 297-313.

RANGEL, Carlos. Del Buen Salvaje al Buen Revolucionario: Mitos y Realidades de America Latina. Oitava Edição. Caracas: Monte Avila Editores, C.A., 1975.

RANKE, Leopold von. The Theory and Practice of History. Editado e com introdução por Georg C. Iggers e Konrad von Moltke. Traduzido por Wilma A. Iggers e Konrad von Moltke. Indianapolis: The Bobbs-Merrill Company, Inc., 1973.

ROBERTSON, James Oliver. American Myth, American Reality. New York: Hill & Wang, 1980.

RODÓ, José Enrique. Ariel. Introdução e edição de Gordon Brotherston. Cambridge: Cambridge University Press, 1967.

RODRIGUES, José Honório. Teoria da História do Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.

RODRIGUES, José Honório. História, Corpo do Tempo. São Paulo: Editora Perspectiva S.A., 1975.

RODRIGUES, José Honório. História Viva. São Paulo: Global Editora e Distribuidora Ltda., 1985.

RUBINSTEIN, Joshua e KUCHMENT, Mark. Crítica do livro Renounce Fear: Memoirs of a Historian de Aleksandr Nekrich. The New York Review of Books, Volume XXX, nº 8, 12/V/1983: p. 46-48.

RUSSELL, Bertrand. Human Society in Ethics and Politics. London: George Allen & Unwin, 1954.

SARMIENTO, Domingo Faustino. Vida de Juan Facundo Quiroga. Barcelona: Editorial Bruguera, S.A. 1970.

SCHIEDER, Theodor. "The Role of Historical Consciousness in Political Action". History and Theory. Volume XVII, nº 4, Beiheft 17,: p. 1-18.

SCHLESINGER JR., Arthur. "The Historian as Participant". Daedalus, Journal of the American Academy of Arts and Sciences, Volume 100, nº 2, Spring 1971, p. 339-358.

SHEROVER, Charles M. The Human Experience of Time: The Development of its Philosophic Meaning. New York: New York University Press, 1975.

STARN, Randolph. "Meaning-Levels in the Theme of Historical Decline". History and Theory. Volume XIV, nº 1, (1975), p. 1-31.

STARR, Chester G. "Historical and Philosophical Time". History and Theory. Beiheft e, (1966), p. 24-35.

STEPAN, Alfred. The Military in Politics: Changing Patterns in Brazil. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1971.

STOIANOVICH, Traian. French Historical Method: The Annales Paradigm. Introdução de Fernand Brudel. Ithaca: Cornell University Press, 1976.

TAYLOR, A.J.P. An Old Man's Diary. London: Hamish Hamilton Ltd., 1984.

TOCQUEVILLE, Alexis de. De la Démocratie en Amérique. Editado e com introdução por H.G. Nicholas. London: MacMillan & Co. Ltd., 1961.

TOSH, John. The Pursuit of History: Aims, Methods and New Directions in the Study of Modern History. London: Longman, 1984.

TUCHMAN, Barbara W. Practicing History: Selected Essays. New York: Alfred A. Knopf, 1981.

VÉLIZ, Claudio. The Centralist Tradition of Latin America. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1980.

VIOTTI DA COSTA, Emília. Da Monarquia à República: Momentos Decisivos. São Paulo: Editorial Grijalbo, 1977.

WALSH, W.H. Philosophy of History, An Introduction. New: York: Harper Torchbooks, 1967.

WELL, Allen W. "The Philosophy of History in Nineteenth-Century Chile: The Lastarria-Bello Controversy". History and Theory. Volume XIII, nº 3, (1974), p. 273-292.

WHITROW, G.J. What Is Time? London: Thames and Hudson, 1972.

WHITE, Hayden. Metahistory: The Historical Imagination in Nineteenth-Century Europe. Baltimore: The John Hopkins University Press, 1973.

WILLIAMS, Eric. History of the People of Trinidad and Tobago. London: Andre Deutsch Limited, 1964.

WINKS, Robin W. The Historian as Detective: Essays on Evidence, New York: Harper & Row, Publishers, 1968.

WRIGHT, Gordon. "History as a Moral Science". The American Historical Review. Volume 81, nº 1, Fevereiro de 1976, p. 1-11.

ZEA, Leopoldo. The Latin American Mind. Traduzido por James H. Abbott e Lowell Dunham. Norman: University of Oklahoma Press, 1963.

ZEA, Leopoldo. America en la Historia. Madrid: Editorial Revista de Occidente, S.A., 1970.

ÍNDICE ONOMÁSTICO

Actium, Batalha de: 46
Adamson, Walter L.: 92n
Adenauer, Konrad: 101
Adler, Mortimer J.: 39, 40n,
Agostinho, Santo: 101, 102, 111, 112
Ahmadnagar, Forte de: 118n
Alemanha, República Federal: 34
Alexandre, Rei da Grécia: 46, 47
Alfonsin, Raul: 31
Alvarenga, Manuel Inácio da Silva: 131
Amaru, Tupac: 88
Anderson, Charles W.: 79
Araújo Castro, João Augusto: 109
Argentina: 59, 113, 129
Ariel: 125-128
Aristóteles: 42
Aron, Raymond: 46
Aydelotte, William O.: 23n

Bajazet, Sultão: 46
Banner, Lois W.: 17n
Barros, João de: 74
Battle y Ordoñez, José: 89
Baumer, Franklin L.: 131
Becker, Carl L.: 15, 117
Bello, Andrés: 91
Bender, Gerald J.: 132n
Berlin, Sir Isaiah: 56
Bismarck, Príncipe Otto: 98
Bloch, Marc: 16, 18, 55, 59, 60n, 61, 74, 87n, 94, 100, 105
Bolivar, Simon: 104, 129
Bolle, Kees W.: 123, 127
Bonaparte, Napoleão: 16
Booth, John Wilkes: 42
Borodino, Batalha de: 35
Bossuet, Jacques Bénigue: 112
Boswell, James: 23
Brahe, Tycho: 76
Brasília: 43, 48, 59, 88
Braudel, Fernand: 10, 21, 69, 70, 71, 72
Brotherston, Gordon: 126n
Brunetière, Ferdinand: 15
Bruni, Leonardo: 116n
Brutus, M. Junius: 43, 61, 62
Buenos Aires: 128, 129
Burckhardt, Jacob:34
Burke, Peter: 116n
Bury, J.B.: 46
Butler, Samuel: 85
Butterfield, Herbert: 35n, 56, 57, 58n, 67, 68, 77

Calabar, Domingos Fernandes: 54, 55, 57, 58
Caliban: 125
California: 104
Canudos, Guerra de: 57
Canistrano de Abreu, João: 124, 125
Carr, Edward Hallett: 47, 48, 49, 56, 100
Castro, Americo: 34
César, Júlio: 19n, 21, 43, 61
Chile:41, 42, 91
China: 108
Chou En-lai: 109, 111 , 117, 118
Churchill, Winston S.: 46, 48
Central Intelligence Agency: 32, 109
Cleopatra: 46, 47
Cohen, M.R.:40, 41
Cohen, Roger: 114

Collingwood, Robin George:17, 20, 43, 46n, 60, 99, 110, 114, 115n
Colômbia: 104
Comte, Auguste: 20, 101, 102, 137
Copérnico, Nicolau:30, 76
Congo: 75
Cortez, Hernando: 130
Couto, Diogo de: 74
Cristo, Jesus: 112
Croce, Benedetto: 60, 85, 87
Cunha, Euclides da: 57, 129, 134

Dale, Reginald: 113n
Dante Alighieri: 40
Davidson, James West: 137, 139
Davis, Lance E.: 105n
Debbins, William: 20n, 60n, 99n, 115n
Descartes, Rene:40
Diaz, Porfirio: 88
Dick, Sir Alexandre: 23
Dionísio de Halicarnasso: 54
Dray, William H.: 40n, 54
Durkheim, Emile: 102

Einstein, Albert: 110n
Eliade, Mircea: 122n
Elton, G.R.: 28, 30, 31, 41, 44
Erasmus, Desiderius: 28
Espanha: 126
EUA: 17, 22, 42, 88, 125, 127

Facundo Quiroga, Juan: 128
Ferdinand, Arquiduque Franz: 48
Ferreira, Aurélio Buarque de Holanda: 122, 123n, 128
Ferreira, Sergio Buarque de Holanda: 87, 110, 124
Fischer, David Hackett: 19n, 43n, 46n, 47, 49, 74, 75, 76
Fleischer, Helmut: 92n
Florovsky, Georges: 18
Fontenrose, Joseph: 122n
França: 90
French, Valerie: 19, 44, 53n, 54, 61
Freud, Sigmund: 39, 122
Freyre, Gilberto: 73, 132
Furtado, Celso: 131

Ganivet, Angel: 72
Geyl, Pieter: 100
Gibbon, Edward: 29, 46, 47n, 48, 86, 116n
Gorman, William: 39, 40n,
Grã-Bretanha: 18, 104, 113
Graham, Richard: 87n
Guzman, Jacobo Arbenz: 89

Hall, John R.: 69, 72
Harrison, Jane: 1122
Hartmann, Mary: 17n
Haryard, Universidade: 101
Haskell, Thomas L.: 23n
Hegel, Georg W.F.: 39, 47, 102
Heller, Agnes: 45, 54, 55, 56, 73, 74
Hempel, Carl G.: 31
Hexter, J.H.: 27, 28, 34, 50, 73, 106
Hitler, Adolf: 32, 56
Hugo, Victor: 123
Hull, David L.: 30

Iggers, Georg C.: 138n
Índia: 91
Indonésia: 92
Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: 68, 86, 91
Instituto Rio-Branco: 8, 9, 11, 35
Israel: 90

James, William: 39
Johnson, Samuel: 23
Junta de Cartagena: 129

Kamenev, Leo: 47
Karlen, Arno: 16n
Kennedy, John: 19
Kepler, Johannes: 76
Kinser, Samuel: 71
Kissinger, Henry A.: 83, 93, 142
Kracauer, Siegfried: 72
Kruschov, Nikita: 90
Kubitschek de Oliveira, Juscelino: 43
Kuchment, Mark: 89n
Kuhn, Thomas S.: 76

Langer, Walter C.: 32
Lastarria, José Victorrino: 91
Lawson, Nigel: 113
Leach, Edmund: 122n
Lênine, Vladimir I.: 92
Lévi-Strauss, Claude: 122
Lichtman, Allan J.: 19n, 44, 53n, 54, 61
Lima, Nestor dos Santos: 130
Lincoln, Abraham: 42
Lívio, Tito: 74
Lowenthal, David: 35n
Löwith, Karl: 112n, 117
Lytle, Mark Hamilton: 137, 139

Malthus, Thomas Robert: 98
Malvinas, Arquipélago: 31, 32, 33
Maquiavel, Nicolo: 116
Marne, batalha do: 34
Marques, Gabriel Garcia: 116
Martins, Wilson: 130, 131n
Martius, Karl Friedrich P. von: 86
Marx, Karl: 39, 92, 101, 102

Matthews, Geoffrey Bruce: 110n
Mause, Lloyd de: 17n
May, Ernest R.: 101
McLaughlin, Mary Martin: 17n
McNeill, William H.: 113, 123n, 125, 127, 134
México: 84, 104, 114
Meyerhoff, Hans: 57n
Michelet, Jules: 33
Mill, John Stuart: 137
Milton, John: 40
Mitrani, Barbara: 79n
Mitrani, José: 79n
Moltke, Konrad von: 138n
Momigliano, Arnaldo D.: 112n
Mommsen, Wolfgang J.: 85
Montague, William P.: 40
Moscou: 134
Moscova, Rio, 35

Nações Unidas: 19, 22, 60
Nasch, Ronald H.: 42, 46n
Nehru, Jawaharlal: 91, 117, 118n
Nekrich, Aleksander: 89n, 90
Neustadt, Richard E.: 101
Newton, Sir Isaac: 76
Nichterhein, Sue: 92n
Nisbet, Robert: 117
Nixon, Richard: 142
Nolte, Ernst: 93n

Oakesholtt, Michael: 45, 49
Office of Strategic Services: 32
Oldfield, Adrian: 53, 63n
OPEP: 19
O'Sullivan, John: 104n

Pacto Andino: 129
Padden, R.C.: 130
Partido Comunista Brasileiro: 84
Pascal, Blaise: 46
Paz, Octavio: 72, 114n, 130
Pedro, o Grande: 116
Pernambuco, Estado de: 76
Perthes, Boucher de: 16
Pitágoras: 28
Pizarro, Francisco: 88
Plumb, J.H.: 89, 90
Polibius: 48
Polk, James K.: 104
Popper, Karl R.: 99
Porter, Dale H.: 35
Pulitzer, Prêmio: 34
Quiroga, Facundo: 128

Raglan, Lord; 122
Rangel, Carlos: 105n, 126
Ranke, Leopold von: 33, 70, 71, 138n
Renascença: 46n, 68
Ricupero, Rubens: 11
Rio de Janeiro: 84
Rio Grande do Sul: 84
Robertson, James Oliver: 122, 132
Rocha, Jan: 23n
Rodó, José Enrique: 125, 126
Rodrigues, José Honório: 11, 68n, 69, 73, 86, 125
Roma: 46, 48
Rosas, Juan Manuel de: 58, 59, 89, 128, 129
Rubicon: 21
Rubinstein, Joshua: 89n
Ruiz, Jose Martinez (Azorin): 72
Russell, Bertrand A.W.: 42
Rússia: 116

Saint-Simon, Comte de: 102
Salvador, Frei Vicente do: 132
Sandino, Augusto: 88
Santa Helena, Ilha: 16
Sarmiento, Domingo Faustino: 58, 128, 129, 134
Sarney, José: 74
Scherazade: 31
Schieder, Theodor: 93, 99n
Schlesinger, Arthur Jr.: 9, 77
Shakespeare, William: 86, 125
Sherover, Charles M.: 102n, 143
Sociedade Aristotélica: 109
Sociedade Internacional para o Estudo do Tempo: 109
Somme, Rio: 16
Spencer, Herbert: 102
Spinoza, Benedict: 39
Staël, Madame de (Anne Louise Germaine Necker): 57, 60n
Stalin, Joseph: 47, 56, 90
Stepan, Alfred: 103
Stern, Randolph: 117
Stoianovich, Traian: 71
Strachey, Lytton: 19
Sunkel, Osvaldo: 41, 42

Taylor, A.J.P.: 48, 85n
Texas: 104
The American Historical Association: 121
The Hispanic American Historical Review: 87
Tocqueville, Alexis de: 34, 97
Tolstoy, Leo: 35
Tosh, John: 71
Toynbee, Arnold Joseph: 102, 140
Trinidad-Tobago: 90, 91
Trinkhaus, Charles: 112
Trompf, G.W.: 112

Trotsky, Leo: 27, 47
Tuchman, Barbara: 34
Tucídides: 54
Turquia: 46

Unamuno, Miguel: 72
URSS: 22, 90, 116
United Fruit Company: 88

Vargas, Getúlio D.: 43
Varnhagen, Francisco Adolfo: 124
Véliz, Claudio: 78
Venezuela: 113
Vico, Giovanni Battista: 101, 102
Viena, Congresso de: 19
Viotti da Costa, Emília: 40
Virgílio: 50
Voltaire (Françóis Marie Arouet): 112

Wall Street, Journal, the: 114
Walsh, W.H.: 21n, 41, 139
Warren, Earl: 19
Watergate: 136
Well, Allen W.: 91n
White, Hayden: 33, 34
Whitehead, Alfred North: 110
Whitrow, G.J.: 109, 10n
Williams, Eric: 90, 91
Williamson, Jeffrey G.: 105n
Winks, Robin W.: 137
Wright, Gordon: 63n

Yale, Universidade: 106

Zapata, Emiliano: 88
Zea, Leopoldo: 87, 88
Zinoviev, Gregori: 47